



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**REPRESENTAÇÕES DO PROGRESSO E A CULTURA POLÍTICA INSCRITA
NOS PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS (1837-1850)**

DIEGO HENRIQUE B. NERY

**RECIFE,
2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**REPRESENTAÇÕES DO PROGRESSO E A CULTURA POLÍTICA INSCRITA
NOS PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS (1837-1850)**

DIEGO HENRIQUE B. NERY

Trabalho apresentado à pós-graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de mestre. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

**RECIFE,
2010**

Ficha catalográfica

N456r Nery, Diego Henrique Barros
Representações do processo e a cultura política inscrita
nos periódicos pernambucanos (1837-1850) / Diego Henrique
Barros Nery – 2010.
1446 f. : il.

Orientadora: Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2010.
Referências

1. Representações 2. Progresso 3. Cultura política
4. Periódicos I. Almeida, Maria das Graças Andrade Ataíde de,
orientadora II. Título

CDD 320

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL**

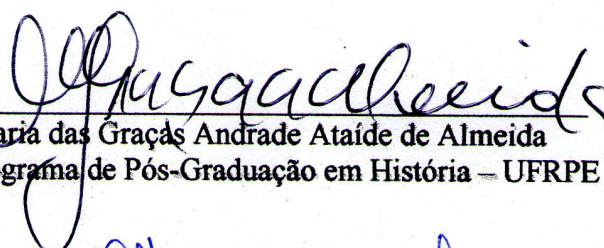
REPRESENTAÇÕES DO PROGRESSO E A CULTURA POLÍTICA INSCRITA NOS
PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS (1837-1850)

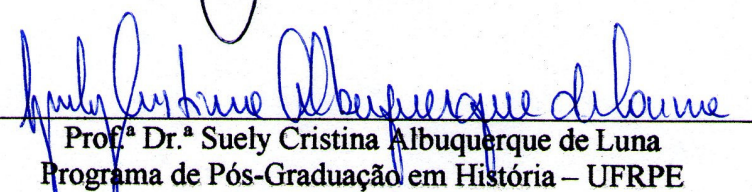
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

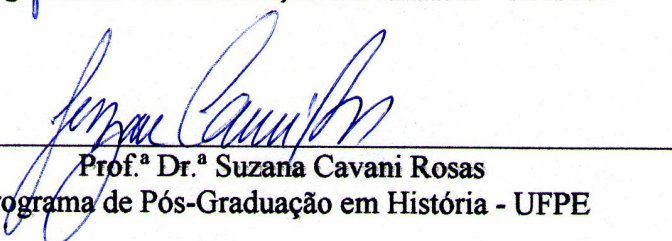
DIEGO HENRIQUE BARROS NERY

APROVADA EM 06/05/2010

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE


Prof.^a Dr.^a Suely Cristina Albuquerque de Luna
Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE


Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas
Programa de Pós-Graduação em História - UFPE

A ordem e a desordem são como as duas faces de uma mesma moeda:
indissociáveis.

A Desordem: Elogio do Movimento. Georges Balandier.

Dedico este trabalho a Ruth Rego Barros, por colocar mais água no feijão fazendo durar até o fim da semana, por me corrigir, por me dar banho quando bebê, por ser simplesmente a minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Como na vastidão de um oceano minha mente se deu ao trabalho de selecionar as pessoas e instituições que me ajudaram, direta e indiretamente, neste trabalho e no decorrer da vida. Porém ao término da seleção cheguei à conclusão que precisaria de umas trinta laudas para agradecer tantas pessoas que de alguma forma fizeram parte de minha caminhada. Por isso caso algum nome não seja mencionado é por falta de espaço, mas que este espaço nunca faltará em meu coração, e guardo todos nele.

Primeiramente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional por me proporcionar todo o apoio de que tanto precisei nesta longa jornada e agradecer à Universidade Federal Rural de Pernambuco pelo acolhimento deste programa e pela força que esta instituição sempre agracia as pesquisas, pois sem elas meu trabalho não seria possível.

Sou grato ao programa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio concedido em minha pesquisa, suprimindo minhas necessidades e auxiliando este empreendimento nascer.

Dedico esta dissertação para a pessoa que foi muito importante na consecução do trabalho, que me deu apoio emocional e material, conselhos, correções e lições que guardo para a vida. À minha mãe em especial por acreditar em tudo o que faço desde que nasci, acreditou que falaria, e falei, acreditou que andaria, e andei, cresci e aqui estou.

Ao Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva, meu amigo, agradeço pelas correções e pela orientação desde o início, que infelizmente teve que ser interrompida na reta final por motivos de saúde, passando assim para as cuidadosas mãos da Prof.^a Dr.^a Maria das Graças A. Ataíde de Almeida. Por isso agradeço a ela também, pelo acolhimento e pelas correções, leituras incansáveis e pelos conselhos que tive o prazer de ouvir e vivenciar.

Agradecimento especial dispenso às professoras Suzana Cavani e Suely Luna, pelo olhar criterioso e pelas sugestões propostas para a melhoria deste trabalho disponibilizando de seus raros momentos profissionais para se dedicarem na análise da dissertação. Agradecimento especial, também, para a Prof.^a Dr.^a Ana Nascimento pela leitura e colaboração na análise da pesquisa.

Aos amigos e irmãos que ganhei na vida, desde meus estudos na UPE até a UFRPE. Agradeço a Glibson, Bruno, Fernanda, Clécia, Fernando, Esdras, Douglas e a Professora e amiga Gilda; Glibson, Bruno, Fernanda e Clécia pelo companheirismo constante pelas caminhadas juntos e diversões, por uma infinidade de momentos que vivemos e que guardo na memória, a minha amiga e professora Maria Gilda (UPE), por todos os conselhos e apoio que tive o privilégio, desde a graduação de receber e que até hoje conversamos, por telefone ou pessoalmente, estou sempre grato.

Aos amigos que constitui no Mestrado que me forneceram palavras de força e companheirismo. Keila pelas “pilantragens” que só amigos como ela podem nos proporcionar, pois você foi minha guia nesta caminhada, meu confessor, foi quem me estendeu a mão amiga, para você um especial obrigado; Mário que se tornou um amigo especial desde o início, um exemplo de simpatia e escritor que, me perdoe, causa-me uma grande inveja, eu te admiro pelo amigo que você se tornou e pelas correções e convivências maravilhosas. Agradeço a dupla dinâmica Paulo Julião e Carlos André que juntos me proporcionaram dicas e suporte para muitos momentos no mestrado, desde as aulas até os eventos e, também, pelas conversas descontraídas que em sua singularidade me proporcionaram momentos de felicidade; por fim, mas não por último, Janaína que foi e sempre será uma grande amiga e que passei momentos de felicidade e muito estudo nas aulas que estivemos sempre juntos.

Agradecimentos a professores e amigos de longo e curto período que contribuíram para o aperfeiçoamento de minha vida acadêmica e pessoal. Ao meu primeiro orientador e amigo Maciel Henrique, que não só foi um orientador foi um parceiro na pesquisa, por momentos de conselhos e acompanhamentos, por ter paciência de trabalhar com um orientando inexperiente e confiar no trabalho realizado, por corrigir meus textos por até dez vezes, sempre com a mesma paciência e dedicação. Mesmo com muito trabalho para o Doutorado, me apoiou até a seleção do mestrado, indo lá no dia para me dar palavras de apoio, mesmo vivendo um momento difícil, a você meu amigo que me fez estudar com afinco e dar os primeiros passos, obrigado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação que estiveram ao meu lado nas aulas e se esforçaram para me aconselhar. Prof.^a Dr.^a Giselda Brito pelas aulas e correções, Prof.^a Dr.^a Suely Almeida, por ser um exemplo de companheirismo com os alunos e pelo apoio na minha caminhada. Agradeço a todos os meus professores que

não posso citar, mas que dedicaram seu tempo para transformar minha vida no que ela é hoje.

De todo meu coração agradeço a minha grande família que em especial esteve ao meu lado. Agradeço aos meus irmãos André e Flávia que agora moram longe, mas que sempre estiveram tão perto, nem Roraima, nem Brasília podem nos separar, espero ter sido o casulinha que vocês sempre quiseram. Aos meus amigos e irmãos Marcelo José, Diego José (Diegoto), Evanessa Moura (Eva), Danilo José (Dan) e Kássia Rafaelle (Fifa) que de tanta amizade se transformaram em irmãos de verdade, em especial a Marcelo que desde a quarta série até hoje é um grande amigo e parceiro, saiba que tenho o prazer de te chamar de irmão.

Ao meu avô Virgílio por ser o grande pai da família e que é um exemplo de vida, por criar tantos filhos, por me dar essa mãe preciosa, por me chamar de nêgo, ao meu tio Paulo Jorge pelo apoio e lições de vida, a minha tia Irani pelas melhores conversas acadêmicas que já tive e pelo prazer de trabalhar com a melhor professora, e a minha querida tia Ester pelo olhar criterioso que transformou este trabalho em um primor.

E em especial para as duas mulheres da minha vida, que são parte de mim e farão parte pela eternidade, quero agradecer a Fabiana Maria da Silva (Preta), futura senhora Nery, que passou por toda dificuldade no labutar desta dissertação ao meu lado sempre me apoiando nos momentos mais difíceis, e a minha enteada Mariana Laura (Pretinha), pelo amor que recebo e pelos momentos especiais que passo com ela.

Estou sempre grato por tudo o que consegui em minha vida, mas sem vocês sei que não chegaria à esquina, pois, não só pelo amor, posso contar com todas essas vidas que cruzaram e abrilhantarão a minha vida com a mais forte luz.

RESUMO

Neste trabalho propomos tratar das formas como os pernambucanos na primeira metade do Século XIX, percebiam e discursavam sobre a concepção de progresso na província, suas relações com as práticas vindas da Europa, modelo de civilidade, representadas em discursos jornalísticos que circulavam na província, principalmente a capital. Para tal faremos uso das concepções de Michel De Certeau quanto ao conceito de estratégia para a elaboração dos discursos jornalísticos, a categoria de representação do Roger Chartier para relacionarmos o entendimento de progresso inscrito nos periódicos. O foco destas representações de civilidade e de progresso foi analisado nos desencontros discursivos, nas brigas e nas análises feitas pelos próprios provincianos sobre a temática nos periódicos. Esta análise foi realizada aos olhos da estrutura organizacional do próprio periódico, e para tal tarefa, utilizamos as concepções de análise do Mouilland quanto à diagramação dos jornais e nos auxiliamos também pela análise de discurso da Eni Orlandi. Percebemos diversas formas de representar o progresso e as formas como seus meandros chegaram a influenciar nas disputas partidárias existentes em Pernambuco demonstrando a cultura política. Conjuntamente analisamos as disputas ocorridas nas folhas dos jornais realizadas por conservadores e liberais com o intuito de conseguir espaços no cenário político de Pernambuco fazendo uso de conceitos próprios de progresso e modernidade.

Palavras-Chaves: Representações, Progresso, Cultura Política e Periódicos.

ABSTRACT

In this work we address the ways in Pernambuco in the first half of the nineteenth century, they saw and spoke about the conception of progress in the province, its relations with the practices from Europe, a type of civility, represented in journalistic discourses that circulated in the province, especially the capital. To this end we use the concepts of Michel De Certeau on the concept of strategy for the development of journalistic discourses, the category of representation of Roger Chartier to relate the understand of progress recorded in the journals. The focus of these representations of civility and progress has been analyzed in discursive disagreements, fights and the analysis done by their own parochial on this subject in journals. This analysis was performed in the eyes of the organizational structure of its own journal for this task we use the concepts of analysis Mouilland about the layout of newspapers and will also help the discourse analysis of Eni Orlandi. We see several ways to represent the progress and the ways it's midst came to influence the partisan disputes existing in Pernambuco demonstrating the political culture. Together we look at the disputes that occurred in the leaves of newspapers held by conservatives and liberals in order to get space on the political scene of Pernambuco making use of their own concepts of progress and modernity.

Keys-Word: Representations, Progress, Political culture and Journals.

SUMÁRIO

Agradecimentos	07
Resumo	10
Abstract	11
Introdução	13
Capítulo 01: Panorama Político em Pernambuco na Primeira Metade do XIX: Crise, Periódicos e Progresso	29
1.1. Política em Pernambuco	29
1.2. Crise: falta de empregos para a “população”	34
1.3. Ordem e progresso no Diário de Pernambuco	36
1.4. “(Des) Ordem e progresso”	50
Capítulo 02: Lopes Gama e Antônio Pedro de Figueiredo: A Singularidade na Representação do Progresso	58
2.1. “Macaquear”: um novo verbo	65
2.2. “E tome embora a carapuça aquele em quem ela assentar de molde”	76
2.3. Progresso por “Progresso”: Antônio Pedro de Figueiredo	86
Capítulo 03: Agressões Mútuas: A Cultura Política nos Periódicos	98
3.1. A guerra política nas folhas do Diário de Pernambuco	100
3.2. Estratégias difamatórias do Diário Novo	115
3.3. O uso das “correspondências” pelos periódicos pernambucanos	127
Conclusões	134
Referências	136

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no programa de pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, História Social da Cultura Regional. E tem como perspectiva a representação e o uso do conceito de progresso nos periódicos pernambucanos no período de 1837 a 1850.

Pernambuco durante o final da primeira metade do século XIX apresentava-se com problemas sócio-econômicos que logo atingiram setores políticos, visto que os políticos eram apontados como os responsáveis para a solução destes encaixos. Em 1837 o panorama provinciano estava caracterizado com o discurso regressista do conservadorismo e economicamente por uma concentração financeira nas mãos de privilegiados, que constituíam a elite da província, sendo representantes dos partidos liberais e conservadores. O setor de maior expressão econômica e responsável pelo maior volume financeiro era o agrário que estava sob controle dos grandes proprietários.

A oligarquia agrária Rego Barros/ Cavalcanti detinha em seu poder parte significativa da agricultura, principalmente na zona da mata sul da província, local que estava a maioria dos engenhos. O comércio a retalho era visto pelos liberais como o principal problema dos provincianos, porque os estrangeiros detinham o comércio que a população poderia trabalhar, estando concentrada nas mãos dos europeus residentes no Brasil, em sua maioria portuguesa, conhecida por “marinheiros”.¹ Os partidos políticos propunham modificações significativas na província, dentre elas, os liberais destacavam-se pelo discurso de reformar a província na sua estrutura política e acabar com a falta de empregos, enquanto os conservadores defendiam um progresso mais submisso à ordem evitando assim possíveis violências na província. Neste enredo, o Movimento Praieiro se fez presente como a forma encontrada pelos liberais (radicais) de modificar as estruturas políticas da província, mas obviamente não havia tanta diferença na forma de governar entre conservadores e liberais,² visto que Chichorro da Gama (liberal) governou a província e manteve o modelo administrativo anterior que pertencia aos conservadores.

¹ Eram denominados assim por pertencerem à Europa e representarem a imagem dos invasores navegantes, caixeiros viajantes que impediam o crescimento de Pernambuco. Durante muito tempo foram agredidos e vilipendiados em agressões físicas, denominadas de “mata-marinheiros”.

² CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Dornelas. A Praieira Revisitada: Considerações sobre o debate. **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº 08, 2008, p. 54.

Os praeiros eram responsáveis pelas matérias jornalísticas que, inicialmente, eram mais agressivas que as dos conservadores. No movimento encontramos agressões que propunham apresentar os adversários como responsáveis pelos problemas econômicos e pela fome existente em Pernambuco, pois eram deles, os conservadores, o governo da Província e conseqüentemente seriam também eles os responsáveis pela situação que os pernambucanos passavam. Já para os conservadores, os problemas não poderiam ser resolvidos pelos liberais, porque não seria uma mudança brusca na administração do governo o necessário para solucionar a crise pela falta de trabalhos.

Durante muito tempo o poder da província esteve nas mãos dos conservadores, representados por Francisco do Rego Barros que foi responsável por um processo de modernização do Recife. Ele, baseado nos ideais de progresso e civilização, trouxe para Pernambuco engenheiros e arquitetos estrangeiros responsáveis pela estruturação da cidade. Acreditava como era comum, que a civilidade estaria nos moldes de vida francesa e por isso defendia a vinda de engenheiros que pudessem relacionar a província com a *urbe* francesa. Para tal intento, constitui a ROP (Repartição de Obras Públicas) em 1839, no intuito de desenvolver a estrutura arquitetônica do Recife, com a construção de pontes, praças, prédios e outros. Dentre os convocados para estas construções estão os franceses: Louis Léger Vauthier, Boulitreau, Millet, Buessard, Morel e Portier.³

O foco desta mudança era a ordem e a uniformidade. Claro que o entendimento de civilidade se baseava nas organizações europeias, e assim ele tentou estruturar a cidade nos moldes das cidades do velho continente.⁴ Seus estilos arquitetônicos buscavam selecionar os gostos que se faziam na Europa e principalmente na França e Inglaterra. É neste sentido que percebemos a instrumentalidade da Repartição de Obras Públicas (ROP) pelo Presidente da Província Francisco do Rego Barros que pretendia aplicar a modernização e o progresso em Pernambuco.

Ao término de seu governo assume um liberal, Chichorro da Gama. Este por sua vez tentou aplicar a forma de governar tão esperada pelos partidários dos liberais, já que eles tanto contestavam o poder dos conservadores e os modelos de administração

³SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

⁴ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: A Formação do Espaço Público no Recife do Século XIX**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004.

utilizados para o desenvolvimento pernambucano. Mas o estilo de governo dos liberais se assemelhava muito ao panorama conservador, continuaram as práticas de mudanças de cargos, como acontecia anteriormente, continuaram os problemas econômicos. Uma de suas diferenças discursivas foi o tratamento ao comércio a retalho, com os “marinheiros”.

Foi no governo dos Praieiros que os portugueses sofreram as consequências da reação que os brasileiros tinham pelos estrangeiros lusos, pois constantemente grupos locais saqueavam as lojas dos comerciantes e as destruíam. Em diversos casos a agressão, também, era física. Esta situação se refletia nos jornais praieiros, já que declaravam abertamente serem os portugueses os responsáveis pela falta de dinheiro na província. Os liberais buscavam responsáveis e os imigrantes eram apontados como responsáveis pela falta de trabalho da população mais pobre. Os jornais conservadores, também, relatavam estes episódios de violência no comércio dos portugueses. Num destes casos, um estudante do Liceu brigou com um comerciante e sobre o pretexto de vingar o estudante, vários outros populares junto com parte da população saquearam e destruíram comércios na rua da Praia e do Rangel. Para Bruno Dornelas Câmara⁵ este foi o episódio do “mata-marinheiro” mais devastador com violência acentuada e de repercussão significativa:

ocorrido o fato, concorreu a paragem em que ele houvera lugar, não dó a mor parte dos alunos do estabelecimento, senão também algum povo, que, sob o pretexto de vingar o ofendido, chegou ao excesso de arrombar as portas de vários dos referidos armazéns; matar a dois Portugueses, e ferir a diversos, na mencionada rua. D’ahi, ainda furioso, passou-se á rua do Rangel, onde arrancou a vida a outros tantos Portugueses, um dos quais deixou cinco filhos.⁶

Nas folhas liberais do Diário Novo, o grupo conservador da oligarquia agrária, também era discursado de forma agressiva, pois recebiam a culpa de centralizarem a renda dos pernambucanos e eram consecutivamente difamados. Esta colocação foi realizada no ano em que os liberais assumiam o governo provinciano. A ideia era a de denegrir a imagem dos representantes do partido conservador, para assim conseguirem o

⁵ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira.** Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, Cap. 03.

⁶ Acontecimentos dos dias 26 e 27. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 3. 28 de jun. 1848.

crédito desejado. Como o próprio partido conservador declarava a vontade de ordem, os seus adversários apresentavam seus comportamentos como de arruaceiros.

Estas agressões mútuas vinculadas nas folhas dos periódicos faziam parte da rotina deste período e eram uma característica comum na forma de fazer política em todo o Brasil, e conseqüentemente em Pernambuco. Os insultos declarados nos jornais faziam-se visíveis para servirem de arma política contra seus adversários.⁷

Com a perda do poder para os representantes do Diário de Pernambuco em 1848, aos liberais coube o uso das armas e num movimento organizado debelaram forças contra o governo instituído. Esta insurreição logo foi reprimida pelo governo central e os responsáveis foram punidos com prisões e degredos. Após o término do Movimento Praieiro o ideal de modernidade continuou e a Província foi “modernizada”, mas os problemas tanto debatidos pelos políticos durante esse período não foram solucionados.⁸

Nosso objetivo com esta pesquisa foi o de perceber e relacionar a representação do progresso com a cultura política pernambucana no período de 1837 até 1850 através da produção dos discursos impressos nos jornais de maior representatividade e significância na província. Refletir sobre as formas como a cultura política se apropriava de diversos conceitos de progresso e os inscreviam nos periódicos, visto que os jornais do período funcionavam como arma de propaganda política para a tentativa de justificar ações ou convencer as pessoas das ações partidárias.

Com isso buscamos fazer uma análise de jornais que tinham maior representatividade no contexto político do período. O Diário de Pernambuco, Diário Novo, O Progresso e O Carapuceiro, constituem nosso corpus documental, sendo os periódicos que nos servem para caracterizar de forma significativa a temática das relações entre estes e a cultura política.

O foco de nossa análise são as apropriações de diversos conceitos de progresso para a justificativa de pensamentos e ações políticas, as formas como os discursos

⁷ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência 1821-1823**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

⁸ EISENBERG, Peter. **Modernização Sem Mudança**. Campinas: Paz e Terra, 1977.

procuravam vilipendiar os adversários políticos, menosprezando o adversário com o intuito de ganhar expressão política em Pernambuco.

Para tais intentos tudo era válido, e nas folhas dos impressos encontramos discursos de agressões e de acusações de anti-progresso. Demonstrando assim a forma de compreensão do estereótipo partidário que existia na Província. A representação do progresso é expressa em diversas matérias analisadas e no estudo sobre as formas de representação deste nos aproximamos da cultura política inscrita nas folhas pernambucanas.

Para desenvolvermos nossas relações de trabalho com o objeto de pesquisa, procuramos selecionar os principais periódicos impressos do período. Destacamos para esta seleção, critérios de relações políticas e singularidades, pois o intuito não era a quantidade, mas a representatividade que estes materiais tinham na região, seja política, econômica, social entre outros.

Com um aprofundamento nas leituras realizadas da bibliografia, nosso horizonte se ampliou. Por exemplo, quando nos referimos ao trabalho de pesquisa de Amaro Quintas⁹ encontramos uma percepção inovadora para o Movimento Praieiro, devido a sua menção ao socialismo utópico no movimento. Esta questão pode ser notada pelos discursos que fazem referência à forma de civilização dos personagens quando falam da França. Para o período que o autor escreveu o texto, sua análise representou uma inovação para a historiografia, e ainda hoje sua pesquisa contribui para o entendimento da Praieira.

Ele diz que o movimento ocorreu devido a “feudalização” da província, a tentativa de nacionalização do comércio a retalho e as idéias do espírito “*Quarante-Huitard*”¹⁰, idéias socialistas da Revolução de 48 na França, espírito este que circundava a província.

Amaro Quintas, no período em que escreveu seu trabalho lutava em movimentos sociais, procurou com este livro explicar o surgimento de ideais socialistas.

⁹ QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 6ª Ed. Recife: Massangana, 1982.

¹⁰ Este espírito, que Amaro Quintas se refere, é o ideal socialista da Revolução de 48 na França, que segundo o autor estavam presentes na Praieira, devido às leituras dos líderes da Revolução.

Este espírito, aqui mencionado, era a concepção de progresso atrelada ao modelo de civilidade europeia, e como de costume a França era o carro chefe deste modelo.

Izabel Andrade Marson¹¹ faz referência aos problemas sociais e econômicos da região, porém relaciona o movimento com outras influências, como o da expansão do capitalismo capitaneada pela Inglaterra que indiretamente colaborou com o ideal de progresso vindo da Europa e a diminuição no tráfico de escravos. Uma percepção que contribuiu bastante para nossa perspectiva foi sua explanação com relação aos grupos participantes do movimento que segundo a autora participavam por motivos pessoais. Este entendimento, também, é notado por Socorro Ferraz¹². Nas disputas políticas ela afirma que existiam “Liberais e Liberais, Conservadores e Conservadores”, debatendo as ideias que muitas pesquisas tinham de generalizar os partidos políticos do período. Os motivos partidários, segundo a autora, não podem ser generalizados porque nem todos os liberais seguiam os ideais de seus líderes, assim como, também, os conservadores. Essas características da política eram comuns, pois elas tinham um formato pessoal. Neste período, não se separavam por completo a vida política da vida privada, caracterizando assim as ações como político-pessoais e as formas de governar entre oposição e governo se assemelhavam.

Assim também entende o historiador José Murilo de Carvalho¹³ que afirma não ser possível encontrar partidos políticos no Brasil antes de 1837, por serem eles, até essa data, organizações secretas em sua maioria regidas pela maçonaria. E que após essa data, podia ser referido a existência dos conservadores e liberais como partidos, mas que não seriam facilmente definidos e delimitados.

Marson, assim como os outros dois autores, percebe as disputas partidárias e focaliza o âmbito jornalístico e nos apresenta um panorama referente às disputas políticas expressas nos jornais. Atenta para as agressões pessoais e para a tentativa de denegrir a imagem dos adversários através dos discursos jornalísticos. Em seu trabalho, é definido os espaços dos governistas e dos que lutavam por este controle político, e como de praxe no período, da Guarda Nacional. Caracteriza a imprensa político-

¹¹ MARSON, Isabel A. **O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹² FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: Guerras Civas em Pernambuco no Século XIX**. Recife: UFPE, 1996.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial./ Teatro de Sombras: A Política Imperial**. – 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 201-204.

partidária dos dois grupos e demonstra como as lutas destes estendiam-se aos periódicos.

No mesmo viés jornalístico, Isabel Lustosa¹⁴ trata a relação de forças partidárias inclusas nos discursos jornalísticos. Analisa as disputas partidárias expressas em folhas no formato de agressões, o como a política brasileira é representada e discursada em periódicos. Sua Tese intitulada “Insultos Impressos” já demonstra o sentido destas agressões mútuas percebidas nos discursos políticos inseridos no corpo dos periódicos.

Marcus J. M. de Carvalho ressalta em sua obra que o Movimento Praieiro foi uma expansão das lutas existentes no campo. Chamando de “A Guerra do Moraes”¹⁵, devido às lutas que os Moraes faziam na mata sul e seus varejamentos contra outros engenhos, Carvalho percebe que as brigas ocorriam pelo poder dos cargos de chefe de polícia e por espaços políticos na província. Esta disputa de poder passou a se expandir por volta de 1844 até atingir o Recife em 1848 deflagrando a Insurreição Praieira. A perspectiva de Carvalho para o Movimento é a de que ele também foi decorrente das lutas ocorridas no interior de Pernambuco e como estas lutas estavam diretamente ligadas com o centro urbano, nas referências políticas e sociais, atingiram consequentemente o Recife.

No que tange ao projeto de modernização europeizada pelo qual Recife passava e vivenciava nas práticas sociais e arquitetônicas, nos deparamos com dois trabalhos de grande expressão referentes à temática. Souza¹⁶, trabalhando a legislação aplicada no império, faz um levantamento da normatização pelo qual passou o Recife no período imperial. Esta normatização, que passa pela criação da ROP – Repartição de Obras Públicas, transcende o social chegando ao estrutural. O projeto de modernização do Recife apresentado neste trabalho é baseado no modelo europeu, e como uma tecla repetitiva, a França se apresentava como o estereótipo, também na arquitetura e na legislatura.

¹⁴ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

¹⁵ CARVALHO, M. J. de. **A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

¹⁶ SOUZA, 2002.

Seguindo este pensamento de análise, mas pela perspectiva espacial e arquitetônica, Raimundo Arrais¹⁷ apresenta a modernização da cidade do Recife sob uma descrição que nos salta aos olhos, as formas, os traços, com que o Recife foi se construindo e em que pensamento e critérios os prédios e casas se levantar.

No trabalho a análise, também, nos faz perceber o pensamento e modelo de modernização que se apresenta ao estereótipo de civilização que a província se propunha a vivenciar. Atentamos para a construção de uma cidade que valorizando pensamentos europeus se dispunha a modificar as estruturas sociais e arquitetônicas, a cultura que se inscrevia nas paredes e traços citadinos.

Os trabalhos apresentados acima, tiveram diversas formas de compreensão do Movimento Praieiro e do contexto social, político e social de Pernambuco e do Brasil na primeira metade do Século XIX, e em certos momentos discordaram nas interpretações dos temas abordados. Desta mesma forma, o progresso foi discursado, debatido e representado neste período. No entendimento conservador, ele era notado como algo que estava para chegar e que por isso o povo sofria já que a modernização deveria vir com uma revolução nas estruturas administrativas, como entendia os liberais, ou talvez gradualmente, como pensava Pe. Lopez Gama.

Como nosso objetivo é o de analisar as concepções do progresso, modernidade e civilidade na produção de discursos da imprensa no período de 1837-1850, e consecutivamente discutir a cultura política inscrita nos mesmos, buscamos um referencial que nos auxiliasse de forma significativa para facilitar a relação teoria-prática em nossa pesquisa.

Por isso em nosso pensamento teórico, enxergamos diversas possibilidades, pois o mosaico de considerações teóricas para o historiador pode servir, até, como um empecilho, uma vez que a variedade se apresenta numa vastidão que chega a cegar. Historiadores se utilizam de filósofos, sociólogos, antropólogos entre outros. Interessante notar que por muito, também, estes em sua maioria são franceses. Como diversos pensamentos nos contemplam, aplicamos os conceitos e perspectivas que nos serviram como ferramentas para o trabalho documental e para pensar a nossa problemática.

¹⁷ ARRAIS, 2004.

Para nosso referencial teórico, alguns autores nos forneceram a base para o entendimento e o debate com as fontes, os textos com cruzamento dos materiais para o surgimento da pesquisa. Diversos conceitos são apresentados, e dentre eles os que mais se relacionaram com a temática proposta e que nos elucidaram forma a concepção de “poder” do Michel Foucault¹⁸, o entendimento de “representação” e “apropriação” do Roger Chartier¹⁹, as idéias de “*bricolage*”, “estratégia” e “tática” do Michel de Certeau²⁰, o conceito de “ordem e desordem” do Georges Balandier²¹.

É importante frisar que existem discordâncias entre alguns autores, principalmente quanto às concepções de Foucault e Orlandi, autores que abordaremos mais adiante. Por exemplo, Eni Orlandi compreende o “silêncio” nos discursos como forma de propagar e outorgar o que foi dito, para Foucault o “silêncio” na História é uma forma de resistência ao discurso inicial. Outra proposição é a crítica que Certeau faz ao trabalho do Foucault, pois entende que ele discute as diversas formas de “poder” e suas tessituras no âmbito espacial. Ele, segundo Certeau, furta-se à análise dos poderes e saberes exercidos pelos grupos que não estão diretamente ligados às instituições, ou como entende Marcus J. M. de Carvalho, “a população”.²² Faz análise do poder dos médicos e não dos pacientes, dos presídios e não dos presidiários entre outros. A crítica exercida por Certeau aparece como uma justificativa para a realização de suas pesquisas relacionadas ao cotidiano. Visto que o conceito de “*bricolage*” apresentado pelo autor é o poder do consumidor em contraposição ao produtor, porque para ele as pessoas produzem no mesmo instante em que consomem, deixando a idéia de consumidor passivo descartada. Caracterizando assim um poder que o povo exerce perante as instituições.

Para o próprio, este poder exercido pelas pessoas na reconstrução de produtos, materiais e imateriais, são formas de exercer o poder contra as instituições. Quando alguém do povo age, esta ação não é premeditada nem calculada para atingir um

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

¹⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1990.

²⁰ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

²¹ BALANDIER, Georges. **A Desordem: Elogio do movimento**. Trad.: Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

²² CARVALHO, Marcus J. M. de. Os Nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife (1848-1849). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 209-238, 2003. p. 223.

determinado fim, logo este poder de recriação do consumo é realizado como uma “brincadeira” (*bricolage*)²³, ao qual o autor denomina de “tática”.

Para nosso entendimento, os periódicos existentes no período tratado construíram “estratégias” políticas com o intuito de atingir o poder político. De Michel Foucault aplicamos a concepção de “poder” e em Michel De Certeau o conceito de “estratégia” que é:

O cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos).²⁴

De Certeau discute em seu trabalho as formas como as pessoas se socializam no cotidiano e como elas se apresentam diante dos poderes e saberes, estas relações para nosso entendimento se apresentam na construção das matérias jornalísticas que tinham, neste contexto, um foco ou meta. A construção de estratégias políticas aparece em nosso trabalho com o intuito de compreendermos a cultura política e suas formas de representar. Entendemos que a necessidade de destruir a imagem pública do partido adversário era uma estratégia política e que corriqueiramente era utilizada pelos periódicos.

Como simbolicamente os partidos discutiam as formas de conseguir adentrar no poder da política local, percebemos que quando eles se inscreviam em matérias jornalísticas, ao mesmo tempo, representavam suas concepções sobre o progresso, sobre os “mata-marinheiros” e sobre projetos de civilidade existentes na província.

Nossa concepção de “representação” é apresentada segundo o estudo de Roger Chartier que entende que, culturalmente, as pessoas se inscrevem e representam em diversas formas os entendimentos de mundo que lhes são demonstrados. Nestas representações, baseadas em vontades políticas e pessoais, eram realizadas para

²³ Estas ações são exercidas pelos personagens que não estão ligados com as instituições, aparecem sem cálculos de ações nem premeditações. Essas ações são não pensadas e feitas como uma brincadeira que o autor a entende como uma colcha de retalhos e de reinvenções nas construções de produtos já supostamente acabados. Perceba-se, também, que as reconstruções não se limitam aos bens materiais, mas a bens imateriais. Reconstroem leituras, imagens entre outros.

²⁴ CERTEAU, 1994, p. 99

convencer o povo de seus ideais políticos e demonstravam que percepções os jornais montavam do conceito de progresso, como eles tratavam suas perspectivas de futuro quanto à situação calamitosa que Pernambuco passava e como utilizavam os conceitos de progresso como arma política e partidária. Para Chartier as representações culturais são articuladas aos interesses dos grupos sociais, propiciando-nos uma compreensão melhor das formas de significar a sociedade.

O autor trata das receptividades destas representações como apropriação dos discursos. O conceito de apropriação de Chartier é semelhante ao conceito de Certeau de tática, pois as pessoas se apropriam dos discursos e (re)significam os conteúdos recebidos, visto que o consumo não é passivo, como debatido anteriormente.

Por mais que a historiografia tenha encontrado uma diversidade de métodos bastante extensa e suas interpretações tenham ganhado parâmetros diferentes dos tratados por modelos mais antigos que a concepção da nova história cultural, não se exclui o uso das fontes como recurso básico dos entendimentos de passado. Para o Jörn Rüsen²⁵ estas formas de análise da História são análises “nomológicas” que se atêm a uma teoria que engloba as diversas formas de entender o passado. Criou-se, possivelmente após Foucault, a ideia de que a História não possui métodos de pesquisa. A isto atribuímos aos diversos métodos que ela possui, pois a diversidade de formas de análise ou até narrar a História se apresenta como métodos de entender o passado. Por mais que se discuta sobre a falta de método na história, percebemos notadamente a imensa necessidade do uso das fontes históricas e das teorias para nos auxiliar na labuta da produção historiográfica.

Por isso em nossa análise compreendemos a necessidade constante do uso de documentos, pois as teorias não nos suprem por completo, servem como forma de articular o nosso trabalho com as fontes, facilitando o trato com o material e nos ajudando, também, com a reflexão sobre as problemáticas do período. Entendemos então que as articulações entre teoria prática documental e historiografia são a forma de desenvolver um trabalho de pesquisa com qualidade.

²⁵ RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado**. Trad.: Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

A proposta de pensar o progresso e a modernidade, em um conjunto de estereótipos europeus, nos leva a pensar, também, o conceito de ordem e desordem. Esta dicotomia aparentemente oposta nos foi fornecida pelo enlace teórico do Georges Balandier, pois necessitando de uma abordagem mais crítica com relação ao pensamento conceitual de nossa categoria progresso, entendemos que os conceitos de ordem e desordem são:

como as duas faces de uma moeda: indissociáveis. São dois aspectos ligados ao real, sendo que um, baseado no senso comum, parece ser o inverso do outro. Em uma sociedade tradicional que se define em termos de equilíbrio, de conformidade, de estabilidade relativa, que se vê como um mundo civilizado, a desordem se torna uma dinâmica negativa que cria um mundo ao contrário. Do mesmo modo ninguém ignora que a inversão da ordem não é seu desmantelamento; pode servir para reforçá-la ou ser um de seus elementos constitutivos sob um novo aspecto. Faz-se então a ordem com a desordem, o sacrifício faz a vida com a morte, e a lei com a violência domesticada pela operação simbólica.²⁶

Em nossa abordagem metodológica fizemos uso do trabalho de organização de artigos científicos do professor Sérgio Dayrell Porto, que conta com o trabalho de Maurice Mouillaud, professor Frances da Universidade de Lyon 2 e do Institut Français na Sorbonne e na École Normale Supérieure. Eles desenvolveram um trabalho voltado para a análise do jornal²⁷. A análise do jornal deve seguir na relação do contexto em que ele se insere e sua diagramação, destacando o intuito das matérias, seus posicionamentos políticos e que mensagem querem transmitir, criando assim um sentido para os discursos inscritos nos jornais.

Este material muito nos facilitou no trato com a documentação, que são basicamente periódicos. Pensando como ele está constituído em sua formação espacial, suas relações de prioridade de matérias, de qual será a matéria principal, o tipo de fonte tratada, qual o fato utilizado, o nome do jornal entre outros pontos que devem ser considerados com a análise de um jornal.

Com relação, por exemplo, ao conceito e trato com o nome do jornal, encontramos uma relação direta com o título do periódico liberal (Praieiro), pois ao propor o nome de Diário Novo, busca em sua expressão uma inovação em relação ao

²⁶ BALANDIER, 1997. p. 121.

²⁷ MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2002.

Diário de Pernambuco, discursado como Diário Velho pelos liberais. Notamos desde já que o nome do periódico de oposição opera uma afronta direta ao periódico conservador.

Esta forma de pensar a concepção de progresso e modernidade nos periódicos neste período da história de Pernambuco é pontual e singular, visto que diversos historiadores fizeram usos dos periódicos como uma das principais fontes documentais para suas análises e que não existe nenhum trabalho exclusivo sobre a relação da representação jornalística nos entendimentos do recorte temporal proposto, e outras representações como o progresso e a cultura política. Recorremos constantemente aos pensamentos de diversos filósofos, linguistas, sociólogos e antropólogos para nos auxiliar nas interpretações, mas não descartamos o pensamento de Marshall Sahlins²⁸ de que existem ilhas de História, “outras épocas, outros costumes”, pois leva em consideração que cada espaço e tempo histórico têm suas particularidades e significados que só o olhar cuidadoso pode perceber. Devido a isto, cremos e reforçamos o uso constante de documentos como forma de internalizar e interpretar os fenômenos do período estudado com o apoio incessante da teoria como agente facilitador do saber.

A variedade de material é exorbitante. Neste período, os periódicos estavam em crescimento quantitativo chegando a atingir números altíssimos devido ao Movimento Praieiro, pois eles serviam de arma política e com a aproximação da eclosão da Insurreição (1848) a imprensa panfletária se fazia presente nas ruas do Recife e seus arredores com expressão significativa.²⁹

Como nosso intuito está relacionado com a representação do progresso e suas formas de uso como propaganda e arma política, selecionamos dentre os diversos jornais como: O Lídador, A Voz do Brasil, O Nazareno, O Tribuno, O Guarda Nacional e outros mais os que tinham maior representatividade, segundo a bibliografia consultada, no período. Propomos apenas a análise significativa de periódicos que representavam a cultura política e suas singularidades.

²⁸ SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de História**. Trad.: Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

²⁹ MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980, p. 57.

Nosso corpus para a análise se voltou para os jornais: Diário de Pernambuco, Diário Novo, O Carapuceiro e O Progresso. A escolha se deu pela representatividade da cultura política em Pernambuco. Cada qual com sua prerrogativa política, de costumes, científica, mas que nos serviram para analisarmos o pretendido.

O Diário de Pernambuco por sua força e expressão de jornal conservador e de relações com grupos partidários da zona da mata sul, era devidamente centralizado pelas forças políticas conhecidas por “guabirus”. Seus textos jornalísticos apresentam características de parcimônia quanto aos discursos relacionados aos problemas da província, com o intuito de demonstrar a “tranquilidade” por que Pernambuco passava. Este documento apresenta a singularidade e expressa em suas folhas, desde o formato, a perspectiva de ordem e modernidade tanto desejada no local.

Sabemos, também, que dentre as batalhas e agressões jornalísticas as propagandas conservadoras se faziam presentes neste periódico. Este impresso era o porta-voz principal dos partidários conservadores, desde a direção do jornal até seus editores. Como a propaganda partidária se fazia presente nos periódicos, a arma política dos conservadores era, definitivamente, o Diário de Pernambuco.

Em contra partida, uma resposta liberal se fazia presente. O novo, o revolucionário, que propunha idéias progressistas diferenciadas, segundo seus conceitos. O Diário Novo era a arma política principal dos liberais e se apresentava como a inovação pernambucana, a necessidade de modificar as estruturas sociais. Devido a este fator seu próprio nome era “novo”, representando as modificações que a província tanto precisava, a inovação administrativa.

Lopes Gama³⁰ foi um personagem de expressão política relevante para a província pernambucana e desenvolveu uma análise comportamental sobre as formas como a sociedade se portava perante os costumes europeus, principalmente os vindos da França. Veja-se que o projeto de modernização passava pelos moldes franceses e que suas relações de adaptação, segundo sua análise, eram caricatas, e por isso, motivo de críticas contundentes por sua parte.

³⁰ GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. **O Carapuceiro (1832-1842)**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife (Coleção Cidade do Recife, 27), 1983. v. 3.

Já a revista social O Progresso, redigida por Antônio Pedro de Figueiredo e outros associados a ele, desenvolvia o discurso de que era necessário modernizar a administração pública, desenvolver o sistema de pequenas propriedades como nos Estados Unidos e basear-se na ciência para reestruturar a província pernambucana.

Estes materiais formam o *corpus* de nossa pesquisa e nos forneceram bases para a análise da cultura política e da representação do progresso nos periódicos, e como estas características influenciaram no procedimento e formação dos jornais pernambucanos, já que eles eram entendidos como imprensa panfletária.

Para o trato com estas fontes, a análise do discurso exposta em Eni P. Orlandi e Norman Fairclough serviram de mecanismo para a análise exposta nas práticas dos discursos jornalísticos do período exposto. Estas práticas jornalísticas estão presentes em diversos espaços e cruzam com o cotidiano dos cidadãos, são discursos que nos interessam para o desenvolvimento desta pesquisa.

Estes discursos são entendidos nesta análise segundo o conceito de Eni Orlandi³¹ quando remete o discurso a um movimento de sentidos, um caminho, um percurso, um curso onde a palavra é o caminho utilizado pelos personagens com sentidos e representações definidos.

Complementamos a compreensão com Norman Fairclough que explica que o discurso é “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”.³² Assim intercala o discurso com as características sociais e a representação.

Este trabalho se dividiu em três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo abordamos a constituição e o panorama dos partidos políticos pernambucanos, assim como tratamos das relações entre a crise da falta de empregos e suas correlações com os discursos jornalísticos e o conceito de progresso defendido por cada partido na folha dos jornais que os representava, expondo assim um panorama de fenômenos históricos que tiveram associação direta com a temática de nosso trabalho.

³¹ ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 1998.

³² FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 91.

No segundo capítulo, trabalhamos duas percepções singulares do conceito de progresso, fazendo assim uma importante ressalva quanto a uma ideia dicotômica sobre este conceito, não nos prendendo a posicionamentos apenas de conservadores e liberais. Selecionamos dois personagens significativos na política, Antônio Pedro de Figueiredo e o Pe. Lopes Gama que apresentavam ideias singulares em relação às concepções de civilidade dos partidos vigentes.

Esta percepção variada de conceitos e de modos de representação do progresso nos serviu de *corpus* para a elaboração do terceiro capítulo que constitui uma gama de relações entre a cultura política e as representações de progresso nos jornais Diário Novo e Diário de Pernambuco. Com esta relação entre cultura política e representação do progresso analisamos as agressões mútuas entre os partidos expostos nessas folhas. Abordamos consecutivamente a forma como utilizavam o conceito de progresso na constituição de estratégias para seus intentos agressivos, juntamente com o uso das correspondências de leitores para demonstrar o apoio popular aos seus pleitos.

Assim a relação do conceito de progresso, modernidade e civilidade representadas nos periódicos podem ser associadas para caracterizar a cultura política do século XIX na província pernambucana.

1. PANORAMA POLÍTICO EM PERNAMBUCO NA PRIMEIRA METADE DO XIX: CRISE, PERIÓDICOS E PROGRESSO

A sociedade brasileira durante o século XIX passou por diversas modificações culturais, políticas e sociais. Uma variedade de movimentos³³ tomavam formas na sociedade, modificações significativas que afetaram o panorama do cotidiano da população. Neste capítulo analisaremos a concepção de progresso presente nos discursos dos periódicos de maior expressão na capital da província pernambucana, procurando desvelar a cultura política do período. Desta forma contextualizaremos o Recife da primeira metade do século XIX.

1.1. Política em Pernambuco

A política no Brasil imperial foi marcada por inconstâncias significativas. Desde o governo do D. Pedro I até o do D. Pedro II diversas modificações ocorreram, inclusive uma flexibilização no poder imperial que era centralizador, existindo uma monarquia constitucional. A passagem de poder de um imperador para o outro esteve separada por um governo de regentes que flexibilizou devido às revoltas do período regencial e as mudanças dos gabinetes de governo.

Diversos grupos políticos se formaram e posicionaram argumentos políticos, que ainda não constituíam projetos partidários. Para José Murilo de Carvalho³⁴ só existiam partidos políticos no Brasil a partir de 1837, com as denominações de liberais e conservadores. Os conjuntos políticos se dividiam a partir de 1840, quando eles tomaram formas mais definidas. Carvalho faz um mapeamento da localização dos liberais e conservadores no Brasil, explicando onde eles se destacavam e os motivos de se destacarem em determinados locais. Sendo o Rio de Janeiro caracterizado pelo conservadorismo, a Bahia e Pernambuco divididos entre conservadores e liberais, e Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul predominantemente liberais.

Esta divisão que perdurou por todo o Segundo Império, apresenta Pernambuco como uma província dividida entre liberais e conservadores. E tão logo os partidaristas

¹ Movimentos políticos com trocas de gabinetes, movimentos como a cabanagem, a novembrada entre outros.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial/ Teatro de Sombras: a política imperial.** – 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 217.

podiam, disputavam espaços para o domínio do poder político e de cargos de confiança, como por exemplo, os cargos policiais e da Guarda Nacional.³⁵

Como o período da regência enfraqueceu o governo central, diversas contestações foram feitas aos regentes e seus modelos de governar. A instabilidade e as revoltas foram constantes no período regencial³⁶. Com isso ganhou notória expressão o movimento regressista que lutava basicamente pela devolução do poder ao governo central, agindo inclusive contra o Ato Adicional de 1834 e o Código de Processo Criminal de 1832.³⁷ O Movimento Regressista formulara e outorgara leis que reformularam tanto um quanto o outro. Em 1840 o Ato Adicional foi reinterpretado e, em 1841, o Código Criminal foi reformado.

Quanto ao posicionamento dos liberais, Murilo de Carvalho aponta uma contradição, visto que eles eram contrários às leis então adotadas, porém no período de governo dos liberais esta legislação não foi contestada nem reformulada, pois ela era um agente facilitador do governo:

os liberais revoltaram-se em 1842 contra estas leis. Mas, ao voltarem ao poder em 1844, mantiveram oposição puramente retórica a elas, pois tinham percebido sua utilidade para o exercício do poder. Em quatro anos de poder em nada alteraram o esquema do regresso.³⁸

Estas contradições foram uma constante na política pernambucana também, porque os liberais que tanto contestavam os conservadores da província, quando assumiam o governo provinciano, não se diferenciavam muito quanto às suas práticas administrativas, sendo até comparados aos seus adversários políticos.

³⁵ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Guarda Nacional em Pernambuco: a metamorfose de uma instituição**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

³⁶ Neste período regencial diversas revoltas no Brasil, que ameaçavam a pretensa unidade nacional, fizeram parte do contexto do país dentre elas: a Cabanagem, a Farroupilha, o levante Malê, a Sabinada, a Balaiada.

³⁷ O Código de Processo Criminal concedia maiores liberdades para que os juízes de paz punissem os delitos ocorridos em esfera local, e por isso fortalecia o poder das províncias em detrimento do poder centralizador, assim como o ato adicional de 1834 que ampliava o poder local em relação ao central nas províncias, pois as províncias poderiam formar suas próprias Assembléias Legislativas. Por meio de tal instituição, os representantes políticos locais controlariam a arrecadação de impostos e os gastos do poder local. Além de criarem leis, os membros dessa assembléia tinham autonomia para nomearem os funcionários do governo.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. 2007. p. 255-256.

Conservadores e liberais³⁹ tiveram suas semelhanças e diferenças. As semelhanças eram maiores no modelo administrativo da província e as diferenças eram mais próximas do âmbito discursivo, pois os liberais argumentavam a necessidade de nacionalizar o comércio a retalho, coisa que não pretendiam os conservadores. O perfil dos conservadores se voltava para personagens significativos em Pernambuco. Pretendiam em sua constituição fazer da província pernambucana um celeiro do progresso material, econômico, estrutural e político. Sua constituição foi estruturada com esse intuito e também se desenvolveram relacionados com o comércio pernambucano:

Pedro Francisco (visconde de Camaragibe) e Francisco de Paula (visconde de Suassuna) organizaram o partido conservador, juntamente com outros cidadãos aparentados da família, os Barreto e os Rego Barros. Empenhados na modernização econômica e política da província, aproximaram-se de Pedro de Araújo Lima (relacionado ao comércio), atraindo ao partido principalmente os jovens bacharéis de Olinda oriundos das famílias proprietárias de terra ou de comerciantes locais; foi o caso não apenas de Nabuco de Araújo e Figueira de Mello.⁴⁰

De 1835 até 1837 o governo da província esteve nas mãos do conservador visconde de Suassuna e, de 1837 até 1844, nas do Barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, demonstrando assim um consenso partidário e uma contínua permanência dos conservadores no governo de Pernambuco. O regresso conservador mantido por longo período em Pernambuco e na regência de Araújo Lima fortaleceu os mesmos e manteve certa estabilidade para eles no governo. Esta estabilidade modifica após 1844 com a ascensão em Pernambuco do Chichorro da Gama e a mudança de gabinete abrindo o período para o “quinquênio liberal”.

A formação do partido liberal (praieiro) foi uma constituição controversa, pois discursavam constantemente sobre a ordem, mas seus representantes divergiam sobre esta perspectiva política. Encontramos entre os membros republicanos, agitadores e ex-conservadores. Dentre eles, Nunes Machado, Urbano Sabino e Peixoto de Brito, formavam a ala dos ex-conservadores que trocaram de posição política por discordarem, principalmente, do governo do barão da Boa Vista.

³⁹ MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

⁴⁰ MARSON, Izabel A. **O Império do Progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 192.

Para expressarem este descontentamento e lutarem por espaço político na província, lançaram um jornal, o Diário Novo, com a função de atacar a reputação e contestar as ações do barão. Este jornal era organizado pelo Luiz Inácio Ribeiro Roma, filho do padre Roma, líder de 1817 que foi morto. O periódico era a expressão e o caminho para arrematar pessoas, de preferência votantes, para o partido liberal.

Chichorro da Gama foi o representante dos liberais no governo pernambucano quando chegou o fim do predomínio do partido conservador. Ele já tinha formado suas alianças com os liberais provincianos desde longa data. A associação entre Chichorro e Manoel de Carvalho, para lutar contra a Cabanada (1832-1835), constituiu a base da aliança para formar um dos futuros líderes da praieira. No governo de Manoel de Carvalho as lideranças da Praia foram se construindo junto a Nunes Machado e Chichorro da Gama. Foi neste governo que Nunes Machado se constituiu chefe de polícia. Em 1834 Chichorro da Gama era governador de Alagoas. Como a Cabanada estourava entre as fronteiras de Pernambuco e Alagoas, Chichorro e Nunes Machado lutaram para reprimir o movimento juntos, sendo então assim a consolidação da aliança entre o governador de Alagoas e os futuros líderes da praieira, entre eles, Nunes Machado.⁴¹

Apesar da diversidade dos integrantes todos tiveram parte em movimentos anteriores ocorridos em Pernambuco e se engajaram na Guarda Nacional. Quando foi preciso coibir os levantes de tropas em Recife, como a Setembrada e a Novembrada, eles foram ativos. Assim também o foram, em 1832, na Abrilada. Nessa ação, Nunes Machado iniciou sua vida política, ainda quando estudante de Direito, em Olinda, juntamente com seus colegas Nabuco de Araújo e Figueira de Mello.⁴²

Certas diferenças apareceram, quando após diversas contestações do governo conservador, os liberais assumem o governo com o Presidente Chichorro da Gama. Nesse período, diversos cargos públicos passam a ser ocupados por representantes do partido liberal e os partidários conservadores que ocupavam estes espaços são exonerados.

⁴¹ CARVALHO, Marcus J. M de; Câmara, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. **Revista Almanack Braziliense**. São Paulo, nº 08, nov. 2008.

⁴² NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

Com o início do governo liberal em Pernambuco aparecem consecutivamente os varejamentos das fazendas dos conservadores com o pretexto de recolherem armas pertencentes à Guarda Nacional. Estas mudanças de cargos, os varejamentos e a perda das eleições de 1848 para os conservadores, fizeram com que os liberais (agora radicais), sob alegação de fraude nas eleições, pegassem em armas na Insurreição Praieira.

Para Marcus de Carvalho “a raiz da Praieira foi esta disputa pelo poder local, principalmente pelos cargos na polícia civil, e secundariamente na Assembléia provincial, nas câmaras, na justiça de paz e guarda nacional”.⁴³ A rivalidade entre conservadores e liberais trouxe um saldo negativo para a população e para muitos integrantes do movimento, que sofreram com mortes e ferimentos.

Os enfrentamentos que eram realizados nas folhas dos jornais passaram para confrontos armados e contestações fortes contra o resultado das eleições. Para a população, o discurso do comércio a retalho foi o mote de estímulo para a participação na Insurreição. Para Marson, a Praieira, representa uma luta pelo poder:

trata-se de agressões e defesa mútuas, ou melhor, de *uma luta pela posse de poder* transformada no discurso dos contendores em “guerra civil” desde meados de novembro de 1848, com a utilização de todos os recursos disponíveis para vencer o adversário [...] a praieira procurava defender os seus cargos a todo o custo, numa operação aguardada havia tempo. Essa defesa tinha significado premente, pois os invasores do seu território não eram apenas adversários políticos, e sim inimigos pessoais.⁴⁴

Na mesma linha, para Marcus Carvalho, o movimento é a “face revolta-rebelião da Praieira: um atrito armado resultante da radicalização de uma disputa intra-elite pelo poder político local e cargos correspondentes”.⁴⁵ Entendemos que a disputa intra-elite existente em Pernambuco foi o foco principal da Insurreição Praieira e que a participação popular se deveu a motivações particulares e pela chamada da nacionalização do comércio a retalho.

⁴³ CARVALHO, Marcus J. M. de. Os Nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003. p. 212.

⁴⁴ MARSON, 1987. p. 47.

⁴⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Os Nomes da Revolução**. op. cit. 2003. p. 214.

Entendemos também que as disputas intra-elite se deram antes da luta armada pela produção de discursos do Diário Novo e do Diário de Pernambuco, representando assim os argumentos políticos de cada partido e as agressões mútuas nos discursos. Nosso interesse não se volta para o movimento praieiro e suas articulações pela luta do poder, mas para a conceituação e o uso do progresso como estratégia de conflito político.

1.2. Crise: falta de empregos para a “população”

Modernização, ordem, progresso, civilidade, são palavras que faziam parte do cotidiano de diversas pessoas na província pernambucana. Elas pretendiam adentrar nos moldes de civilização, que de forma rígida ou não, eram baseados nas formas de vida e nos costumes europeus.

Em Pernambuco, o sistema político-econômico se apresentou com problemas de canalização do volume econômico, pois a região estava com as finanças centralizadas, principalmente na agricultura. Ela se apresentava nas mãos de senhores de engenho que detinham poder e influência na política e na sociedade, sendo esta a fonte de maior riqueza da província. Outro tipo de renda tratada em nosso trabalho é o comércio a retalho, pois ele foi utilizado pelos praieiros como estratégia⁴⁶ discursiva de aproximação do povo, este comércio que estava nas mãos de comerciantes estrangeiros, denominados de “marinheiros”.⁴⁷

Estes dois canais econômicos serviam como ferramentas de exclusão da “população”,⁴⁸ pois a agricultura estava predominantemente nas mãos de grandes senhores de terra; na mata sul, pessoas ligadas às lideranças do partido conservador e, na mata norte, ao partido liberal.⁴⁹ No comércio a retalho encontramos a retenção da economia nas mãos de estrangeiros, que em sua maioria eram portugueses. Estes não

⁴⁶ O conceito de estratégia utilizado no trabalho é o de Michel de Certeau, que entende a estratégia como o caminhar das instituições para atingirem suas metas e objetivos calculados.

⁴⁷ Este conceito é aplicado aos comerciantes a retalho, que em sua extensa maioria eram constituídos por portugueses e detinham a fonte de renda que poderia ser dos populares recifenses. Os marinheiros eram denominados assim devido a eles serem caixeiros e associados aos navegadores que colonizaram o Brasil, trazendo o mal para a sociedade. Por muitas vezes foram atacados por reterem em suas mãos o comércio a retalho, uma das fontes de renda que os pernambucanos acreditavam ser a salvação para a falta de empregos e por fim a crise econômica que se instaurava.

⁴⁸ CARVALHO, 2003.

⁴⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira.** Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

eram admirados pelos nativos, pois para eles aqueles representavam um bloqueio do acesso ao comércio, e tão logo ao trabalho. A mais nesta situação eles enfrentavam a concorrência do trabalho escravo que se constituía em mais um obstáculo para o acesso ao trabalho.

Como nosso objetivo aqui é analisar, a categoria progresso nos discursos dos jornais, visto que estes se centralizavam nestas duas vertentes econômicas, politicamente a contestação contra os grandes proprietários e a contestação do pequeno comércio, que estava mais próximo da “população”. Desta feita, apresentava-se na província pernambucana uma crise econômica que afetava principalmente o cotidiano das pessoas pobres, que sofriam com o desemprego e com a fome. Destarte, os partidos políticos procuravam discursar sobre esta crise de falta de emprego e as formas de solucionar os problemas que acometiam a população.

Esta crise de emprego foi acentuada no governo praieiro. Lembremos que, durante o governo do Barão da Boa Vista (1837-1844) as reformas da cidade do Recife abriram possibilidades de trabalho remunerado para algumas pessoas, mas com o governo praieiro, a partir de 1845, e a paralisação das obras realizadas pelo Barão, o desemprego aumentou e a insatisfação também. Quanto a esta situação, Marcus J. M. de Carvalho afirma que:

[...] de fato, entre 1837 e 1844 foram abertas novas ruas, construídos prédios públicos e instalado um novo sistema de abastecimento de água. Para Borges da Fonseca, o governo do barão, mesmo conservador, havia melhorado o aspecto geral da cidade e dado emprego à população urbana. O cônsul americano no Recife, em 1845, observou que a interrupção das obras públicas durante o governo praieiro jogou muita gente nas ruas.⁵⁰

Devido à crise de falta de emprego estabelecida em Pernambuco a população mais carente sofria demasiadamente, sendo este sofrimento um dos argumentos dos liberais para justificar suas ações. Amaro Quintas discorre que:

[...] a situação do pernambucano desprovido de riqueza era das mais angustiosas possível. Impossibilitado de voltar-se para agricultura, porque esta se encontrava na mão dos grandes senhores de terras – no gótico castelo Rêgo Barros-Cavalcanti – encontrava a mesma

⁵⁰ CARVALHO, 2003, p. 216.

dificuldade, se pretendia dedicar-se ao comércio, quase todo ele em poder dos estrangeiros, ou para alguma atividade industrial, também monopolizada pelo elemento alienígena.⁵¹

Esta situação de penúria pela qual passavam os populares da província, ocorria na região do Recife, pois no campo, a agricultura segundo Marcus Carvalho, apresenta um relativo desenvolvimento em relação aos anos anteriores, chegando a atingir um “*Boom*” econômico no período de 1846-1847. Existiu um crescimento agrário em Pernambuco com as exportações, sendo na segunda metade da década de 40 o ano de avanço mais expressivo, pois “houve de fato uma expansão na produção açucareira pernambucana na segunda metade da década de 1840, sendo o aumento mais significativo nos anos de 1846-1847”.⁵² Neste contexto, notamos que de uma forma geral, a economia centralizada principalmente na agricultura, estava em desenvolvimento, mas este atingia principalmente os agricultores e os comerciantes de grosso trato que entravam neste afloramento econômico, transformando esta crise num problema provinciano.

Diante da crise de emprego instaurada na província pernambucana e aumentada pelos discursos liberais, estes e os conservadores se posicionavam de forma diferente. Os primeiros aproveitavam este momento de sofrimento do povo para formularem sua estratégia de convencimento, pois alegavam a necessidade de nacionalização do comércio a retalho, resolvendo assim o problema, lembrando não ser esta uma crise expressiva, mas amplificada pelo discurso liberal e pelo ódio ao português. Já os conservadores afirmavam que esta falta de emprego era apenas um sintoma do progresso que estava vindo para a província. Isto era defendido pelo argumento de que toda melhoria vinha depois de uma tribulação, de um sofrimento, e este penar era a falta de emprego que logo seria compensado com a modernidade e a prosperidade.

1.3. Ordem e progresso no Diário de Pernambuco

Aproveitando a crise econômica na década de 1840 em Pernambuco, analisamos os discursos referentes ao progresso e a prosperidade que apareciam nas páginas dos periódicos recifenses. Um destes jornais, o Diário de Pernambuco,

⁵¹ QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 6ª Ed. Recife: Massangana, 1982. p. 29.

⁵² CARVALHO, 1986. p. 29.

discursava em suas páginas sobre os problemas e as crises existentes, mas as apresentava como um sinal de progresso.

Este jornal buscava elogiar a administração de Francisco do Rego Barros, exaltando e aplaudindo suas obras, demonstrando assim uma relação entre as ações progressistas dele e as ações do jornal. A existência da crise empregatícia que a província passava não foi negada pelo periódico, mas foi utilizada como ferramenta estratégica para representar o sofrimento como característico do progresso e da civilização. Mesmo em 1848, quando estoura a Insurreição Praieira, o discurso de prosperidade é mantido. Aqui os conservadores incitam a população a restabelecerem a as forças e se prepararem para um porvir de prosperidade:

sem que nos deixemos dominar pelo pânico que sentem as almas fracas ao reconhecerem a gravidade do perigo que as aguarda, restabeleçamos nossas forças, afim que, combinando-as, consigamos preparar um porvir de prosperidade, não só para nós, como para a geração que nos há de suceder.⁵³

Este pensamento apresentado pelo Diário de Pernambuco servia para amenizar os problemas existentes e demonstrar que a crise e problemas serviam como tribulações futuramente recompensadas. O sofrimento não foi negado, mas foi discursado numa estratégia⁵⁴ política para afirmar o governo conservador e apresentá-lo como uma administração que levaria a província para o progresso.

Em meio a um grande e grave problema de desemprego, o pensamento do partido conservador veiculado na província através das páginas do Diário de Pernambuco era o de manter a calma e confiar, pois o sofrimento e a crise eram apenas sintomas da vinda do progresso, que este para se instalar deveria causar danos para que a população amadurecesse e aprendesse a conviver com o progresso tão esperado. A crise possuía, assim, um caráter pedagógico.

Os conservadores entendiam que a modernidade e a civilidade deveriam partir de ações de cautela e consciência. Nunca em uma ação de agressividade e violência. As

⁵³ Diário de Pernambuco, **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01, 01 jan. 1848.

⁵⁴ Estratégia é a “arte de fazer” das instituições para manipular ou convencer. As estratégias são os métodos que as instituições utilizam para atingir um objetivo, no caso deste trabalho são as formas como os partidos utilizavam os jornais para convencer a opinião pública. CERTEAU, Michel De. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 12ªed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 99.

modificações bruscas eram apresentadas para seus leitores como algo que deveria ser evitado. A modificação social deveria ser gradual. Ao pensar ou discursar sobre o conceito de “reforma” o Diário de Pernambuco em 1840 diz:

as idéias de abuso nos gastos, e de excesso nos ordenados, trazem consigo naturalmente as de reforma. Porém revela colocar aqui um farol, que alumie esta perigosa rota. Este farol, é o principio de segurança, atentando-se contra ele, converte-se o remédio em veneno, e o reformador em algoz. [...] É indispensável uma condição, sem a qual toda reforma é maior abuso, do que os que se pretende corrigir: condição igualmente prescrita pela justiça, prudência, e humanidade.⁵⁵

Na matéria citada, percebemos características discursadas de diversas formas. Há um informe jornalístico que apresenta o conceito de “reforma” para instruir a população, em especial o público leitor, com o intuito de manter o domínio e a liderança do periódico na província. Notamos então uma referência singela associada às luzes, que é a presença do farol. Este que representa o conhecimento e as idéias inovadoras da Europa. Com uma simples ligação, podemos constatar a representação das reformas europeias como algo relacionado com a segurança da ordem e que os pernambucanos não deveriam copiar estas ações reformadoras de forma abrupta. As luzes, neste contexto, para os conservadores, eram modificações necessárias que deveriam vir de forma gradual, acompanhadas de um processo pedagógico de preparação da população, que não estava pronta para a civilidade, pois caso elas fossem aplicadas rapidamente, converteriam “o remédio em veneno”, como afirma a própria matéria.

Entenda-se que no discurso apresentado, a crise empregatícia de Pernambuco afetava a população e não foi negada pelo periódico, mas foi utilizada como um dispositivo jornalístico⁵⁶ para justificar suas ações e pensamentos. Neste sentido o pensamento relacionado às luzes, a reforma e a associação com a Europa constituem um dispositivo de convencimento diferente dos liberais e que nos apresenta uma concepção

⁵⁵ Reformas. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01, 08 abr. 1840.

⁵⁶ Para Mouillaud os dispositivos “pertencem a lugares institucionais: um anfiteatro de universidade não é apenas uma cena especial, mas um subconjunto da instituição universitária. Os dispositivos e as instituições têm uma relativa autonomia entre si (um lugar institucional pode ser o mesmo com dispositivos diferentes, e um dispositivo pode funcionar em diferentes lugares). Entretanto, o dispositivo e o lugar são indissociáveis do sentido no qual só se atualizam um pelo outro”. MOUILLAUD, Maurice. *Da Forma ao Sentido*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: Da Forma ao Sentido**. 2ªed. Brasília: UNB, 2002. p. 35.

singular de progresso exposta aqui, onde a prudência em sua aplicação seria a principal característica dos povos civilizados.

Palavras contidas nesta temática inscrita no periódico destacam, também, seus conceitos sobre as modificações nas estruturas da província, facilitando a vinda da modernidade, lembrando que o governo provincial neste período estava sob o controle dos conservadores, representantes deste jornal. As luzes na matéria são vistas como uma modificação necessária, mas que deveria vir com parcimônia, de forma progressiva, sem que se atentasse contra a ordem ou viesse de forma abrupta. Justiça, prudência e humanidade, aparecem como as melhores formas de corrigir os erros políticos existentes. Veja-se que na síntese desta análise os conservadores justificam as ações políticas de seus partidários com o discurso de prudência relacionada com um “povo civilizado”, e que não seria uma reforma o caminho de combater o problema, mas a justiça, prudência e a humanidade.

A constituição de um periódico é de suma importância para a sua referida análise, chegando a ser tão importante quanto à matéria inscrita, segundo Mouillaud. Sua forma e aparência representam boa parte do que ele exprime, também, o nome do jornal, sua diagramação, a posição das matérias que para os colunistas merecem maior destaque, entre outros fenômenos.

Com relação ao posicionamento das matérias, o Diário de Pernambuco se enquadrava num esquema de preferência que, também, facilitou nossa visualização com referência aos seus conceitos de modernidade e política. Como já visto neste trabalho destacamos a Europa como sendo o foco de modernização e civilização. Os representantes do partido conservador convocaram franceses como Vauthier para a execução de obras na ROP. Desta forma podemos notar a concepção do progresso aplicada em Pernambuco e a organização do jornal conservador.

Pela montagem do jornal as matérias de capa eram referentes à política nacional, internacional e pernambucana. Notícias estrangeiras abarcavam a grande quantidade de matérias no Diário de Pernambuco sobre fatos da Inglaterra, da França, Estados Unidos, México, Argentina entre outros países, inclusive da África (colonizada). Com correspondentes em diversos lugares, trazendo informações constantemente sobre os locais, o periódico se apresentava como sério, competente e que trazia as melhores informações.

Depois destas matérias, devido aos interesses e momentos conturbados que a política pernambucana passava, estavam as notícias da capital imperial. O Rio de Janeiro tinha um destaque especial nas páginas das folhas deste jornal. Depois era a vez da política pernambucana e por fim as expressões das pessoas relatadas nas correspondências dos leitores publicadas no jornal sobre diversos assuntos. Importante observarmos que dependendo da ocasião esta estrutura sofria alterações, porém corriqueiramente esta era a estrutura básica para o período estudado, já que se enaltecia nesta ordem de montagem o poder central em detrimento do local.

A continuidade de matérias que enaltecia o poder central era uma constante nas informações relatadas pelo periódico, pois entendiam que a ordem deveria ser mantida. Nos relatos sobre a saúde do imperador, por exemplo, o jornal descreve seu estado e demonstra que tudo está tranquilo com o representante máximo do país:

desde ontem às 9 horas até hoje às 7 horas da tarde S. M. I. tem passado muito bem, e tem adquirido o seu estado normal, não deixando nenhum receio de reincidência da moléstia de que fora acometido. Portanto suspende-se a publicação de boletins.⁵⁷

A interatividade se inscrevia no periódico com a temática das correspondências mandadas por leitores, e claro devidamente selecionadas para serem expostas. Estas correspondências nos dizem muito sobre a concepção de progresso e modernidade que as pessoas tinham e que o periódico corroborava. Em outubro de 1840, um leitor que se identificava como “O Observador” expressou assim o seu ponto de vista sobre as mudanças introduzidas pelo governo de Rego Barros e sobre a profissão de engenheiro na reorganização da cidade do Recife:

resta pois, que aqueles que mais intimamente se interessam pela felicidade deste país decidam, se quiseram sem exame adotar a negativa, e enriquecer o seu capital e as suas forças em animar e manter uma profissão importantíssima, porém recentemente introduzida aqui, cujo aumento tem sido a muito tempo reconhecido como um evidente indicio do progresso da civilização.⁵⁸

Há de se notar, por exemplo, que o leitor corrobora com a concepção do periódico, e por isso sua correspondência tomou formas no jornal. Veja-se que ele

⁵⁷ Rio de Janeiro. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 04, 14 abr. 1840.

⁵⁸ Correspondência. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02, 26 out. 1841.

elogia o governo conservador e enaltece o progresso da civilidade existente nas ações da profissão, que aqui é a de engenheiro devido às ações da ROP e seu representante mor Vauthier.

Inscribe-se nas páginas do Diário de Pernambuco o apoio constante e declarado que os conservadores, assim como os liberais, tinham pela monarquia. Ambos expressavam sua concordância com regime monárquico. Assim o Diário de Pernambuco enalteceu ao “augusto” imperador com uma poesia dedicada ao D. Pedro II:

Salve, oh Dia de paz, Dia de Gloria,
De Julho Vinte três, Dia Imortal,
De mármore no mais rico pedestal
Mereces ser inscrito para memória.

Cessem de Numa, Tito, e Marco Aurélio
Os renomes, que encham todo mundo:
Novo Astro aparece, que os ofusca,
O Magnânimo Herói Pedro Segundo.

Jovem, querendo dar aos brasileiros
A maior prova do seu intenso amor,
Deu-lhes dos seus tesouros o mais rico,
Fez Pedro do Brasil Imperador.

Suplante a anarquia, o despotismo,
Reine só no Brasil paz, união;
Pedro existe no Trono, e dele só
Depende do Brasil a salvação.⁵⁹

Faz-se presente neste discurso a imagem imperial de salvador que D. Pedro II detinha nas folhas do periódico. Com características monárquicas e expressas no poema se destaca a face soberana de um herói, a exaltação. Ele é comparado com outros personagens do passado que representavam grandes líderes, mas visto como superior, pois seria através do imperador que o Brasil encontraria a salvação.

Surge assim a imagem do “homem providencial”, aquele que vai inovar e trazer a salvação. O mito do salvador, como nos explica Girardet em seu livro “Mitos e Mitologias Políticas”⁶⁰, seria o personagem ícone responsável pela salvação da nação,

⁵⁹ Poezias, dedicadas a S. M. I. o Sr. D. Pedro 2º, para serem lidas na noite do dia 23 d’ Agosto, na occasião de se soltar o fogo artificial, que em applauso ao Mesmo Augusto Senhor, mandou fazer a Camara Municipal d’esta Cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 05, 19 ago. 1840.

⁶⁰ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad: Maria Luciana Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

que traria consigo o semblante da mudança, como na poesia acima transcrita, onde o imperador D. Pedro II aparece como este personagem salvador.

Assim também segundo a perspectiva de Georges Balandier,⁶¹ a ordem em sociedades tradicionais e religiosas, ocidentais, se expressa com o mito do salvador. O ser que virá e salvará todos acabando com as dificuldades e solucionando os problemas existentes. Diante do caos, o discurso tange para a preparação e a vinda de um salvador que modificará as estruturas sociais. A cultura política se faz presente com a justificativa de que o imperador representa a figura salvacionista. Para notarmos esse fenômeno basta nos remetermos à poesia, quando descreve que “Pedro existe no trono, e dele só depende do Brasil a salvação”.

Analisando a figura do salvador que imporá a ordem dentre os povos, Girardet⁶² defende três tipos referentes a essa ideia de salvador. Estes que são o modelo legendário do velho homem de grandes comandos, que se precipita sobre a glória, o legislador e o anunciador dos bons tempos.

Podemos notar o foco no discurso da poesia, segundo a concepção do autor. Primeiro o imperador D. Pedro II é apresentado como a representação do salvador para o Brasil, a figura que faltava para a política brasileira se organizar, ou seja, com ele seria o fim do sofrimento, pois a modernidade e a civilidade estavam chegando, era um porvir de prosperidade no futuro pernambucano.

Em caráter notório o periódico contextualizava a presença do Rio de Janeiro como proposta de evolução da civilidade e, logo, o salvador com a personificação do imperador Pedro II. Esta conclusão não se afastou da proposta de modernização que os liberais em Pernambuco propunham, pois os dois partidos nunca foram ou propuseram o fim dos laços com a Monarquia. Como pensa Almeida:

a luta pelo domínio do poder no estamento político dominante, levava os partidos a fazerem ou apoiarem determinadas revoluções. Na realidade, tivessem a cognominação de liberais, progressistas, luzias; ou, conservadores, saquaremas, centralizadores, representantes da

⁶¹ BALANDIER, Georges. **A Desordem**: Elogio do movimento. Trad.: Suzana Martins. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 26.

⁶² GIRARDET, 1986. p. 73-79.

ordem; nenhuma destas facções tencionava sequer quebrar os alicerces do regime monárquico.⁶³

Vale salientar que este pensamento é apresentado por vários autores,⁶⁴ e que os partidos políticos não tinham tantas diferenças relacionadas com as formas de governar. O modelo e trato com os trâmites da administração pública, tanto por conservadores como por liberais, eram semelhantes, tão próximos que muitos integrantes da sociedade alegavam a semelhança em discursos jocosos sobre a política.

Com as lutas partidárias em Pernambuco, destacamos esta mesma singularidade na forma de governar. Mas como inimigos políticos, estes partidários tinham que apresentar pensamentos opostos, pois não teriam argumentos para justificar ataques aos adversários se não se mostrassem diferentes. O progresso, a modernidade, a civilização eram objetos de propagandas inscritas nas folhas destes partidos, serviam como arma de propaganda estratégica para a política.

A concepção e o entendimento de ordem baseada num salvador destacam características de sociedade conservadora e que depreende a associação entre o poder divino com o poder político, o sacro e o temporal. Nas folhas do Diário de Pernambuco os trâmites e negociações políticas desde muito estavam remetidos pela religião como forma de desenvolver a sociedade civil, ou seja, eles usavam o discurso salvacionista perante o povo.

Pensando por um viés social, o jornal destaca como mote principal das formas de pensar as luzes e a visão de que o país deve se desenvolver como a Europa e demais países, mas a submissão a Deus é a vertente de força maior. Justifica, também, o caráter monárquico por esse sentido, visto que Deus constituiu desde o princípio uma monarquia como forma ideal de governo; associa o imperador ao salvador (político) da sociedade brasileira e destaca que a igualdade tanto almejada pela população deve ser alcançada pela religião, quiçá no céu.

⁶³ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Guarda Nacional em Pernambuco: a metamorfose de uma instituição**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986, p. 82.

⁶⁴ SCHWARCZ, Lilia M. As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998; CARVALHO, Marcus. Os Nomes da Revolução: lideranças populares na insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n° 45, p. 209-238, 2003; MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005. Entre outros.

Em 1837, início de nosso recorte temporal, destacou-se no pensamento expresso nas folhas conservadoras, matérias que se propunham a ensinar as pessoas o “verdadeiro sentido” dos fenômenos, como reforma, política, religião, entre outros. Os conceitos eram apresentados em matérias com o intuito de justificar seus pensamentos e de caráter pedagógico. Para o conceito de religião, por exemplo, foi dito que:

a religião, esta lei natural, que ligando o homem a Deus, lhe ensina, que sua alma não pode morrer na dissolução de seu corpo, que muda somente de vida, e que os dias, que passa sob essa terra, não é sem o crepúsculo de sua imortalidade, é uma instituição eminentemente social, e quando não oferece aos homens, outros bens além de um mais incentivo para a prática da virtude, seria sobre tudo necessária para a manutenção e conservação da Sociedade Civil. As leis sociais regulam as ações dos cidadãos, mas não podem regular as dos homens; porque não lhes é dado penetrar os esconderijos do coração humano; só a religião tem este poder sobre natural, só ela pode manter a idéia de igualdade, que é tão idolatrada pelos homens, entretanto, que essa igualdade não pode existir nesta vida, e só a Religião nos alenta a esperança de uma vida futura, onde as virtudes irão ter sua infalível recompensa; pois que Deus é justo, e o crime perdendo o manto dos artificios da fraude sofrerá o necessário castigo.⁶⁵

Note-se que nas palavras do conceito de religião, também, podemos encontrar outros conceitos atrelados, pois a religião chegava aonde as leis sociais não chegavam, ou seja, era mais importante. Lembrando que Pernambuco se envolvia com as ideias das luzes e civilidades europeias, mas a religião era de suma importância para a sociedade. Os argumentos mais contundentes contra o pensamento de modernidade eram de teor religioso, desferidos, principalmente, pelo Pe. Lopes Gama no próprio Diário de Pernambuco.

Os discursos e representações do progresso eram mais fortes a cada momento e tinham na religião uma forma de manter o conservadorismo. Destacamos que os periódicos conservadores defendiam a idéia processual do desenvolvimento social, pois entendiam que a modernidade existia, mas o povo não detinha os mecanismos para a aplicação deste entendimento tal como era feito pela sociedade europeia.

Na matéria referente ao conceito de religião defendida pelo jornal, destacamos a ligação com o pensamento da religião baseada numa lei natural, ou seja, os homens não tinham opção contrária a ela, por isso sustentavam seus argumentos nos escudos da

⁶⁵ A Religião. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02, 19 jan. 1837.

religiosidade para não sofrer argumentos contrários. Afirma que esta é uma instituição social, que defende e pensa na humanidade, que ensina a virtude e a submissão, tão logo, contrária a revoluções e reformas.

Com relação desemprego para a população, o argumento de proteção e justificativa era o de que a igualdade tanto almejada no presente seria alcançada apenas nos céus. Partindo do pressuposto de que tudo tinha seu tempo determinado (por Deus), logo o sofrimento e a crise, que todos sentiam, passariam no tempo de Deus e a recompensa seria futura, assim como no paraíso, local onde existiria a igualdade.

Neste porvir de prosperidade, destacamos um pensamento entre o moderno e o tradicional caminhando lado a lado, pois este era o entendimento dos conservadores inscritos nas folhas do periódico. A ordem está chegando, mas só se instalará em seu tempo próprio, a população precisa aprender a civilidade para recebê-la e o sofrimento era sinal de progresso chegando para a província pernambucana.

Seguindo a relação de sofrimento para a prosperidade, em 1838, o mesmo diário destaca a luta pelo desenvolvimento provinciano, quando ressalta que é chegada a crise política, em 1837, e que ela está sendo superada para bens maiores que estão num porvir:

principiamos o ano de 1838, não hesitemos a expectativa pública sobre o seu horizonte político: voltemos o pensamento e reflitamos a vista do quadro do ano que finalizou. As dificuldades em que o Império se achou colocado no último trimestre de 1837 apresentam poderosíssimas conseqüências para sua conservação primordial.⁶⁶

Veja-se que nessa relação entre o sofrer e melhorar, os conservadores se inscrevem nas folhas do jornal descrevendo e explicando o sofrimento já existente. Na matéria acima, explicam esta relação, quando afirmam que a crise do último trimestre de 1837 veio como uma “poderosíssima consequência para a conservação primordial” que é a monarquia e a ordem do império sendo mantidas após sofrimentos vivenciados.

O discurso constante da ordem é defendido com afinco, pois enquanto os liberais desferem palavras de críticas à crise que se instaura, os conservadores explicam a crise como um soar da prosperidade e progresso que a província se encontra.

⁶⁶ Diário de Pernambuco: Considerações sobre o ano de 1837. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 03, 02 jan. 1838.

Não tendo apenas como justificativa a soberania do imperador e de Deus como arma de explicação, os conservadores associam diversas ações sociais ao mesmo mecanismo de produção de sua propaganda política. São na propaganda política destes que encontramos argumentos construtivos neste mesmo sentido.

A prosperidade deve se submeter à vontade de Deus. Na ordem em que Deus instaurou não poderia existir nenhum tipo de revolução ou reforma e as pessoas não deveriam criticar os ricos, e vistos como ociosos, tendo apenas que trabalhar para se desenvolver. Assim pensava os colunistas do Diário de Pernambuco com relação ao Trabalho:

há pessoas que por carecerem viver do trabalho próprio se julgam de pior condição que os outros; tendo além disso para si que a ociosidade e mandriise são puros hábitos de prazer. Os indivíduos que assim pensam facilmente se convencerão de seu erro, em se lhes provando que nada deve ser tão enfadonho como a inanição e preguiça. Pergunte-se a qualquer pessoa sujeita, por desgraça sua, às delongas do processo, que tédio e aborrecimento lhe não empeçonham os dias da vida nesse tempo gasto em ócio e incerteza [...] e então se verá quanto é mais ditoso o operário que vive honradamente do seu braço.⁶⁷

O trabalho é entendido com o foco na justificativa de que as pessoas que tanto invejam os que vivem do emprego público ou de atividades que deem um tempo considerável para a prática da ociosidade, devem refletir esses pensamentos. Visto que a invalidez, por exemplo, é algo ruim e que caso as pessoas perguntem para outras qual a vontade de viver no ócio descobrirão que é um aborrecimento.

Com esta justificativa o Diário defende seu ponto de vista e incita as pessoas a não reclamarem da ociosidade praticada pelos próprios partidários do Diário de Pernambuco, os conservadores. Por serem donos de terras e ocuparem os principais cargos públicos eles foram por diversas vezes acusados de serem ociosos e pândegos, e pessoas de pouco trabalho. Logo, a crítica da ociosidade tinha como destinatário os próprios conservadores.

Por isso, ao mesmo tempo em que defende seus partidários, o Diário de Pernambuco também propõe acalmar os ânimos e as críticas das pessoas difundindo o

⁶⁷ Classes Laboriosas. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02, 25 jan. 1842.

discurso de que o trabalho muito honra o homem e que o suor valoriza o pão de cada dia, associando o discurso religioso com o político.

Nesta mesma associação um soneto relatado em 1848, nas proximidades dos confrontos armados do Movimento Praieiro, homenageia a Imperatriz e nele identificamos outros pontos relevantes para a compreensão da concepção de progresso dos conservadores inscritos nestas folhas:

Oh **FLOR**, prole dos **CEZARES** primevos,
Que ora embalsamas de **CABRAL** os climas!
Teu **NATAL** esperanças verte, ótimas,
Em nossos dias climatérios, servos!

Dos **BRASILEIROS**, pavidos, coevos,
Os corações monárquicos animas,
Gerando **FRUTOS**, com que o medo oprimas
De não medrar o **TRONO** além do évos.

Em pedestal do mármore de **PAROS**
Vá topetar os **CÊUS**, mais soberanos,
Um Monumento dos teus **DOTES RAROS!**

Entretanto os fiéis **PERNAMBUCANOS**,
A quem dotes **REAIS** sempre são caros,
Cantam, **THEREZA**, teus mimosos **ANOS**.⁶⁸

No soneto apresentado acima, existe mais sentido na questão da prosperidade. Destaque-se que o retratado no soneto com letras maiúsculas foram escritas todas em negrito e em letras maiúsculas mesmo, com o intuito de ressaltar certos sentidos para o que foi dito. Ressalta-se a Pátria, a grandiosidade da imperatriz, a animação que ela aplica aos corações imperiais, gerando frutos. Veja-se que quando abordam estas relações Pernambuco passa, por diversas críticas políticas, por um forte clima de tensão. Logo esta afirmativa, mais que um elogio, transforma-se em uma afirmação de que os conservadores são monárquicos e que ela (a Imperatriz) é um modelo que gera frutos, ou seja, benesses para o futuro.

Outro ponto que nos chama atenção. Quando referidos ao termo Pernambucanos, completamente escrito em letras maiúsculas, afirma conseqüentemente que são apenas os “verdadeiros” pernambucanos, porque é desde o segundo semestre de 1842 que as agressões partidárias entre liberais e conservadores se fazem presentes nos

⁶⁸ Aos Felizes Anos de S. M. A Imperatriz: Soneto. **Diário de Pernambuco**, Recife p. 03, 14 mar. 1848.

discursos jornalísticos, e aqui neste momento são fortes estes discursos. Apresentando então neste sentido o conceito de que apenas os conservadores (verdadeiros Pernambucanos) é que são os monarquistas, os que estão do lado da ordem e do progresso.

O termo progresso é utilizado para defender os conceitos de cada partido, assim ele é aplicado neste sentido tanto no Diário de Pernambuco, que defende seus pensamentos e argumentos perante as folhas do periódico adversário, como no Diário Novo que expressa os pensamentos dos partidários liberais.

Como os conservadores compreendiam a modernidade, existia uma busca incessante pelo discurso da uniformidade no periódico e nas políticas dos conservadores. O exemplo central é a forma como a ROP apresentava as construções e as reformas existentes em Pernambuco. Os engenheiros franceses trazidos para a província tinham este entendimento de uniformidade e buscavam dar este tom de controle e ordem para o centro do Recife, pensando numa urbanística mais bem estruturada “as fachadas dos edifícios que margeiam as ruas passam a ser tratadas com ordem e disciplina, ao mesmo tempo em que seu traçado adquire uma grande unidade estética e passa a compor um grande conjunto arquitetônico”⁶⁹, assim também se notou uma nova forma pedagógica para novos ensinamentos de civilidade, pois:

a cidade do Recife [...] é investida de uma função pedagógica. Nela se exercia o papel formador, onde se devia moldar valores e modelos de conduta. Em sua materialidade, o lugar público foi objeto do esforço de administradores e médicos, que se empenharam em convertê-lo em meio de instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública, de salubridade.⁷⁰

É no trabalho de Raimundo Arrais que identificamos esta percepção de modernidade e progresso inscritos, também, nas fachadas dos prédios públicos, dos espaços urbanos, na arquitetura do centro urbano do Recife. Traduza-se as aplicações de trabalho da ROP, como ações conservadoras materializadas na cidade, logo o progresso e a civilidade pedagógica, que deve ser ensinada, era uma constante, não só nas folhas do Diário de Pernambuco, mas no cotidiano dos recifenses.

⁶⁹ SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 196.

⁷⁰ ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: A Formação do Espaço Público no Recife do Século XIX**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004. p. 13.

Grande parte deste pensamento de modernidade e progresso é atribuída ao modelo de civilização, a Europa. No Pernambuco de 1837-1850 encontramos disputas partidárias em torno do poder, agressões mútuas em jornais partidaristas e, neste ínterim, destacamos a representação de progresso sendo utilizada segundo interesses político-partidários como forma de propaganda política. Estes debates políticos nos forneceram ferramentas para tratar da cultura política e das representações de civilidade existentes na província.

No Diário de Pernambuco, encontramos as relações políticas e uma associação forte com a organização político-administrativa da Europa. Constatamos que era comum na abertura de cada edição do referido jornal a apresentação de notícias vindas do estrangeiro. Principalmente, o que ocorria na Inglaterra e França, visto que estes países representavam o estereótipo de civilidade.⁷¹

As notícias da Europa apareciam constantemente, relatos dos acontecimentos políticos, sociais, administrativos, culturais. Como o próprio jornal expunha, era descrito o movimento do porto do Recife informando os livros que adentravam na Província e as áreas que interessavam. Os jornais de correspondentes do exterior traziam as novidades do mundo civilizado, moderno.

Esta situação expressa no jornal pernambucano, fazia-nos perceber uma ligação clara entre o vivenciado sobre o progresso na província, desde muito tempo, até o século XIX e como os conservadores, inscrevendo-se nos jornais, entendiam esta representação do moderno. Contra a desordem que seria advinda dos liberais, o partido conservador seria a chave para a organização, civilização, modernidade, evolução política e administrativa.

Claro que a referência na busca pela civilidade era sempre associada com a organização do partido conservador; existia então uma propaganda política que referia a representação do progresso sempre associada com seus partidaristas. Caso contrário, corria-se o risco de acabar com a tranquilidade pública e com a reputação que as

⁷¹ O estereótipo Frances desde muito tempo já se constituía relacionado com a civilidade, desde o período do ápice com Luis XIV, como nos apresenta o Norbet Elias analisando o comportamento da sociedade de corte e suas criações para a diferenciação entre a elite e o povo. Muito deste costume foi transplantado para o Brasil sob a ótica barroca e se expressaram na valorização o indivíduo alienígena, principalmente os oriundos da França. ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Trad: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

peças, supostamente já tinham conseguido. Dentre diversos fatores podemos notar, também, que existe um pensamento de que Pernambuco atravessa um momento de modernização e que este momento deveria passar sem afetar a reputação já conquistada. A concepção de progresso que os conservadores defendiam, apontava para o fato de que a crise existente na região seria sanada com a ordem e o progresso. E uma vez que a província estava em transição para o novo, esta transição dependia da perseverança e determinação dos provincianos em superar e confiar nos conservadores. Quando afirmamos a relação e a concepção de progresso em um jornal, compreendemos, claramente, que não se trata de um periódico discursando, pois o discurso tem um sujeito.⁷² Este sujeito aqui tratado são os conservadores que se inscreviam no Diário de Pernambuco que era o maior foco dos discursos. Quando relacionamos este discurso com a compreensão de civilidade podemos destacar a proximidade com o poder central como modelo de coesão administrativa, como também o é a Europa.

Para o pensamento dos conservadores atendemos à análise do Diário de Pernambuco como a representação principal, visto que ele vincula as propagandas e discursos principais do partido.

1.4. “(Des) Ordem e progresso”

Assim como os conservadores se percebiam diante do progresso e modernidade, também os liberais se percebiam e discursavam sobre a temática, mas claro que com o pensamento diferenciado, porque eram adversários políticos. O jornal principal para a vinculação da propaganda política liberal foi o Diário Novo, que desde sua formação em 1842 mostrava-se agressivo em relação ao Diário de Pernambuco.

A característica principal deste jornal era vilipendiar a imagem do periódico conservador. Sua propaganda era ofensiva e tinha nascido com moldes de imprensa panfletária, aquela que busca uma causa, que argumenta com intuito de discursos políticos abertos e escancarados. É neste tipo de imprensa que encontramos uma gama de discursos relacionados com os insultos impressos e exacerbam a cultura política do XIX.

⁷² ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas-: Editora Pontes, 1998. p.45.

Sendo o porta-voz de uma oposição aberta e declarada, o Diário Novo explana sobre sua postura de oposição e declara a necessidade de uma mudança para a existência do progresso, pois a “realidade” da província pernambucana seria de descaso e desordem, por parte dos governistas conservadores.

Inicialmente o discurso de prosperidade é a tônica das páginas do jornal, apresentando a vontade de melhoria e busca por um progresso. Esta modernização, segundo a análise da mesma, deve vir pelos moldes dos partidários liberais, que não formam um grupo coeso, assim como os conservadores:

depois de tão grandes e variadas oscilações em todo o Império, parece que Pernambuco se acha em fim inabalável, e tranqüilo, e que todos os espíritos se concentram em uma grande idéia, a de fazer prosperar a nossa querida Pátria, estudando os meios de o conseguir: agora que mais que nunca se sente a necessidade de abrir um novo depósito onde a indústria, a agricultura, a economia e o comércio achem reunidos os materiais de que carecem para caminhar seguros por cima de tão generoso terreno, e sob um céu tão formoso como o nosso, temos de convicção, que algum serviço prestamos à província, publicando uma folha diária, que satisfaça as necessidades morais e materiais do país, e que representa sobre tudo o atual pensamento do comercio. Eis aqui definido, DIÁRIO NOVO.⁷³

É neste prospecto de abertura do Diário Novo que relacionamos características sobre suas visões de progresso. O clima tranquilo que Pernambuco atravessa e o pensamento de prosperidade que existe na região devem ser reordenados, pois a matéria discursa sobre a necessidade de modificar. Quando o texto discorre sobre esta necessidade da vinda do Diário Novo à luz, no mesmo momento ele está abrindo caminhos para uma modificação, porque se tudo estivesse bem não haveria a necessidade de uma nova folha que defendesse a moral e as necessidades materiais, para erguer a economia para um pensamento “atual” (liberal) do comércio.

Nada como um novo. Um jornal disposto a mudar as formas como a província se portava perante a sociedade. E seguindo esta máxima, os editores associavam o novo ao nome, ao modelo de sua política, que na prática foi bem semelhante aos conservadores, e que servia como discurso de convencimento à população. A imprensa se faz como a ferramenta política principal dos partidários e, devido a isto, ela é conceituada como a força da liberdade, a característica dos países civilizados e

⁷³ Prospecto. **Diário Novo**, Recife. p. 01, 01 ago. 1842.

avançados. Com uma associação entre a imprensa e a liberdade o conceito de imprensa segundo o Diário Novo era:

a mais bela, santa e útil das instituições dos povos cultos, valoroso sustentáculo da liberdade, ante quem se curvam os potentados da terra; a imprensa, esse meio engenhoso de civilização, pelo qual transmitimos aos outros com toda a facilidade nossas opiniões, nossas idéias.⁷⁴

Atentando para o discurso, notamos que o potentado, obviamente os conservadores, tinham uma resposta para suas ações, que seria o Diário Novo. Veja-se que a imprensa é a arma, segundo suas análises, que faz esses potentados se curvarem. E como suas armas se apresentam pela imprensa, ela é destacada como “meio engenhoso de civilização”, ou seja, para os liberais a luta contra os potentados dos conservadores, o esforço pela mudança no governo seria o meio engenhoso da civilização, esta que todos estavam ansiosos por ter.

Historiadores destacam este confronto entre os partidos nos jornais neste momento. Izabel Marson em seu trabalho sobre o Movimento Praieiro destaca esta relação e discorre sobre os ataques que os periódicos desferiam contra os adversários:

o grupo político então no poder, os guabirus, colocou-se na defensiva, nas sessões parlamentares e na imprensa. O Diário de Pernambuco, órgão oficial do governo, ao lado de grupo de periódicos de menor alcance, passou a enfrentar o Diário Novo e seus aliados. Líderes do partido governista assumem a tarefa de rebater na imprensa as acusações da oposição, organizando uma equipe de redação.⁷⁵

Batalhas jornalísticas transpareciam em todo momento a cultura política do XIX,⁷⁶ com forças de agressões pessoais analisamos e percebemos grupos preparados para lançar à prova a estratégia de combate nos periódicos, pois da mesma forma que o Diário Novo atacava o Diário de Pernambuco, que representava o partido adversário, O Diário conservador difamava o liberal.

⁷⁴ Artigo Comunicado: A Imprensa. **Diário Novo**, Recife. p. 03, 02 ago. 1842.

⁷⁵ MARSON, Izabel A. **Movimento Praieiro**: Imprensa, ideologia e Poder Político. São Paulo: Editora Moderna, 1980. p. 36.

⁷⁶ Estas batalhas políticas expressas nas folhas dos jornais serão abordadas de forma mais profunda no terceiro capítulo deste trabalho. Aqui ela aparece com o intuito de situar esta disputa com o conceito de progresso apresentado pelos liberais que está diretamente associado com as disputas e reformas.

Nestas infindas batalhas encontramos relações de progresso associadas de formas diferentes. Desde muito, o conceito de ordem que era associado ao progresso, foi aplicado e pensado na província, é assim que os liberais se inseriam nas concepções de modernidade e mudanças, pois:

ordem não é uma palavra talismânica do partido que dirige os negócios públicos. A ordem em si mesmo é a coerência política, o pensamento que distingue a utilidade e o possível, da teoria e especulação. A ordem é a obediência à lei: mas os teóricos argumentam contra a preponderância de partido e querem substituir suas concepções à lei. A ordem é obediência às Autoridades.⁷⁷

Primeiramente o argumento de que o conceito de ordem aplicado pelos conservadores é como um talismã, como algo supersticioso, até porque a política se constitui na prática por esta relação de laico com sacro. Quando afirma que a coerência política é a base da ordem, descarta o quesito religioso apresentado pelos conservadores, da mesma maneira quando afirmam que a ordem e o progresso estão num porvir e que o sofrimento da população é um sintoma desta modernização.

Para os liberais, existe uma necessidade, que inicialmente nas folhas do periódico eram implícitas e depois se tornaram explícitas, de mudanças nas estruturas políticas para que a modernização e a civilização pudessem constituir moradia na província de Pernambuco. O futuro da sociedade pernambucana dependia de uma oposição forte e coerente nas ações políticas, pois afirmavam que os conservadores expunham basicamente demagogias e não ações:

em um país como o nosso, em que tanto individualismo se acha envolto nas questões dos partidos, em que notamos tanta facilidade em admitir e em repudiar princípios, em aceitar as máximas que mais convêm aos nossos interesses do momento, parece difícilimo prever o caminho que há de trilhar, a cor que há de ter a oposição futura, especialmente se atendermos a que por detrás dela se irão reunindo todos os restos, hoje dispersos, da facção anarquista. Até hoje temos andado todos unidos, todos queremos a consolidação das instituições, por meio de sabias leis que reorganizem o país e a autoridade.⁷⁸

Diversos pontos são abordados nesta matéria jornalística, que tem um caráter de personalidade e de exortação. Inicialmente a crítica com que a política se estabiliza

⁷⁷ Ordem = Política. **Diário Novo**, Recife p. 02, 02 ago. 1842.

⁷⁸ A Oposição Futura. **Diário Novo**, Recife. p. 02, 06 abr. 1844.

com o individualismo, os partidos se dedicam a ações e propostas que se desferem pelo momento, e quando eles afirmam isso estão, logo, concluindo que o partido liberal é coeso, segundo ponto de destaque; e por fim a necessidade de reformar, não revolucionar as estruturas do governo, das leis, do país e autoridades que esqueceram seus princípios.

Esta coesão nas ações e nos pensamentos do partido liberal, não pôde ser constatada, devido a diversos materiais consultados e todos afirmarem que existiam grupos radicais dentro dos partidários do jornal novo. Diversas disputas em torno dos pensamentos políticos dos liberais, ou praieiros, demonstravam este caráter de divergências. Em 1845, muitos problemas foram surgindo dentro do partido e diversos grupos se constituíam:

a essa altura, o grupo praieiro achava-se bastante dividido, com pelo menos dois subgrupos distintos: a Praia Nova e a Praia Velha. Os primeiros originaram-se de uma dissidência em torno da política a ser adotada na província. Grupo menos radical, preferia relações mais amigáveis com os guabirus e criticava o fanatismo partidário da Praia Velha que excluía qualquer tipo de conciliação com a oposição.⁷⁹

Facções ou dissidências se apresentavam na imagem dos liberais, que discursavam sobre coerência e união partidária, talvez, para camuflar os problemas internos. A proposta de uma ordem na província era composta por uma imagem de desordem interna e de argumentos que defendiam a implantação de um progresso.

A própria organização do jornal liberal refletia suas intenções. Notamos numa análise minuciosa do formato e da base do periódico e percebemos que ele apresenta suas formas voltadas principalmente para o ataque contra o Diário de Pernambuco, demonstravam e aplicavam agressividades nas palavras que não eram selecionadas, pois constantemente encontramos insultos sem comedimentos nos textos. Por mais que eles expressassem a vontade de buscar a ordem, suas folhas tencionavam para um conflito verbal, político e pessoal de oposição.

A constituição por diversos momentos referendada como algo supremo foi utilizada como argumento de coerência partidária e feita de arma de ataque contra os

⁷⁹ MARSON, 1980, p. 37.

conservadores.⁸⁰ O pensamento relacionado com a constituição tentava transparecer uma relação de submissão do partido à lei. Por ser um novo partido tentava constantemente demonstrar para a população que era coerente, forte e lutava pela lei e pelo progresso:

amanheceu hoje sobre nosso horizonte um dia memorável e de grandes recordações gloriosas para todos os Brasileiros! Um dia precursor de prosperidade e de união, que levando o Brasil à realidade de seus altos destinos, ao gozo de direitos que não fruía na categoria de país constituído soberano, independente, unânime de seus cinco milhões de habitantes, que formulavam todos estes predicados, que os tornavam inteligíveis, debaixo de uma só palavra, contidos numa só idéia – CONSTITUIÇÃO.⁸¹

Com essas palavras, os liberais se reafirmavam como favoráveis a uma monarquia, a submissão à constituição e ao poder central, pois exalta o Sete de Setembro como data magna e representativa da união dos brasileiros e de orgulho para o desenvolvimento da nação.

Para ambos partidos a ordem era sinônimo de progresso, mas cada um interpretava essa ordem seguindo seus critérios e necessidades político-partidárias. Aqui o *Diário Novo* demonstrava a força de um governo unificado sob a Constituição, criando um “corpo poderoso” que poderia ser administrado de forma coerente. Ambos partidos lutam incessantemente para fugir do “caos” que sempre está representado no adversário. A fuga do “caos” é a busca pela mudança. Balandier afirma que isto ocorre nos discursos para demonstrar novos começos, que almejam “a ruptura com a história vigente no sentido de provocar a chegada da história desejada”.⁸² É nessa história desejada que o conceito dos liberais se demonstra. Visto que para a chegada do progresso a província precisava de mudanças na administração e, obviamente, os liberais seriam esta mudança.

O argumento que nos demonstra a relação de inovar na forma de governo e sustentar a base da oposição neste contexto associado à representação europeia, é a ideia de que um governo novo, baseado nas leis, que traria a virilidade e a força, criando-se,

⁸⁰ O referencial e os conceitos apresentados pelos liberais partiam do pressuposto de disputa com os conservadores, então para entender o conceito de progresso discursado pelos liberais tínhamos que utilizar matérias voltadas para as agressões políticas.

⁸¹ Independência, Constituição. *Diário Novo*, Recife. p. 03, 07 set. 1844.

⁸² BALANDIER, 1997. p. 26.

assim, um novo sistema de governo que poderia acabar com a desorganização criada pelo governo adversário.

Partidaristas liberais nunca expressaram coerência na prática, pois grupos mais radicais do liberalismo lutavam por modelos e revoluções, que o *Diário Novo*, mesmo com tantas críticas aos conservadores não seguiu à risca esse modelo revolucionário. Para o periódico, havia a necessidade na mudança na forma de governar, mas não defendia uma revolução ou uma modificação brusca rumo à república.

A república era o modelo ideal das nações, segundo o jornal, mas para eles a sociedade brasileira não estava preparada para receber esta forma de governo, e assim como alguns conservadores pensavam que a instauração de um processo educativo com vistas a preparar a população para esta mudança política seria a melhor solução para se chegar até uma república. Primeiramente a monarquia, depois uma monarquia representativa, constituição, algumas eleições, e processualmente, até se chegar a uma república. Quando explica se era conveniente para o Brasil se tornar uma república o jornal responde assim:

não, e mil vezes não dirá todo o homem, que pensa, que reflete, e que conhece a população, os hábitos, os ossos, os costumes, as circunstâncias do nosso país. Eu não nego, que em tese pode-se chamar a República o governo mais justo, mais belo, e mais confiável ao estado social: mas as formas do governo não são obras de tarrasa, que podem ajustar-se indiferentemente em toda, e qualquer associação humana, antes entendo com inúmeros estudiosos, e publicistas, que as constituições devem adaptar-se aos povos, e não os povos às constituições.⁸³

A função pedagógica é sintomática, pois há um entendimento de que os povos devem ser ensinados, sendo esta uma característica religiosa das sociedades. Relacionando a crise financeira com a proposta apresentada pelo *Diário Novo*, representante principal dos liberais, entendemos que os argumentos utilizados por eles discorrem com relação à idéia de uma inovação, obviamente eles como oposição pensariam neste sentido e mais uma vez reforçam a submissão às leis, sendo que estas podem sim mudar nas mãos de uma administração coerente com as necessidades do povo.

⁸³ Comunicado: Convirá AP Brasil o dividir-se, e retalhar-se em Repúblicas? *Diário Novo*, Recife. p. 02, 15 mar. 1848.

Por isso a concepção de progresso defendida pelos liberais, é reformadora e não de paciência em busca de um porvir de prosperidade. Para os liberais precisa-se de uma reforma no modelo de governar. Faz uso da imagem reformadora da Europa, utilizando a França, tanto copiada como modelo de sociedade, para demonstrar a força do governo napoleônico e sua coerência.

Atentamos para esta análise que os grupos partidários não constituem uma massa coesa em si e que a cultura política do século XIX é baseada na personalidade e no momento político em que os indivíduos se enquadram. Existem muitas discordâncias entre os integrantes dos partidos, mas a nossa análise está relacionada com os discursos dos periódicos, demonstrando as discordâncias e o uso dessa ferramenta política como estratégia de convencimento e propaganda partidária.

Personagens singulares expuseram suas formas de pensar a sociedade pernambucana de forma diferenciada e explanaram críticas aos costumes e ao modelo político, criticando até a forma como os provincianos copiavam as ações europeias na província. Estes personagens, Pe. Lopes Gama e Antônio Pedro de Figueiredo, tinham representatividade política na sociedade e demonstraram esta forma singular de pensar a sociedade e a política de Pernambuco. O padre, por exemplo, associava a vida sacra com a política e expressava suas idéias submissas a Deus, já Antônio Pedro se aproximava de pensamentos sociais, de flexibilizar o acesso às terras cultiváveis, algo bastante dificultado para a camada mais pobre, entre tantos outros termos e proposições. São conceitos singulares que nos servem para demonstrar a variedade do entendimento de progresso, modernidade e civilidade.

2. LOPES GAMA E ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO: A SINGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO DO PROGRESSO

1808, a vinda da família real, representou um marco que alterou significativamente as relações políticas e sociais do Brasil, com o foco principalmente no Rio de Janeiro, capital do Império português, que posteriormente foi expandindo para as outras províncias. O Rio de Janeiro não só se transformou em capital como tomou para si a posição de centro urbano, visto que a família real rapidamente reestruturou a cidade.⁸⁴

Foi a partir do Rio de Janeiro, com a reforma urbanística e a abertura dos portos, que se processavam no Brasil os modelos de reestruturação arquitetônica e modernizante, que várias províncias tentaram formular em seus centros urbanos. Assim Recife, dentre estas províncias, também se apresentou como centro urbano que propunha modificar suas estruturas arquitetônicas e assim alterar suas bases em busca de uma modernização, apontando para o progresso.

Marco Morel⁸⁵ em seu trabalho sobre a capital imperial e as modificações em prol da modernidade, relaciona a entrada de materiais e a forma como o conhecimento sobre as ideias europeias permeavam a cidade. A referida obra relata de que maneira, por exemplo, livros eram negociados na rua do Ouvidor, a movimentação de entrada no porto destes materiais relacionados com os saberes europeus, quais suas categorias e de que temáticas abordavam.

De forma semelhante ao que aconteceu na cidade imperial, identificamos diversas relações entre a província pernambucana e os pensamentos europeus. Ingleses, franceses, espanhóis, portugueses, entre outros, forneciam a gama de materiais, produtos e comportamentos sociais que inebriavam a capital da província. Destacamos dentre as nações europeias a França que era vista como o farol de irradiação das luzes para o resto do mundo:

⁸⁴ WILCKEN, Patrick. **Império à Deriva: A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

⁸⁵ MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

não só o Francês torna-se como que o idioma das *luzes*, linguagem internacionalizada das elites culturais ocidentais, como também, por outro lado, fazia que a França funcionasse como uma espécie de “metrópole cultural” para estes mesmos grupos letrados que constituíam, também, os quadros dirigentes nacionais de cada país.⁸⁶

Os costumes vindouros da França eram tidos como estereótipos para que o império brasileiro tomasse de exemplo no seu pretenso desenvolvimento, em sua labuta pela busca incessante do progresso. A razão e a civilidade eram almeçados da “metrópole cultural”, era a França o símbolo do que havia de melhor dentre as nações européias.

Em Pernambuco, os costumes franceses se fizeram presentes e apareceram em diversas regiões e períodos, constituindo parte do cotidiano tanto das camadas urbanas quanto das rurais. Em 1821, Maria Graham descreveu uma família pernambucana, que vinha do interior:

a família que encontramos formava um grupo muito pitoresco: os homens vestidos de couro dos pés à cabeça. A jaqueta leve e as calças são tão apertadas como as roupas dos mármores de Egina, e produzem mais ou menos o mesmo efeito; o pequeno chapéu redondo tem a forma do petaso eram de mercúrio. Os sapatos e polainas da maior parte eram excelentemente adaptados para a defesa das pernas e dos pés no cavalgar por entre as asperezas. O tom geral do conjunto era um belo castanho queimado. Fiquei aborrecida porque a mulher do grupo vestia uma roupa evidentemente à moda francesa. Estragava a unidade do grupo.⁸⁷

Por se tratar de uma estrangeira observando o Brasil, destacamos o olhar de crítica ao comportamento dos nativos. Mas lembramos que mesmo Graham acreditando em sua superioridade, no seu *status* de civilizada, ela nos apresenta um quadro de análise interessante. Com esta descrição podemos notar a crítica relacionada à desordem⁸⁸ que a mulher causava no grupo, assim como as formas que ela se vestia, resultando em aborrecimento na cronista. A desordem e a crítica nos fazem entender que esta mulher, interiorana, não tinha grau de civilizada para tal vestimenta e obviamente suas roupas eram uma cópia mal elaborada da moda francesa. Destacamos

⁸⁶ MOREL, *Ibidem*, p. 37.

⁸⁷ GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 135.

⁸⁸ Conceito exposto na obra de Georges Balandier referente à constituição da ordem e da desordem como complementos. BALANDIER, Georges. **A Desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.

que o aporte principal deste relato é demonstrar a expansão do estereótipo francês pela província, pois até a sertaneja se vestia à francesa.

Este pensamento de modernidade que se expandia pela província pernambucana ganhava corpo e se espalhava por uma parcela significativa da sociedade. Destacamos o pensamento de civilidade baseado na Europa, e principalmente na França, nos jornais, na arquitetura, nos costumes, na moda; a política e o ordenamento jurídico da nova nação imperial brasileira procuravam se espelhar no modelo estrangeiro, as pessoas se propunham a pensar e escrever na língua civilizada, francesa. Assim como tratado por Marco Morel⁸⁹, o conhecimento europeu se expandia pelo Brasil.

Na província pernambucana, a europeização se transformou num produto de propaganda, de consumo. As pessoas procuravam o conhecimento da língua, os jornais anunciavam produtos e informações, os nomes das casas comerciais eram “França”, a matéria jornalística era sobre a convivência política francesa.

Em uma análise que trata da metamorfose da instituição da Guarda Nacional, Almeida demonstra um pouco deste pensamento de progresso e modernidade baseado na Europa. Claro que não era apenas a França quem se destacava no imaginário social, mas ela se apresentava como o marco da cultura civilizada e próspera. Segundo ela, “a forma de consumo estava associada aos moldes europeus. O comércio a retalho vendia produtos importados”,⁹⁰ e outros tantos produtos com nomes como “Paris”, mesmo sendo produzidos no Brasil. Em sua opinião, a sociedade recifense constituía-se, assim, de pensamentos europeizados.

No Diário de Pernambuco diversas propagandas foram encontradas neste sentido, onde os anúncios divulgavam produtos importados ou relacionados com a Europa de alguma forma, assim como vemos no anúncio abaixo:

Padaria Francesa, Aterro da Boa Vista do lado norte, - Esta padaria já anunciada por este Diário acha-se definitivamente estabelecida – na Boa Vista – se propõe a fabricar o pão por meio mecânico que o torna

⁸⁹ MOREL, 2005.

⁹⁰ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Guarda Nacional em Pernambuco: a metamorfose de uma instituição**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986, p. 117.

melhor e mais limpo [...] tendo sempre um bom sortimento de tudo o que pertence a um pasteleiro, e a maneira da Europa.⁹¹

Neste anúncio podemos notar características singulares com relação ao pensamento europeizado de civilidade e progresso, pois nele detectamos que a padaria era “francesa”, que o pão por ser produzido com o maquinário, provavelmente oriundo da Inglaterra, era mais limpo, e que a confiança das pessoas deveria ser depositada nesta padaria pelo motivo dela trabalhar “à maneira da Europa”. Motivos melhores para o convencimento dos consumidores certamente não existiam.

Na administração pública, a representação do progresso se apresentava na instituição da ROP (Repartição de Obras Públicas), que surge com o intuito de organizar a cidade e modernizar as praças e construções. Para tais intentos, o presidente da província, o barão da Boa Vista, alega a necessidade de mão-de-obra estrangeira e especializada para o desenvolvimento da cidade e a consecução das atividades da instituição.⁹²

Processos civilizatórios⁹³ existentes em diversas regiões do Brasil com suas singularidades co-existiram, sem que existisse um modelo uniforme de civilidade para o país. Dentre os discursos políticos modernizadores em Pernambuco, alguns nos chamam atenção e merecem uma análise minuciosa, que são os reproduzidos pelo Padre Lopes Gama e Antônio Pedro de Figueiredo.

Estes célebres personagens da sociedade pernambucana do século XIX se inscreveram em seus escritos e desferiram críticas aos costumes políticos e sociais do cotidiano provinciano. Assim serviram-nos para uma percepção singular de seus conceitos de progresso em detrimento dos discutidos pelos conservadores e liberais. Com as análises de suas obras pudemos notar um pouco do comportamento social e político associado ao modelo de progresso e civilidade existentes em Pernambuco, segundo a visão destes.

⁹¹ Avisos Diversos. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 03, 04 jan. 1840.

⁹² SOUSA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 140.

⁹³ Esta categoria se apresenta sob perspectiva do Norbet Elías ao ater-se ao processo civilizador. ELIAS, Norbet. **O Processo Civilizador**. 2º vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

Numa análise profícua sobre a ideia de modernização encontramos em algumas obras⁹⁴ uma referência entre a relação dos jornais, política e associações com animais. Numa concepção bem estranha entre a ideia de civilidade e barbárie expressa na sociedade, os periódicos expressavam relação entre a prática política e os animais.

Por diversos momentos a civilidade entra em contraponto com a barbárie e é assim que a sociedade brasileira se expressava em relação a esta dualidade, associando o animal à barbárie e a razão à humanidade, ou a civilidade. Marco Morel⁹⁵ destaca esta importância da razão no século XIX em detrimento ao modelo de barbárie. Este modelo não se aplicava exclusivamente no Brasil, e a origem desta ideia, possivelmente européia devido às luzes, não é sabida ao certo.

Diversas metáforas⁹⁶ associadas aos animais demonstravam no Brasil uma ferramenta de agressividade e referência a incivilidade em alguns casos. Vários periódicos trataram desta questão, buscando constantemente relacionar os adversários políticos a animais, como forma de vilipendia-los e associá-los a barbárie e consecutivamente à incapacidade de governar.

Segundo Marco Morel existia no Brasil uma “Zoologia Política”, visto que os discursos foram se expandindo por diversos extratos políticos e sociais. O autor demonstra a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre esta “Zoologia” e as suas relações com o imaginário social. Segundo sua perspectiva de análise a razão deveria ser a soberana na política:

a razão deveria ser a soberana, sentido último da política. Nos meios de difusão impressos em princípio do século XIX encontram-se, com frequência, diversas metáforas que começam invariavelmente por expressar uma lógica baseada na supremacia da razão, vista como atributo humano essencial. Trata-se, ao mesmo tempo, de crítica a tudo que pareça irracional. Múltiplas imagens zoológicas povoam a discussão pública. Os que não eram vistos como portadores de uma racionalidade, facilmente eram associados aos animais.⁹⁷

⁹⁴ Dentre estas obras destacamos o trabalho do MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)**. op. cit. 2005. e PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Nísia Floresta, **O Carapuceiro e outros Ensaios de Tradução Cultural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

⁹⁵ MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**. .op. cit. 2005.

⁹⁶ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad: Maria Luciana Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

⁹⁷ MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**. op. cit. 2005. p. 48.

Racionalidade expressa como noção de civilidade e modernização. Esta busca intensa por um modelo que levasse a população brasileira para a civilidade era bastante clara em diversas relações sociais. Assim como pensa Marco Morel, o projeto de razão, expressamente associado com a humanidade, e o modelo animalesco atribuído a barbárie ou ao incivilizado, perpassavam por toda uma estrutura social e cultural da população brasileira.

Esta dicotomia entre a civilidade e a barbárie, entre o homem e o animal, eram mais do que uma simples expressão de retórica. Sentia-se a relação direta com uma característica cultural, uma associação com o “caminho para o progresso da civilização”. Modelos que deveriam ser seguidos para o encaminhamento da sociedade para o *status* de civilizada.

Nesta questão sobre a associação da barbárie com os animais o autor defende o argumento de que ela está relacionada com os estudos naturalistas de como seria possível reconhecer um ser humano. Ao analisar obras de estudos científicos que concernem à compreensão do que diferenciaria o homem (razão) do animal (barbárie).

Nos trabalhos dos naturalistas Carl Von Linné (1707-1778) e Georges Louis de Buffon (1707-1788), Morel identifica uma corrente naturalista, que fora muito difundida pelo Brasil, e que relacionava esta lógica dos animais com a barbárie, num modelo fixista⁹⁸ de compreender as relações entre a barbárie e a razão.

Entre diversos fatores de aproximação com a cultura europeia nos chamou atenção o entendimento de civilidade e modernidade dissociado dos animais, que seriam modelos de irracionalidades. Animais como os cães, os leões, as víboras, os urubus, os ratos, as galinhas, os macacos, os papagaios, as minhocas, os bodes entre tantos outros recheavam as folhas dos periódicos e as bocas populares. Serviam como discursos de agressões e de demonstração de incivilidade. Em Pernambuco, por exemplo, um periódico liberal denominado de A Ratoeira rotulava os conservadores de guabirus

⁹⁸ Essa concepção “fixista” segundo o autor se apresenta com a ideia de estagnação do desenvolvimento dos animais, ou seja, está descartado o modelo evolucionista de Darwin para os animais. Logo a relação entre a barbárie e a civilização em detrimento da relação entre os animais e os humanos eram de cunho estático e não evolucionista isso no que tange ao modelo científico, visto que os homens “bárbaros” poderiam progredir para “civilizados”, no quesito cultural, mas não geneticamente.

(grandes ratos) dizendo que “Guabiru é um rato e rato muito ladrão [...] não havia nada contra guabiru como uma boa e bem armada ratoeira”.⁹⁹

Quando a associação era o macaco, encontramos no trabalho de Izabel Lustosa um periódico que tinha o nome de O Macaco Brasileiro, imagem esta que o jornal apresentava como a imagem de uma figura ladina:

o Macaco Brasileiro foi o mais pitoresco dos jornais publicados entre 1821 e 1823. Esse curiosíssimo jornal era escrito num português extremamente singular, que faz lembrar o texto modernista do *macunaíma* de Mário de Andrade. Seu personagem-símbolo, malandro, esperto, ladino, a clássica representação do macaco, aparece em cada um dos números como protagonista em aventuras narradas pelo próprio, com um bem-humorado sentido crítico da realidade.¹⁰⁰

Este personagem é apresentado como um modelo de pessoa associado ao brasileiro, por diversos momentos e inclusive no exterior. Um homem que copiava e que buscava se civilizar. Em crítica direta e associada com os animais “O Macaco Brasileiro”, tecia, também, comentários com relação a outros animais. “[...] quis falar; daime aperros; desejei ser papagaios; [...] Teve então de mim piedade Minerva, por ver tão bons desejos: e o amos, que sempre consagrei às livrarias, e concedeu-me a fala, para me poder desafrontar.”¹⁰¹

Constantemente os periódicos associavam estas imagens de animais à barbárie e apresentavam discursos referentes aos sentidos de razão, ordem, civilização e progresso, como a base para a modificação da sociedade. Diversos animais eram tidos como o símbolo da desordem na sociedade brasileira, mas um em específico nos chamou atenção e foi conhecido internacionalmente, o “macaco brasileiro”. Figura esta que está relacionada em Pernambuco às críticas do Padre Lopes Gama à sociedade e a política.

⁹⁹A Ratoeira, 3 set. 1847 apud: MARSON, Isabel Andrade. **Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político.** São Paulo: Ed. Moderna, 1980. p. 40.

¹⁰⁰ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823).** São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 37.

¹⁰¹ O Macaco Brasileiro, s.d., 1822. apud: MOREL, 2005. p. 88.

2.1. “Macaquear”: um novo verbo

como em França e Inglaterra, provavelmente por causa do frio, se inventasse a dança do galope, cá os nossos macaquinhos e sagüins no intenso calor da zona tórrida hão de dançar o galope etc.¹⁰²

[Padre Lopes Gama]

É nesta relação entre o animal e a barbárie que o brasileiro foi discursado e representado por diversas vezes, no próprio Brasil e no exterior, como o “macaco”. Em vários discursos o brasileiro era visto com esse epíteto. Em carta para Lisboa, datada de 1818, o Padre Perereca (Luís Gonçalves dos Santos) chama o Brasil de “terra de macacos”.¹⁰³

Uma diversidade de questões surge com relação a esta associação entre a civilidade e a barbárie. Dentre diversas possibilidades e uma infinidade de relações neste entendimento, destacamos a problemática da relação entre o brasileiro e o macaco como uma associação da sociedade brasileira e a concepção de civilidade que eles estavam relacionados.

O macaco é um animal, que simboliza a barbárie, como tantos outros, mas tem um diferencial que nos remete ao enquadramento do brasileiro no padrão de “macaco”. A representação deste animal na sociedade brasileira e ocidental, num contexto distendido, é a de um animal que não é tão bárbaro, mas não é um humano. Ele é a transição entre a barbárie e a civilização, entre o comportamento animal e o comportamento racional.

Na concepção de transição detectamos que o costume da sociedade brasileira em imitar comportamentos europeus, no intuito de se assemelhar com a civilização do velho continente, soou como plágio mal elaborado dos comportamentos culturais. O discurso era de que o Brasil era uma “terra de macacos”, pessoas que buscavam se assemelhar aos comportamentos civilizados, mas que não tinham o *status quo*.

Próximo ao que Isabel Lustosa percebe, o macaco é semelhante ao personagem do “Macunaíma”, pois é uma figura malandra e visto pelas sociedades europeias com características jocosas. Ele, o brasileiro, estaria em transição, aprendendo a ser

¹⁰² MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuzeiro**: Crônicas de Costumes. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 342.

¹⁰³ LUSTOSA, 2000. p. 51.

civilizado, a copiar as ações dos europeus num intuito de buscar a civilidade, a modernidade, a ordem que era tão admirada:

o macaco era percebido como criatura híbrida entre os animais e os homens: sem ter perdido a característica de animal, teve oportunidade de ter voz para se expressar. Assim, a racionalidade política era associada à condição animal [...] o macaco caracterizava-se, de acordo com os mitos mais tradicionais, pelo dom da imitação, da palhaçada, da vagabundagem. Dotado de certa consciência, atribuem a ele às vezes uma alma. O macaco pode ser percebido até como um iniciado em certos ritos, nos quais representa o papel de um mágico astuto ou malandro.¹⁰⁴

Notadamente, como o discurso de Marco Morel, esta figura ladina, e esperta, era representada constantemente pelo brasileiro, e assim também o macaco era ladino. Nos conceitos apresentados sobre o comportamento da sociedade e a dos macacos no século XIX, podemos notar uma grande semelhança na escolha do macaco para representar o brasileiro.

Posteriormente este discurso do brasileiro como macaco, expandiu para a relação de inferioridade dos nativos e dos negros. Como característica deste fenômeno já no período da Guerra do Paraguai, os militares brasileiros eram representados como macacos despreparados para a batalha. Ressaltamos que esta associação se deu no momento da inclusão do negro na batalha e serviu como tentativa de menosprezar o exército brasileiro e conseqüentemente engrandecer o paraguaio.¹⁰⁵

Em vários momentos os animais eram discursados nos periódicos brasileiros, associados a situações ou funções dos próprios brasileiros. Como o condor, animal que alça voos nas alturas, as víboras, venenosas e rasteiras, ou em Pernambuco os guabirus, sorrateiros, ladrões, espertos, corruptos. Mesmo dentre uma variedade de animais o de destaque era mesmo o primata, pois não só os brasileiros o identificavam como figurativo de suas ações, mas também o europeu.

Pallares-Burke¹⁰⁶ nos apresenta situações interessantes sobre a cultura européia e principalmente a francesa nas percepções dos brasileiros. Na França, por exemplo, o

¹⁰⁴MOREL, 2005. p. 88.

¹⁰⁵ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 273-275.

¹⁰⁶ PALLARES-BURKE, 1996.

jornal *Étranger* discursa sobre a superioridade da cultura francesa em relação as outras culturas, inclusive europeias. Segundo a autora,

a política do *Journal Étranger* parece decorrer, pois, dos seguintes pressupostos: os franceses têm senso aguçado de sua hegemonia cultural e as nações estrangeiras também reconhecem tal superioridade. A cultura francesa é arrogância construída dentro e fora de suas fronteiras.¹⁰⁷

Note-se que a cultura francesa se expande e denomina as outras culturas como inferiores, devido a sua difusão. O próprio jornal, de grande circulação segundo a autora, apresenta em uma variedade de matérias jornalísticas o pensamento cultural superior dos franceses em relação ao resto do mundo.

No decorrer do livro ela analisa o jornal relacionando-o com a forma dos franceses entenderem sua cultura, subestimando a cultura espanhola, percebida como um plágio, fazendo uma “ode a imitação” em seus fascículos jornalísticos, agredindo a cultura portuguesa, e principalmente menosprezando a cultura da Inglaterra, sua histórica adversária política no continente europeu.

Políticos franceses que estiveram no Brasil analisando a forma de funcionamento da política brasileira, também, menosprezavam as ações políticas e criticavam as ações dos partidos e grupos políticos. Em 1828, Charles-Édouard Pontois, chefe dos franceses no Brasil, foi enfático em suas análises sobre os partidos e a organização política brasileira. Ele compara o liberalismo francês com o brasileiro e vilipendia o poder moderador:

Pontois nomeava, com outras palavras, o ‘partido do rei’ ou do ‘liberalismo do imperador’ já citado por seus predecessores. Pontois também faz a críticas das metamorfoses das idéias liberais entre a França e o Brasil associando o Poder moderador à prática do despotismo governamental e não às mais liberdades modernas dos formuladores desta proposição de um Poder Neutro, como o abade Sieyès e Benjamim Constant.¹⁰⁸

Nas críticas do Pontois relacionadas aos pensamentos políticos do Brasil, destacamos sua referida análise quanto à ideia de que o poder moderador não se

¹⁰⁷ Ibidem, p. 31.

¹⁰⁸ MOREL, 2005. p. 71-72.

caracterizava como uma abertura política no sentido do liberalismo, mas sim uma forma de transformar um poder, que subjetivamente regulava os outros três poderes, em despotismo.

As críticas referentes ao Brasil são cabais tanto pelo conceito dos franceses como pela Europa num todo. Surge, em meio a estas críticas, um texto europeu, de grande circulação na França, Inglaterra, Espanha, Portugal e outros países, referente ao comportamento dos brasileiros que viajavam para a Europa no intuito de aprender, mas acabavam reproduzindo as ações europeias. Obviamente este texto representava o brasileiro como um macaco.

Este texto foi publicado em Paris, em 1841, o trabalho era chamado de “*Scènes de La Vie Publique ET Privée dès Animaux*” (Cenas da vida pública e privada dos animais), livro que discorre sobre os comportamentos culturais de diversos povos e faz uma associação representativa de cada personagem com um animal, ou seja, diversas pessoas de várias partes do mundo foram analisadas, com histórias, e relacionadas com os animais segundo suas características.

A circularidade das ideias defendidas nesta obra por vários pensadores conhecidos e de destaque social, por exemplo, P. –J. Hetzel, Granville, Balzac, Alfred de Musset, George Sand, Charles Nodier e Marie Nodier, teve como objetivo a relação entre animais e as práticas características de alguns grupos de pessoas ao redor do mundo:

o objetivo do livro, como esclarecido o próprio subtítulo, *Études dès moeurs contemporaines*, era apresentar um quadro satírico, leve e claro da sociedade, no qual os leitores reconheceriam a si próprios e aos outros nas paixões, nos vícios e nas ambições dos animais.¹⁰⁹

Os animais eram relacionados segundo suas características e estas serviam para fazer menção aos comportamentos e associações culturais denominar assim os personagens segundo suas características aos respectivos animais. Cada autor escolheria um animal e associaria a uma cultura para escrever uma história sobre este personagem. Seria uma relação direta com a característica do animal e sua representação com a cultura escolhida:

¹⁰⁹ PALLARES-BURKE, 1996. p. 19.

após escolher o ‘seu bicho’, ele deveria sentir-se totalmente livre para desenvolver sua estória por meio de ‘dramas, comédias, confissões, viagens, lamentações, sonhos, contos verdadeiros ou fantásticos, memórias, confidências, etc. [...]’. Sabe-se, por exemplo, que Musset se decidiu por um melro branco; Balzac, por seu vez, optou por um leão africano em viagem a Paris e por uma gata inglesa; George Sand, por um pardal parisiense; Charles Nodier, por uma girafa e uma raposa e Marie Nodier, por uma andorinha epistolar.¹¹⁰

Essa relação com os animais feita nesse material não poderia trazer outra associação a imagem do brasileiro que não fosse do macaco. Escrita por autor anônimo esta imagem demonstrava a representação de um país periférico e dependente da civilização europeia para tornar-se civilizado. Macaco este, com o mesmo sentido apresentado anteriormente, ladino, esperto, plagiador, nem bárbaro, nem civilizado um ser em processo de transição, que buscava constantemente aprender a cultura dos civilizados para representar, como se ele fosse um ser da civilização.

O mesmo macaco, no livro, era o Topaze. Figura inusitada mais de grande relevância para nossa análise relacionada com a cópia do modelo civilizador da Europa existente no Brasil. No texto o macaco Topaze reflete bem este mecanismo de representação da civilização francesa por nossos costumes. Pallares-Burke¹¹¹ nos conta um pouco da vida deste personagem personificando a figura do brasileiro na Europa e suas peripécias.

Topaze nasce na floresta amazônica e vivencia costumes bárbaros de seus pares, com ações e pensamentos voltados para práticas bárbaras, alimentando apenas o sonho de se tornar civilizado. Numa empreitada ele é aprisionado e enviado para a Europa com outros animais que são desejados pela população européia.

Rapidamente Topaze passa a trabalhar com um patrão em Paris e arruma uma namorada, mas muito ciumento consegue uma briga com um senhor galanteador. Assim o personagem é enviado para ser ajudante de um jovem pintor, ainda em Paris. É nesse atelier que o macaco brasileiro começa a “macaquear”¹¹², busca copiar as pinturas de

¹¹⁰ Ibidem, p. 19.

¹¹¹ Idem, p. 18-22.

¹¹² Este verbo é associado à junção entre a representação do brasileiro como um macaco e a ação destes em copiar tudo quanto os europeus faziam, logo “macaquear” é a cópia, feita por brasileiros, dos costumes europeus e, principalmente, franceses.

seu senhor enquanto ele não estar, sentindo-se o próprio Velásquez continua incessantemente até ser surpreendido pelo senhor.

Porém ao invés de ser punido o patrão o torna aluno e procura ensinar as técnicas da pintura. Topaze passa a frequentar escolas de pinturas e procurar copiar todas as pinturas que os famosos pintores realizam, inclusive as de seu patrão, mas quando é posto de frente a uma tela em branco surpreende a todos, pois ele não sabe pintar nada, apenas copiar as pinturas de seu patrão. Seus amigos solicitam que ele pare de pintar, pois ele não tem o dom para tal arte.

Ele busca excessivamente copiar as ações de um pintor e suas pinturas que passa a imitar VanDyck, externamente se veste como o pintor, fala como o pintor e procura constantemente se assemelhar ao mesmo, passando a interiorizar o pintor.

Com o fim de sua ambição civilizadora, mas no intento de se tornar um artista o macaco brasileiro busca roubar um daguerreótipo¹¹³ usando sua forma ladina e sorrateira. Este macaco não conformado com seu insucesso como pintor parte para a arte de fotografar, porém esperto e malandro como sempre volta para a floresta amazônica e monta seu atelier, pois trazia consigo a arte de fotografar vinda direto da França, questão que suscitava muita curiosidade entre os habitantes da floresta.

O anúncio do atelier de Topaze é bem singular “Topaze, pintor à moda de Paris”¹¹⁴. Uma alusão direta aos comerciantes do Brasil, que mesmo não sendo europeus ou não sabendo exercer atividades culturais europeias anunciavam deter o saber civilizador e se relacionar com a civilização européia para demonstrar qualidade em seus serviços.

Logo outros macacos na floresta procuram imitar o Topaze, mas de forma equivocada. Ele é o único a ter uma máquina verdadeiramente europeia para fotografar. Passa ele então a ser um representante da civilização na floresta. Quando solicitado para fotografar o sultão Poussah, o retrato tirado é pequeno, pois Topaze não sabia ampliar a

¹¹³ Máquina fotográfica sem imagem negativa. Foi desenvolvida pelo francês Louis Daguerre em 1837 e anunciada em 1839. O funcionamento da máquina de reproduzir o real era em misturas químicas que para fixar a imagem era necessário uma solução de hipossulfito de sódio em contato com o ar.

¹¹⁴ Este tipo de anúncio se fazia presente em diversas casas comerciais no Brasil, o fenômeno observado era vasto que chegava a ser criticado pelos europeus nos seus textos. Assim podemos também notar a referencia de melhor técnica e melhor loja pelo fato de Topaze apresentar-se associado com o estereotipo francês.

foto. Então o sultão muito ofendido pela pequenez do retrato, refletindo a pequenez de sua grandeza, ofende piamente o nosso personagem.

Topaze, o macaco brasileiro, que foi para Europa e copiou os costumes civilizadores de forma equivocada, que buscou a modernidade, e anunciou tê-la, numa ação de desespero se joga no rio Amazonas e morre. Com uma história cômica de fim trágico, a representação do brasileiro na Europa como macaco se deixa transparecer.¹¹⁵

Encontramos então uma imagem de inferioridade do Brasil em referência às sociedades europeias, pois neste trabalho identificamos, por exemplo, uma representação direta do costume brasileiro por “macaquear”. Numa análise sem igual dessa história Pallares-Burke faz algumas considerações referentes ao texto:

parece aí prefigurar-se, com grande grau de agudeza e cinismo, o quadro de um país que se vê como dependente e periférico, à espera das benesses da civilização européia. [...] A alusão a certos vícios vistos como tradicionalmente brasileiros, como o gosto por macaquear estrangeiros e por lançar mão de meios ilícitos para resolver problemas pessoais.¹¹⁶

Seria uma alusão direta ao comportamento cultural dos brasileiros do XIX em copiar tudo quanto se faz na Europa. O macaco Topaze e outras questões sobre o gosto por “macaquear” estão sempre presentes em discursos no Brasil. O expoente desses discursos em Pernambuco é o Padre Lopes Gama que expressa sua indignação com as práticas dos costumes brasileiros e desfere golpes intensos contra esta prática social.

O Padre tem o costume de escrever crônicas sociais criticando práticas que ele reprova, ou aprova. Denominado, por ele mesmo, de padre Carapuceiro, por dar carapuças às pessoas, tornou-se famoso em Pernambuco e no Rio de Janeiro por suas crônicas de costumes. Homem culto e muito informado tinha contatos, segundo Pallares-Burke, com o jornal inglês *The Spectator*, jornal de costumes e iluminista que se propunha a fazer críticas ao comportamento das mulheres:

sem citar sua verdadeira fonte, o descendente brasileiro do *Spectator*, *O Carapuceiro*, apresenta como suas não apenas as idéias, os temas e o tom satírico do periódico inglês como usa as próprias palavras.

¹¹⁵ PALLARES-BURKE, 1996. p. 15-23.

¹¹⁶ Idem, p. 23.

Muitas histórias, relatos, observações, ensaios, sonhos e até mesmo carta do texto estrangeiro são apresentados aos leitores brasileiros como representações de sua própria realidade e de seus ideais. Tendo-se em vista o sucesso do periódico e a resposta recebida ao longo de sua duração, *O Carapuceiro* deve ter sido muito convincente.¹¹⁷

A autora ainda analisa uma possível ligação ou informação entre Lopes Gama e a história de Topaze, o macaco brasileiro, buscando uma explicação coerente entre o termo utilizado pelo padre (“macaquear”) e a história apresentada. O Padre Lopes Gama possivelmente tinha contato com o jornal inglês *The Spectator*, pois e escreveu crônicas semelhantes às do jornal e as temáticas eram semelhantes.

Referente ao gosto dos políticos pernambucanos e a sociedade o padre nos apresenta críticas ferrenhas contra esse gosto de “macaquear”, afirmando que tudo quanto se faz aqui é copia da Europa e que essas cópias são mal feitas. Os costumes das mulheres as ações políticas, o comércio e tantos outros fenômenos, principalmente, a moda das senhoras pernambucanas:

parece que a nossa divisa é o arremedo: nada temos próprio, tudo queremos macaquear do estrangeiro, não já o que este tem de bom e de proveitoso (que tal imitação sempre será louvável), senão as piores coisas, as mais disparatadas e que menos convêm às nossas circunstâncias.¹¹⁸

Observe-se que ele é um homem de seu período e também relaciona à Europa como modelo de civilização, tanto que um dos conceitos apresentados quanto à crítica serve de análise, pois nem tudo o que é imitado é ruim, algumas coisas boas são “louváveis”. O Lopes Gama acredita que a sociedade copia tudo, inclusive as coisas ruins, mas que deveria aprender apenas as coisas boas dos europeus, visto que elas ajudariam a sociedade pernambucana a melhorarem suas práticas sociais, políticas e culturais.

Segundo ele a copia das instituições inglesas e francesas era um ponto positivo para os provincianos, mas estas cópias eram mal elaboradas e acabavam com a imagem política presente. Em uma de suas críticas relacionada com a concepção de “macaquear” do júri pernambucano Lopes Gama diz:

¹¹⁷ Ibidem, p. 144.

¹¹⁸ MELLO, 1996. p. 339.

os facinorosos e assassinos são agentes salarizados e ministros das vinganças desses valentões. Cada um destes, qual outro velho da montanha, tem uma horrorosa clientela de sicários sempre dispostos a executar fielmente os seus mandados. Se *per accidens* sucede ser preso algum dos assassinos, lá está o júri onipotente para o absolver, porque muitos juízes de fato seguem a regra de “hoje por mim, amanhã por ti”, e raramente acharão no protegido e comissionado réu matéria para acusação.¹¹⁹

Referente à discussão do júri pernambucano o padre se demonstra apreensivo e atento ao cotidiano, também, dos políticos e do sistema administrativo provinciano. Quando atenta para o funcionamento do júri se depara com um formato constituído no modelo de júri inglês, mas critica piamente a forma como, na prática, são elaborados os julgamentos.

Atentando-se para uma prática, referente a favores de facções políticas, o Carapuceiro verbaliza uma constante nos julgamentos quando afirma que os juízes seguem a regra de “hoje por mim, amanhã por ti”, faltando então a questão da idoneidade do poder judiciário e exacerbando a prática da corrupção. Para ele não era possível chamar uma província de civilizada se a cópia do modelo civilizador não fosse feita de forma coerente.

Como já adiantamos, Lopes Gama não é contra a referência do progresso vindo da Europa, mas defende preceitos básicos para esta cópia, pois não adiantaria, por exemplo, copiar o modelo de júri se a corrupção fosse uma constante nas práticas desse júri. Não existe a necessidade, também, de copiar os modelos da moda francesa pelas senhoras pernambucanas, visto que nem tudo o que vinha da França as convinha.

Nas concepções desse padre, possivelmente influenciado pelas percepções europeias do brasileiro como macaco, o “macaquear” não era qualquer cópia, pois as copias devem ser feitas e inspiradas em países civilizados, nos costumes que nos podem favorecer, porém o “macaquear” é um fenômeno deteriorador da copia quando feito de forma exacerbada se tornando motivo de chacota por outras nações.

Caso toda imitação fosse percebida pelo padre como algo ruim, o seu próprio periódico seria algo equivocado, pois, segundo Pallares-Burke, o modelo do periódico O Carapuceiro é uma influência do jornal *Spectator*.

¹¹⁹ Ibidem, p. 341.

O Padre Lopes Gama era um homem que reconhecia a civilização dos franceses e admitia a sua cópia por países não civilizados, como o Brasil. Mas entendia que, inicialmente, era necessário que a população fosse educada e preparada para que a modernidade oriunda do além-mar pudesse ser efetivamente assimilada e reproduzida. Segundo ele a imitação mal feita pelos brasileiros dos costumes e modelos franceses se tornava uma desentonação do andar da carruagem do progresso. Fazendo referência à criação da Guarda Nacional o padre desferiu críticas e no mesmo momento elogia a formação da Guarda Nacional francesa, citando a França como estereótipo de civilização:

a França, uma das mais antigas nações da Europa, a França, foco da civilização e das luzes, a França, onde se não conhece a horrível distinção, a incomensurável distância de senhor e escravo, a França, cuja população é toda homogênea, criou guardas nacionais. *Ergo* cá os nossos macaquinhos também as devem ter tais e quais. E quantos negócios nossos são decididos a trouxe-mouxe só por arremedo à Inglaterra e à França.¹²⁰

Observamos que são desferidos elogios ao modelo e a criação da Guarda Nacional francesa. Já com a Guarda Nacional pernambucana ele afirma ser mais uma imitação da bela Guarda francesa. Outro ponto importante desta passagem é sua aproximação do pensamento das luzes, do “foco da civilização”, Lopes Gama elogia a eloquência dos costumes franceses, afirma ser a França um país antigo e foco da civilização, não existindo uma negação de que está na França o modelo de civilização ideal, criticando apenas a forma equivocada com que os brasileiros copiam esta civilização.

Apresenta-nos uma França perfeita, onde a população é homogênea e não existem disparidades entre as pessoas, onde tudo é “civilizado”, as pessoas nos soam felizes na França. Na ótica do Padre Lopes Gama, esta representação serve como modelo de inspiração para o aprendizado dos provincianos e políticos de Pernambuco.

Nosso gosto por “macaquear” é apresentado por diversas pessoas, espalhado em todos os ramos da sociedade, no comércio copiou os nomes de Paris, França, na política copiamos os modelos institucionais da Inglaterra e França, na arquitetura

¹²⁰ Ibidem, p. 341-342.

buscamos, junto a Repartição de Obras Públicas, o estereótipo Francês e, entre outras coisas, nossas senhoras estão vestidas à francesa.

Esta última fortemente criticada pelo padre Carapuceiro, que entendia que não existe a necessidade das mulheres provincianas se vestirem sob a égide da moda francesa, pois os locais eram diferentes, em Pernambuco as temperaturas, por exemplo, eram altíssimas e o excesso de roupas dos vestidos franceses não cabia aos corpos das mulheres pernambucanas. A influência da moda sobre as pessoas era inferiorizada pelo padre:

nem o beí de Alger, nem o grão-turco, nem o poderosíssimo dalai-lama do Japão [*sic*] exercem tão desempeçado poderio, como entre os povos civilizados essa soberana que chamamos “moda”. Ela dilata a sua irresistível jurisdição sobre os objetos da vida exterior; e não só impera absoluta e categoricamente sobre o vestuário, os adornos, as louçainhas, os trastes, os móveis, como até sobre o físico e moral dos homens.¹²¹

A crítica contra a moda é contundente e ferrenha em diversas passagens das crônicas do Padre Lopes Gama. Ele não deixa escapar detalhe algum do modelo de vestimentas apresentadas, e critica claramente que a moda tem mais influência nas sociedades (civilizadas, também) do que pessoas como o Dalai-Lama. Essa que destrói não só a vestimenta e impera sobre as pessoas, também, dilata e impera por sobre a moral, que segundo o padre é a principal forma de organização de uma sociedade.

As mulheres pernambucanas de forma pitoresca buscam de forma insaciável a moda francesa lutando por informações sobre o modo de se vestir das europeias e tentando “macaquear” os estilos das vestimentas para, andarem segundo as damas civilizadas. Para Lopes Gama esse costume de copiar a moda da França é uma frivolidade, um costume “macaqueador” das pessoas:

este culto das pessoas do mundo reconhece por deusa a frivolidade; o seu templo é Paris; os seus sacerdotes são os caprichos; os franceses são os verdadeiros crentes; e todos nós, pobres papalvos, não somos mais do que escravos convertidos, que sem reflexões, sem idéias próprias, seguimos maquinalmente as leis arbitrárias dessa divindade fantástica. Com efeito, de França nos vêm quase todas as modas; e

¹²¹ Ibidem, p. 157.

nós, que achamos todo o nosso prazer em macaquear, tudo a esmo abraçamos alto-e-malo, só porque nos entrou por aquela barra.¹²²

Existe uma comparação entre a forma como a moda se aplica e o modelo de uma crença religiosa. De tão arraigada que a moda está na sociedade que ele a compreende uma religião que as pessoas cultuam como crentes. Esta que para ele tem todos os critérios religiosos e se espalha por todo o mundo.

A divindade cultuada é a frivolidade, o templo religioso é Paris, os caprichos se constituem nos sacerdotes e os franceses os verdadeiros crentes, cabendo ao resto das pessoas serem os aprendizes que buscam o conhecimento da divindade. Esta busca, feita de forma mecânica, não utiliza critérios e nem reflexões, as pessoas estão atraídas pela “religião da moda”.

Ser “macaco” ou “macaquear” as ações dos europeus é uma característica dos brasileiros que buscam e representam a civilidade, a modernidade, o progresso das nações europeias e principalmente da França. Esta última que para políticos e pensadores pernambucanos possui seus pontos positivos a serem copiados, não deve ser imitada a esmo e sem critérios que sigam a singularidade da região, sendo este o pensamento do padre Lopes Gama.

2.2. “E tome embora a carapuça aquele em quem ela assentar de molde”¹²³

O Padre Carapuceiro não se restringiu a desferir comentários aos costumes da moda ou referentes ao gosto dos pernambucanos por “macaquear”, faz parte de seu repertório uma série de críticas que nos auxiliam na compreensão de sua singular visão de progresso e suas leituras da cultura política provinciana.

Lopes Gama nasce em 1793 no Recife, filho de um médico formado em Lisboa, muito influente, que empossa cargos representativos para a medicina. Gama em 1805 ingressa no mosteiro de São Bento em Olinda como noviço, buscando a vida religiosa e ganhando destaque na sociedade que o circundava. Em seu percurso de estudo religioso transfere-se para o mosteiro de São Bento da Bahia no ano de 1807 e já

¹²² Ibidem, p. 82-83.

¹²³ Idem, p. 174.

em 1808 está professando como monge beneditino em Salvador, expandindo assim suas atividades religiosas com a sociedade católica.

Em 1815 ele regressa para Pernambuco e dá continuidade ao seu trabalho de religioso. Neste período ordena-se como padre secular. No decorrer de sua vida é, em 1817, nomeado Lente Retórica do Seminário de Olinda; em 1822 publica o Conciliador Nacional participando, assim, diretamente na política panfletária dos jornais pernambucanos. Em 1824 dá continuidade a seus discursos jornalísticos e em 1825 é nomeado visitador das escolas públicas, Lente de Retórica e Diretor do Liceu, que se transformará no Ginásio Pernambucano.

Em 1829 começa a publicar uma variedade de crônicas no jornal conservador, Diário de Pernambuco, com discursos de cunho comportamental (costumes) e político. É em 1832 que o Padre Lopes Gama começa a publicação de O Carapuceiro, crônicas de costumes que critica diretamente o comportamento da sociedade pernambucana e grande parte da política exercida pelos provincianos, sob a ótica de seu entendimento sobre o conceito de moral.¹²⁴

Em 1840 que a publicação de O Carapuceiro atinge a corte no Rio de Janeiro com as publicações no periódico O Despertador. Dois anos mais tarde, é retomada a publicação das crônicas, no Diário de Pernambuco, onde adentramos nos embates políticos que permeiam a política dos partidos conservador (Guabirus) e liberal (Praieiros). Estes últimos recebem críticas contundentes do Padre Lopes Gama.

Para ele sua função de crítica era a de colocar carapuças na população. Estas carapuças afetavam diretamente as pessoas, sendo desta forma um fator facilitador de comunicação entre o padre e o cotidiano dos provincianos. Nós podemos também perceber em suas críticas sua concepção de progresso, ordem e modernidade.¹²⁵

Tendo em vista que o progresso era representado por diversas formas e (re) significado na sociedade tanto por conservadores como por liberais, identificamos uma percepção singular na interpretação do padre, pois ele compreendia a política em formato diferente dos conceitos existentes entre os dois partidos.

¹²⁴ Ibidem, p. 13.

¹²⁵ Informações sobre a biografia de Lopes Gama, o padre Carapuceiro, foram coletadas em 02 (dois) materiais em específico: MELLO, 1996; PALLARES-BURKE, 1996.

Lopes Gama, como já adiantamos em linhas anteriores, acreditava no progresso e pensava que a civilização era realmente a Europa, mas afirmava que não era necessário copiar tudo, nem fazer “macaqueação” dos comportamentos e modas europeias. O seu impresso discorre sobre a moral e nos dá um vasto caminho para compreendermos sua concepção de civilidade. “O objetivo de Lopes Gama era o velho ‘*corrigit ridendo mores*’, moralizar os costumes pelo humorismo”.¹²⁶ Pallares-Burke descreve o padre como “guardião da cultura brasileira e repórter e intérprete de ideias e práticas estrangeiras”.¹²⁷ Antes de tudo o próprio se denominava “Carapuceiro”, aquele que constrói as carapuças, e quem lhes assentasse de molde que as usasse.

Politicamente o padre tinha uma visão singular das concepções partidárias vigentes na província pernambucana. Suas críticas divergiam dos conceitos dos conservadores e liberais, não poupando o patriarcalismo rural e a escravidão. Sua posição e opiniões políticas eram singulares, pois “O Carapuceiro é um advogado do meio-termo, batendo-se por uma aplicação liberal da constituição de 1824 que evitasse os escolhos do populismo e do republicanismo, à esquerda, e do reacionarismo caramuru, à direita”.¹²⁸

Sua visão era singular, posicionando com ideias próximas dos liberais, mas avesso a mudanças radicais que causassem problemas para a sociedade. Ele lutava continuamente por uma mudança na estrutura oligárquica de Pernambuco, ou seja, uma luta contra os Rego Barros-Cavalcanti:

à medida que, nesses anos finais da Regência e nos primeiros do Segundo Reinado, os “guabirus”, isto é, os conservadores pernambucanos arregimentados sob a batuta da oligarquia Rego Barros-Cavalcanti, dão início ao seu duradouro domínio político da província, só interrompido pelo triênio praieiro (1845-1848), o liberalismo de Lopes Gama se aprofunda, embora, como se apressava em explicar, ‘sou liberal sim, mas não sou nivelador’. Em 1842, ele investia mesmo contra a base do poder oligárquico, a grande propriedade territorial, que desejava ver submetida a um processo de democratização mediante o aforamento das terras dos engenhos, reivindicação que depois será retomada por Antônio Pedro de Figueiredo na sua revista O Progresso.¹²⁹

¹²⁶ MELLO, 1996. p. 09.

¹²⁷ PALLARES-BURKE, 1996. p.17.

¹²⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). op. cit. 1996. p. 16-17.

¹²⁹ Idem, p. 22-23.

Assim como Antônio Pedro de Figueiredo o Padre Lopes Gama se apresentava favorável aos conservadores, quando referimos às concepções partidárias, favoráveis a uma mudança gradual e disciplinar. Porém sua figura era singular e até difícil de ser classificada, pois ele mesmo se declarava um “liberal, mas não um nivelador”, não podia ser definido como monarquista, nem como republicano, desferia críticas aos grupos partidários e à organização política de uma forma geral, chegando a defender uma reorganização das distribuições de terras na província pernambucana. Pallares-Burke o qualifica como personagem controverso:

do ponto de vista ideológico, Lopes Gama ocupava a difícil posição de se apresentar como anti-absolutista e anti-escravagista, ao mesmo tempo que anti-republicano e anti-revolucionário. Uma figura controversa, que se via atacada tanto pelos republicanos quanto pelos absolutistas, Lopes Gama tem sido alvo de julgamentos extremamente díspares, desde acusações de virulência reacionária até os créditos de ‘o precursor da teoria da luta de classes’, após sua campanha contra a oligarquia dos senhores de terras.¹³⁰

A definição de Lopes Gama pode não ser facilmente elaborada devido a questões singulares de interpretação da cultura política local e nacional. Para o padre não cabia mais para o país o regime monárquico, mas também não havia condições de se aplicar um regime republicano, principalmente se este tivesse que passar por uma revolução para atingir as estruturas sociais.

Sua proximidade era maior com os conservadores do que com os liberais, mesmo desferindo críticas para ambos os partidos. Era, também, nas folhas do Diário de Pernambuco que o padre escrevia suas crônicas, jornal esse responsável pela voz do partido conservador em Pernambuco. Esse espaço e ou permissividade para escrever suas crônicas expressam, segundo a análise teórica de Maurice Mouilland,¹³¹ as intenções de apoio aos escritos do padre por parte dos editores do jornal.

Relacionado com as questões da moral e da honra, nosso personagem não deixava escapar nada em suas observações, e suas crônicas eram realizadas de forma aberta para que as pessoas lessem e aprendessem as características que tinham que ser modificadas na sociedade. Prestando atenção em tudo o Carapuceiro buscava ensinar as pessoas como lidar com situações cotidianas, como se prevenir dos “erros” de pessoas

¹³⁰ PALLARES-BURKE, 1996. p. 135.

¹³¹ PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: Da Forma ao Sentido**. 2ªed. – Brasília: UNB, 2002.

que se diziam civilizadas, mas que não eram, e escrevia sobre assuntos rotineiros como a mentira e a desonestidade. Sobre esta temática o padre pensa que:

o mais é que a cada passo encontram-se desses pataratas, que não abrem boca senão para mentir, ainda bem quando as suas petas só provocam o riso, e não são em prejuízo de terceiro. Por via de regra os que viajam gostam muito da tal asneirinha de mentir, e tanto mais taludas são as suas mentiras, quanto mais remotos os países que percorreram.¹³²

A crônica de costumes era a principal forma do padre se inscrever e discursar, inserindo suas opiniões em meio à sociedade. Sua percepção do progresso era assim singular. Como não era possível separar a visão de progresso e a cultura política, fez-se necessário uma análise mais profunda sobre os conceitos de progresso e modernidade estabelecidos neste pensador.

Seus ideais políticos não podiam ser definidos facilmente, as formas como enxergava a política e sua cultura organizacional, da justiça, da sociedade pernambucana destacaram-no como um crítico atento e coeso. Pallares-Burke, mais uma vez, definindo Lopes Gama em seu viés político afirma que:

do ponto de vista político, seu objetivo era trabalhar pela manutenção da independência do Brasil, recentemente declarada sob regime monárquico constitucional, e combater a ilusão crescente de que a solução para os problemas econômicos e sociais pudesse ser encontrada em mudanças sociais e políticas radicais.¹³³

Existem duas observações de grande relevância para uma análise de seus conceitos de modernidade e progresso. A compreensão de sua visão política, pois a reforma defendida por ele é a reforma da moral e da honra na política; na sua visão precisava de hombridade e caráter para desenvolver a província. Sendo necessário copiar os modelos europeus que nos coubesse, e não todas as ações supostamente modernizantes dos europeus:

por mais paradoxal que pareça, a macaqueação era combatida com mais macaqueação! Afinal, como ele próprio lembrava, macaquear

¹³² MELLO, 1996. p. 123.

¹³³ PALLARES-BURKE, 1996. p. 135

não é necessariamente um mal. Imitar o que os estrangeiros ‘têm de bom e de proveitoso’ é algo que ‘sempre será louvável’.¹³⁴

As críticas desferidas contra a modernização e a “macaqueação” não eram expandidas para todas as áreas, pois “macaquear” era necessário, visto que numa questão pedagógica os brasileiros precisavam aprender a se civilizarem e neste sentido os europeus eram o estereótipo de civilizados.

Os focos de ordem e modernização que passavam na estrutura organizacional da administração pública para o entendimento de Lopes Gama eram a reforma política e social baseada nos costumes da sociedade, estes que deveriam seguir a submissão aos preceitos religiosos. Esta reforma deveria ser aplicada num entendimento de melhoria da moral e da honra, visto que esses seriam os males da província sendo também errônea a aplicação de uma revolução republicana que traria em si a desordem¹³⁵, pois:

de acordo com Lopes Gama, a imoralidade e a ignorância, as verdadeiras causas do problema nacional, somente poderiam ser combatidas por meio de uma reforma dos costumes e da moral, e não por meio das duas grandes ameaças daquele momento – a volta ao antigo regime e a instituição revolucionária de um sistema republicano.¹³⁶

Jamais seria bem vindo o modelo republicano e revolucionário que surgiam, mas também não deveria haver um retorno ao modelo absolutista do antigo regime. Na concepção de progresso do Carapuço entrava a ideia de disciplina e a concepção pedagógica da política, ou seja, a sociedade não estava adaptada aos caminhos republicanos e uma modificação nas estruturas poderia ser catastrófica, mas um retorno ao modelo do antigo regime seria um atraso que não deveria ser admitido.

Para tanto, o padre buscou afirmar laços com a monarquia e reafirmava que o melhor modelo aplicado na sociedade brasileira era o modelo da monarquia constitucional existente no período, pois ela representava um avanço político e era a forma política que a população brasileira tinha capacidade intelectual para vivenciar.

¹³⁴ Ibidem, p. 148.

¹³⁵ A discussão entre ordem e desordem são apresentadas entre os personagens do período como opostos uma da outra, porém o entendido em nossa pesquisa é a compreensão do Georges Balandier, em que eles se complementam e não podem existir sem o outro.

¹³⁶ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Nísia Floresta, O Carapuço e outros Ensaios de Tradução Cultural**. op. cit. p. 135.

A primeira metade do século XIX na província pernambucana foi caracterizada por um turbilhão de ideias modernizadoras. Uns agredindo os outros e vilipendiando a imagem dos adversários políticos, porém neste contexto político e modernizador, as idéias inovadoras e singulares do Padre Lopes Gama chamaram atenção para uma modificação diferente na cultura política que atingia mais os costumes do que as formas de governo.

Os costumes tratados pelo padre eram diversificados e abarcavam várias diretrizes sociais. O Carapuço tratou de questões que remetem ao comportamento e a aparência de algumas pessoas que não correspondiam, na realidade, ao que elas eram. Cabe ao autor das crônicas alertar quanto as aparências enganosas que algumas pessoas possuíam:

se a cara fosse sempre o espelho dos sentimentos internos, bastaria que víssemos qualquer pessoa para lhe conhecermos o coração. Mas não sucede assim, e por isso bem dizia o faceto Juvenal: *'Fronti nulla fides'*. Ninguém se fie em aparências. Em verdade basta freqüentar o grande teatro do mundo para qualquer desenganar-se de que não deve deixar-se levar de exterioridades! Quantas vezes, enquanto uma boca risonha exprime palavras fagueiras e acariciadoras, o coração borbulha em desejos de vingança, ou de outra qualquer paixão malfazeja!¹³⁷

As aparências e outros fenômenos sociais eram alvos para a língua do Carapuço. Na constante idéia de ordem buscada pela moral e a honra, bastava que ele percebesse algo díspare no cotidiano para que novamente recorresse ao moralismo de suas crônicas. O tradicionalismo e a cortesia também constituíam a gama de temáticas abordadas pelo padre:

a urbanidade e cortesia são muito precisas na sociedade, porque sem elas tudo se tornaria brusco e não distaríamos dos selvagens. Essas pequenas atenções, essa reciprocidade de respeitos, essas maneiras doces e afáveis concorrem grandemente para a manutenção e harmonia da ordem social; e por isso devem ser pronunciadas e conservadas.¹³⁸

A manutenção da ordem social era a base de um entendimento necessário para o desenvolvimento e a busca da modernização que o Padre Lopes Gama identificava. A

¹³⁷ MELLO, 1996. p. 128.

¹³⁸ Idem, p. 195.

educação das pessoas construía uma forma diferenciada de manter a ordem da sociedade e devido a esta concepção o nosso personagem cria na mudança pedagógica do comportamento dos provincianos.

Adentrando em conceitos mais aprofundados sobre a realização de estratégias de convencimento¹³⁹, nosso padre discursa sobre as problemáticas da sociedade relacionadas à falta de moral, as grosserias, e a má educação de uma forma genérica, porém não afirma o mau comportamento sem antes justificar os motivos. E para o padre a origem dos nossos problemas está em nossas raízes, a má educação:

é este um dos principais males do nosso Brasil. Nós infelizmente nascidos no meio de escravos africanos somos pela maior parte e quase inevitavelmente malcriados. As brutais maneiras, as grosserias, os vícios dessa raça infeliz insensivelmente se têm inoculado no nosso povo, e eis o germe da nossa tão geral imoralidade.¹⁴⁰

Em tudo se percebe a crônica do padre, parando e observando os costumes da sociedade e dos políticos ele constrói discursos relacionados com os costumes de uma época de forma magistral demonstrando ser um exímio observador. Aveso aos exageros o Lopes Gama se expressava contrário aos costumes desnecessários adotados pelos provincianos, principalmente no que se remetia a Europa, e principalmente a França:

o francês tomou hoje o lugar do latim. O jovem de boa educação começa a aprender o francês desde que principia a falar, e ainda ignora o padre-nosso e já sabe os verbos auxiliares e as quatro conjugações.¹⁴¹

Existia para o padre a necessidade de modernização, mas o tradicional se confrontava com esta perspectiva de mudanças e melhorias. Lopes Gama percebia as inovações, afirmava que deveriam vir, porém seus discursos sobre a moral afetavam diversas instâncias dessa modernização. No discurso acima, percebemos mais uma crítica ao francês. Para ele, esta língua inovadora, da moda, estava suplantando o

¹³⁹ Ressaltamos que para a compreensão de De Certeau a estratégia se relaciona com a preparação e a tentativa de convencimento, porém a receptividade destes instrumentos de convencimento são entendidos pelo autor como táticas

¹⁴⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuço**: crônicas de costumes. op. cit. p. 349.

¹⁴¹ Idem, p. 433.

tradicional latim que tem sua importância na religião: as pessoas ignoram o “padre-nosso”, mas sabem os verbos auxiliares e as quatro conjugações do francês.¹⁴²

A importância da religião nesta concepção de associação entre o social e o espiritual está relacionada ao pensamento do Raoul Girardet¹⁴³ que entende a relação da ordem sob a ótica da homogeneidade e relaciona nas sociedades tradicionais esta homogeneidade à religião. É nessa concepção em que Lopes Gama busca moralizar a política provinciana, vivendo em constante choque entre o tradicional e o moderno, entre o bárbaro e o civilizado, entre o religioso e o secular.

Esse conflito entre o moderno e o tradicional constantemente entram em contraste na mente do Carapuceiro. Homem que luta pela moral na política acaba ficando em contradição em diversos momentos. Remetendo à criação da Guarda Nacional¹⁴⁴, por exemplo, ele afirma ser a França um lugar de pessoas iguais, onde a população é toda homogênea¹⁴⁵. Mas, seus discursos referentes aos embates políticos afirmam que não existe a possibilidade de um regime político que igualasse as pessoas, pois a diferença entre as pessoas era uma condição natural da vida, expressando claramente sua crítica à democracia:

perfeita igualdade não se dá *in rerum natura*, pois que das mesmas desigualdades resultam a ordem, harmonia e beleza do universo. Seja qual for o país, seja qual for o tempo, seja qual for a forma do governo, sempre o homem sagaz e esperto há de burlar o tolo, o rico há de ser mais estimado que o pobre, o sábio sobrarão ao ignorante, o bem-nascido e bem-educado ao farroupilha e malcriado etc. etc.¹⁴⁶

Não existe em verdade, para o padre, a igualdade, nem condições de tela, pois o rico sempre suplantaria o pobre, o inteligente suplantaria o ignorante. Sendo assim, impossibilitado um regime político que pregasse a igualdade entre os povos. Neste sentido ele também afirma que as “desigualdades resultam a ordem” reafirmando a ideia

¹⁴² Segundo a análise de Georges Balandier a modernidade vem para suplantiar o tradicional, causando medo e aflição nos povos que percebem estas mudanças. O Padre Lopes Gama se caracteriza como um exemplo desta relação entre o tradicional e o moderno numa busca pelo equilíbrio entre ordem e desordem, fenômeno comum dentre os povos segundo o autor. BALANDIER, Georges. **A Desordem:** elogio do movimento. Trad.: Suzana Martins. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 155-156.

¹⁴³ GIRARDET, 1986. p. 146.

¹⁴⁴ Almeida analisando a metamorfose da Guarda Nacional diferenciava a constituição da Guarda Nacional francesa e a instituída em Pernambuco, demonstrando que ela foi criada nos moldes franceses, mas que possuía características diferentes.

¹⁴⁵ Vide nota nº 21.

¹⁴⁶ MELLO, 1996. p. 315-316.

monárquica, onde um soberano governa e disciplina as pessoas gerando ordem, já que uma fragmentação do poder na república resultaria rapidamente em desordem, demonstrando assim um discurso maniqueísta.

O ponto, para ele, positivo desta perspectiva era que o povo não estava tão inerte e que o soberano não estava tão livre, pois existia votação no país (mesmo elitista) e o monarca estava submetido a uma constituição. Esta “abertura” ou “afrouxamento” para o padre era um símbolo do progresso da população que estava aprendendo a se civilizar.

Suas vivências políticas fizeram com que as crônicas políticas nos mostrassem percepções interessantes sobre o progresso e a modernidade numa perspectiva diferenciada. Por isso a forma como ele buscava a ordem, o caráter pedagógico de suas ações e a forma como lutava pela manutenção da independência do Brasil, recém conquistada, e suas críticas para uma modificação nos modelos de se pensar a política na província.

Como já estava notório o padre sabia das agressões mútuas e dos usos dos periódicos como armas políticas em Pernambuco, e como ele não deixa escapar fenômenos sociais e políticos de suas crônicas, Lopes Gama critica a relação entre periódicos e política:

ordinariamente os periodiqueiros dividem-se em parcialidades. Estes, por exemplo, sustentam o governo, aqueles pertencem à oposição; uns advogam monarquia constitucional, outros atiram furiosamente para a democracia. Os primeiros nada encontram no governo que não seja muito acertada, muito justo e conveniente; os segundos batem-no desapiedadamente e reprovam alto-e-malo todos os atos do mesmo governo. Os escritores monarquistas amam o Brasil porque desejam que este seja o que pode ser; os senhores republicanos suspiram pela desordem, porque desejam pescar na enxurrada. O Brasil de hoje está tão apto para a república quanto está a Turquia para se tornar católica romana. Em verdade, se o nosso povo ainda era verde para o regime monárquico representativo, que tão acordadamente lhe deram, como terá os precisos elementos para a democracia?¹⁴⁷

Relacionadas com a luta política dos periódicos que desferem agressões mútuas entre si, o padre não concorda com o posicionamento de agressões e afirma ser uma disputa ordinária, concluindo que os conflitos dos partidos expressos nas folhas dos

¹⁴⁷ Ibidem, p. 167-168.

jornais são matérias jornalísticas com parcialidades. Demonstrando uma crítica tanto a conservadores quanto a liberais, porém o foco da crítica tem uma tendência agressiva maior para os liberais, por tratar de temáticas que eram associadas a eles.

Para o Carapuceiro, os conservadores (monarquistas) lutam e amam o Brasil, pois preservam a ordem e querem para o país o que ele pode ser, e não o que as ideias imaginam. Sendo assim a proximidade das idéias do padre, como já referido anteriormente, são mais relacionadas com as concepções conservadoras.

As defesas do Padre Lopes Gama e sua singularidade nas afirmações e necessidades de vinda do progresso na província de Pernambuco discorrem sobre a análise de que seus discursos defendem a moral e o tradicional ao mesmo tempo em que defende a necessidade de mudança e aprendizado. Visto que sua luta era para a manutenção da ordem, combater a ilusão da república, não voltar para o regime político da monarquia absoluta e a luta pela melhoria gradual e pedagógica das estruturas políticas, ou seja, evitando as revoluções e pregando as reformas políticas e sociais na base principal, a moral e os costumes dos políticos e cidadãos comuns da província.

2.3. Progresso por “Progresso”: Antônio Pedro de Figueiredo

Percepções singulares referentes à modernidade e ao progresso, em personagens que tinham expressão na sociedade foram notadas, não só nos conceitos do padre Carapuceiro. Outro personagem que se destacou pela singularidade foi o Antônio Pedro de Figueiredo. Este que foi um homem atento à política e que discursou sobre o progresso na província de uma forma inovadora e surpreendente para a primeira metade do século XIX e para os apreços dos conservadores e liberais.

Sua preocupação era expressamente a modernidade, o progresso provinciano juntamente com a extinção das oligarquias. Acreditando que os caminhos para atingi-los eram diferentes dos caminhos pretendidos pelos partidos conservadores e liberais, ora no poder. O foco de seus pensamentos fora voltado para estas perspectivas modernizantes associadas com as questões sociais e por isso fundou uma revista denominada: O Progresso, revista social, literária e científica.

Por se definir como um homem que lutava pelo progresso da província pernambucana e ter relações com uma concepção diferenciada de como a ordem e o progresso deveriam ser instaurados na província, é que suas ideias foram abordadas.

Mesmo assim defini-lo é praticamente impossível, pois seus conceitos eram díspares dos apresentados pelos partidos em voga, assim como seria factível enquadrá-lo em liberal ou conservador, pois não entendemos as pessoas numa perspectiva dicotômica.

Declaradamente o Antônio Pedro de Figueiredo era um defensor dos povos e por isso foi e é visto por muitos trabalhos acadêmicos¹⁴⁸ como um socialista. Sempre associado às ideias sociais, devido à sua relação com o povo e com as reformas que julgava serem necessárias para uma reorganização da política provinciana.

Inicialmente ele era mais próximo dos preceitos liberais, porém com a ascensão dos liberais em 1845 passou a entoar críticas árdidas às formas administrativas dos liberais e se aproximou dos conservadores. Este fenômeno se processou possivelmente pela discordância percebida por ele quanto aos discursos dos liberais e suas práticas no governo da província. Suas diferenças quanto ao pensamento político são relacionadas com os dois partidos e por isso detectamos uma percepção singular na concepção de progresso no A. P. de Figueiredo. Por exemplo, ele era contrário às revoluções e a melhor forma de governo, atualmente, era a monarquia constitucional, daí uma semelhança com o pensamento do Padre Lopes Gama, e ao mesmo tempo ele era contra a grande propriedade que era a base da formação e defesa do partido conservador, assim como dos liberais:

(O Progresso) comparado aos jornais, o conteúdo e as preocupações dessa revista adquirem aspecto singular, pela crítica profunda à grande propriedade, ao monopólio das elites fundiárias sobre o poder político e à inoperância do Estado face os problemas econômicos e sócias. O critério de julgamento moral, que se coloca em primeiro plano, permeia todas as atividades do sistema, desde as individuais e particulares, até as que concernem às instituições políticas e sociais.¹⁴⁹

O posicionamento político de Antônio P. de Figueiredo aflora-se de forma complexa e como um mosaico de concepções. A historiadora Isabel Marson o posiciona mais próximo da “oposição guabiru”, mas ao mesmo tempo afirma que ele não era declarado pela imprensa guabiru como sendo conservador. O próprio personagem não se definia, pois entendia ter pensamentos singulares para seu tempo e por isso, até,

¹⁴⁸ ALMEIDA, Marcelo Francisco de. **A Revista O Progresso e a Proposta de Reformas Sociais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

¹⁴⁹ MARSON. Isabel A. **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980. p. 82.

resolveu publicar uma revista a parte dos periódicos circulantes com o intuito de divulgar suas ideias de progresso e modernidade. Esta revista fora criada logo quando Antônio Pedro ficara insatisfeito com as ações administrativas dos praieiros. Marson afirma que após o fechamento da ROP (Repartição de Obras Públicas) pelos praieiros, surgiu a revista O Progresso como resposta pelas ações liberais, já que Antônio Pedro era um admirador das ações propostas e executadas pela instituição:

o golpe desfechado contra a Repartição de Obras Públicas não ficou sem resposta por muito tempo. Os engenheiros, aliados ao professor do Liceu A. P. de Figueiredo, resolveram revidar à altura as reformas da administração praieira, através de críticas pesadas e largamente fundamentadas, e com a divulgação de um projeto político alternativo para esvaziar as vitórias praieiras, caracterizado pela competência e o embasamento em teorias científicas.¹⁵⁰

Quanto à definição de sua posição política a autora o apresenta mais próximo aos conservadores do que aos liberais, porém argumenta com ressalvas sobre suas publicações e posicionamentos que são dispares dos conservadores e dos liberais. A autora afirma ainda que ele deixa aflorar sua ligação com os guabirus, mesmo sua revista apresentado propostas próximas aos conceitos liberais, já que de forma sutil os elogios que ele fazia na Câmara eram um exemplo de suas ligações com os conservadores:

alguns traços, entretanto, deixam aflorar suas ligações com a oposição guabiru, embora nem a revista, nem os jornais conservadores tenham sequer insinuado as circunstâncias políticas que deram origem à publicação. O primeiro deles é perceptível pelos elogios mais demorados e freqüentes às falas da oposição na Câmara; por exemplo, os pronunciamentos de Silva Ferraz, Souza Martins, Souza Ramos e D. Manoel, embora discordasse de alguns pontos, como em relação à política no Prata. Ainda se colhem outros indícios quando opõe alguns pontos de seu programa àqueles temas caracteristicamente agitados pelos praieiros, fazendo, então, a defesa da vitaliciedade dos cargos públicos e a crítica do protecionismo alfandegário e à indústria nacional.

A autora também ressalta a vinculação da publicação da revista O Progresso com o Diário de Pernambuco folha emblemática dos conservadores. Observamos também que mesmo fenômeno ocorreu com o Padre Lopes Gama que vinculava suas

¹⁵⁰ MARSON. Isabel A. **O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 190.

crônicas no periódico conservador, demonstrando que ambos são avessos aos conceitos políticos dos liberais e sutilmente associados aos conservadores.

A história de vida de Antônio Pedro é de sofrimento e de luta, pois fora um rapaz pobre e do interior, sendo também um mulato esforçado. Filho de um pardo, de nome Bazílio, nasceu em Iguarassu no ano de 1814 e trabalhava limpando a estrebaria do pai e pescando. Vindo para Recife foi abandonado por um falso amigo e logo teve que ir para o convento do Carmo onde teve contato com o conhecimento. Segundo Amaro Quintas:

esse falso amigo que o desprezou numa ocasião em que Antônio Pedro de Figueiredo tanto necessitava de uma ajuda. Mas buscando abrigo junto aos frades do Convento do Carmo lá encontrou acolhimento e amparo material para aprofundar-se nos estudos.¹⁵¹

Foi no convento que Antônio Pedro de Figueiredo teve a oportunidade de se informar sobre diversos assuntos e tornar-se versátil em suas atribuições chegando a ser professor do Liceu e formar contatos que os ajudaram a formar a revista O Progresso. Suas obras eram assinadas com o nome de *Cousin Fusco* referentes a um filósofo chamado Victor Cousin, porque foi a partir da tradução da obra deste filósofo que ele se tornou conhecido. “A sua inclinação para os problemas filosóficos levou-o, em 1843, a traduzir o Curso de História da Filosofia de Victor Cousin”,¹⁵² tomando notoriedade e crescendo a imagem pública dele nas folhas dos jornais provincianos.

Juntamente com quatro amigos o A. P. de Figueiredo, professor do Liceu, procura construir um periódico com formas e ideias diferentes das existentes em Pernambuco. Seu periódico tinha o intuito de instruir através de análises científicas e de revidar agressões feitas pelos praieiros à Repartição de Obras Públicas que um dia fora tão elogiado por ele. Exímio admirador da ROP, Antônio Pedro Lançou um periódico com o intuito de divulgar seus pensamentos políticos, científicos, filosóficos, sociais e literários. O Progresso reunia todas estas temáticas num só lugar e abordava assuntos referentes ao cotidiano dos provincianos, somando-se à química, física, matemática entre outras temáticas.

¹⁵¹ QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 6ªed. Recife: Massangana, 1982. p. 166.

¹⁵² Idem, p. 166.

Atento às notícias, buscava tratar de temáticas internacionais em seus escritos informando o que se passava na vida política do exterior. França, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros países. Suas notícias relacionavam sociedade e política, e utilizava as informações trazidas de longe como estratégia de convencimento¹⁵³ de seus ideais, aparecendo assim a imagem do “outro” (estrangeiro) como estereótipo.

Era parte constante em seu discurso assuntos políticos relacionados às temáticas que apoiavam os conservadores, e buscavam a manutenção da ordem baseado no sistema que imperava. Os liberais apoiavam e não eram contra o governo imperial, nem declaravam abertamente críticas a esse governo, mas suas ideias reformadoras e de agressividades fizeram com que Antônio Pedro se identificasse mais com os conservadores.

Assim, também, pensa Izabel Marson¹⁵⁴ em sua análise sobre o trabalho de Antônio Pedro ela defende que ele estava muito mais próximo dos conservadores que dos liberais. Sendo esta baseada em sua proximidade com o barão da Boa Vista e com a Repartição de Obras Públicas.

Sua relação com pessoas e agentes da administração do barão, sua ligação e proximidade com a ROP, e os elogios incansáveis eram fatores responsáveis para ligá-lo ao partido conservador, mas os elogios e sua proximidade não fazem dele um representante ou defensor dos conservadores, porque as críticas desferidas pela revista O Progresso também afetavam os conservadores.

Críticas aos conservadores ocorriam, mas quem sentia mais as críticas do Antônio Pedro eram os liberais. Variadas vezes foram os momentos em que o periódico criticou as ações dos liberais, a começar pela própria formação de seu jornal que surgiu devido à extinção, por Chichorro da Gama, representante dos liberais, da ROP.

Como a revista propunha discorrer sobre a reforma no modelo administrativo presente, que era dos liberais, diversas críticas foram surgindo referentes à administração liberal. As críticas eram referentes à forma como a administração era realizada e constituída, para ele não deveriam ocorrer as mudanças de cargos nos setores

¹⁵³ A relação de estratégia de convencimento elaborada pelo Antônio Pedro é analisada segundo a perspectiva do Michel De Certeau.

¹⁵⁴MARSON, 1987. p. 297.

administrativos, fenômeno comum na política provinciana, pois assim a coesão e a ordem não prevaleceriam, assim como a falta de hierarquia e do equilíbrio entre as instituições:

a falta completa de estabilidade no sistema administrativo; a ausência de grande número de leis orgânicas necessárias para a satisfação das necessidades gerais do povo, entre as quais devemos considerar em primeira linha as que estabelecem um bom sistema de imposto; a incoerência da divisão civil, eclesiástico e judicial; a falta de hierarquia entre os agentes das diversas administrações: eis-ai o resumo sucinto dos defeitos principais da nossa organização administrativa provincial.¹⁵⁵

A crítica desferida é diretamente à administração dos praieiros que estava representada pelo presidente Chichorro da Gama. Suas ideias eram de coerência administrativa e de reforma nas leis da administração, já que ele não simpatizava com as trocas de cargos administrativos. Esta coerência traria uma forma correta para a vinda e estabilização do progresso. Esse que deveria ser material e não necessariamente cultural, o que o diferenciava um pouco do pensamento de Lopes Gama quanto ao progresso pela moral:

a proposta apresentada para solucionar esse problema seria a organização de instrução pública [entendendo opinião pública] e dos órgãos administrativos, Judiciário, Legislativo e o Moderador. A base para a efetivação dessas reformas seria o Poder Municipal. Este último é visto como o meio mais eficaz para o controle público das leis aprovadas e para a sua execução. Após a realização desses itens da reforma, atrelados à força real – a opinião pública –, certamente teríamos dado um grande salto para a solução do nosso grande mal – a má organização social.¹⁵⁶

Esta era a proposta principal de Antônio Pedro, reformas no setor administrativo do governo que seriam a base para o progresso e estabilidade financeira da província pernambucana. Esta reforma consertaria os defeitos, os problemas econômicos e sociais. Sendo desta forma notória que existia uma proximidade maior entre Antônio Pedro e os conservadores, mas vale salientar que suas ideias inicialmente se aproximavam da concepção dos liberais e que antes da administração praieira ele era apegado aos próprios liberais fazendo críticas ao governo conservador.

¹⁵⁵ Interesses Provinciais. **O Progresso. Revista Social, Litteraira e Scientífica**. Recife. p. 263.

¹⁵⁶ ALMEIDA, 2001. p. 69.

Sua rispidez com o partido liberal era expressa em agressões discursivas inscritas nas folhas de seu periódico. Quando remetido a informações obre estes partidários sempre se apresentava com um ar de crítica ou de forma sarcástica. Suas agressões se dirigiam à administração do Chichorro da Gama:

lamentarmos a recente decisão do Sr. A. P. Chichorro da Gama, que, com grande detrimento da nossa estudiosa juventude, demitiu o ilustrado professor, Sr. José Soares de Azevedo, do lugar que ocupava no Liceu, para substituí-lo por um empregado subalterno da secretaria de polícia.¹⁵⁷

Suas concepções de progresso esbarravam na forma de governo dos liberais, constantemente entendido como o governo da desordem e da contestação, e logo criticado como o governo sem progresso. Em *O Progresso* a representação que era transmitida dos liberais era a imagem destruidora da modernidade, a face da desordem.

Não só aos adversários na forma física, como também, desferia golpes ao *Diário Novo*, representante dos liberais nos argumentos políticos. As críticas que este jornal realizava contra o jornal *O Progresso* eram respondidas com mais agressões e ofensas:

com quanto o discípulo da filosofia confessasse que nos não compreendera, nem por isso deixou de atacar calorosamente, no *Diário Novo* nº 156, o nosso artigo filosófico, sobre a certeza humana. [...] Acusava-nos ele de termos cometido, além de outros muitos enormes pecados, o de cairmos no golfo do ceticismo, de propagarmos idéias nimiamente perigosas e de termos dado aos nossos leitores um resumo imperfeito das doutrinas metafísicas da escola escocesa; e finalizava, aconselhando aos adolescentes ávidos de ciência, que se não deixassem fascinar pelas nossas idéias especiosas. [...] A resposta, que demos, no nosso segundo número, ao discípulo da filosofia, só serviu para duplicar-lhe o ardor.¹⁵⁸

Nessa passagem, encontramos o discurso de agressividade que a revista *O Progresso* tinha recebido numa publicação do *Diário Novo* referente a um artigo que discorria sobre a filosofia. As respostas publicadas na matéria de Figueiredo demonstravam um ar de superioridade, principalmente no quesito científico. Estas agressões respondidas são formas de destruir a imagem pública dos liberais, pois assim

¹⁵⁷ Variedades. *O Progresso. Revista Social, Literária e Científica*. Recife. p. 763.

¹⁵⁸ Variedades. *O Progresso. Revista Social, Literária e Científica*. Recife. p. 243.

demonstra com argumentos filosóficos que os administradores ou representantes do partido não estão aptos para o governo.

Essas críticas diretas à administração pública eram fomentadas com o argumento de que caso os gastos fossem canalizados em uma ação coesa a economia financeira seria maior e os cofres públicos lucrariam, podendo assim investir mais na ordem e no progresso. É conceito dele que o progresso é material, sendo logo fator favorável para a melhoria da vida dos povos.

Ainda fazendo referência ao governo e sua falta de organização e coerência no poder administrativo, Antônio Pedro discursa sobre o ano de 1846 e afirma que este foi um ano de muito sofrimento. Ano este que se desgastou devido à desorganização do governo e seus agentes administradores:

1846! Ainda mais um ano sumido no galpão do passado! Ainda mais cem milhões arrancados aos suores da nossa agricultura, para manter-se o fausto da corte e essa legião de empregados inúteis, que fomentam a dissensão política, porque delas mana toda a sua existência! De feito, que nos esmagam em todos os sentidos? Onde estão as estradas, os canais, os caminhos de ferro, executados pelos que nos governam? Onde estão esses vastos estabelecimentos em que a instrução devera ser distribuída gratuitamente por todos? Onde estão esses melhoramentos de todo o governo com que o governo devia fazer sentir sua ação benéfica nos pontos mais remotos? – Nem sequer existem em projeto!¹⁵⁹

Estas e outras críticas feitas contra o partido liberal demonstram constantemente que a proximidade do Antônio Pedro de Figueiredo, a partir da administração liberal, era com o partido conservador e não mais com os Praieiros. Não era ideia dele a luta por uma reforma revolucionária nem radical, era preciso manter a ordem e a liberdade, pois eram esses os pilares do progresso que Pernambuco deveria passar a vivenciar. Novos rumos para a economia e a política provinciana.

Sua perspectiva de progresso torna-se singular, assim como a do Padre Lopes Gama, pelo fator de pensarem e expressarem diferenças nos conceitos de progresso próprios e as ideias progressistas dos conservadores e liberais. Antônio Pedro, por exemplo, defendia uma reforma administrativa no governo e uma reforma agrária para

¹⁵⁹ O Anno Findo. **O Progresso. Revista Social, Literária e Científica.** Recife, p. 331.

por fim aos grandes latifúndios em favor do povo, buscando a facilitação do acesso a terra.

Logo suas concepções contrastavam com a dos liberais, pois não aceitava uma forma de governo revolucionária e nem de mudanças abruptas assim como discordava dos conservadores, visto que era contrário ao latifúndio monocultor e favorável a pequena propriedade.

Elogiando até ações reformistas que desmembraram os latifúndios nos Estados Unidos, ele argumenta ser esta uma forma de ação vantajosa para os governantes e que traria reconhecimento populacional. Numa matéria explicando como foi efetivado o desmembramento de terras em pequenas propriedades nos Estados Unidos, busca demonstrar quais as vantagens dessa ação e deixa transparecer sua vontade em relação à grande propriedade:

a associação, em dois anos, a progredido imensamente. Nas eleições locais, nas gerais, os reformadores exercem grande influência, obtiveram grande número de nomeações. Contribuíram a levar M. Polk à presidência; a afastar M. H. Clay, que se pronunciara contra o agrarismo. Cada número da *New America* contém o boletim das vitórias eleitorais, ganhadas nos diferentes distritos pelo partido reformador, e estes boletins provam que este partido vai crescendo de dia em dia, e conquistando ardentes simpatias.¹⁶⁰

Antônio Pedro Elogia a prática da pequena propriedade dos Estados Unidos e complementa seu discurso afirmando que o partido que fizera esta reforma na agricultura estava se tornando um partido forte, ou seja, neste discurso de progresso, inclusive do partido, podemos perceber sua defesa de que o progresso e melhoria econômica da província deveriam passar por uma reforma na agricultura acabando com o latifúndio. Assim como nos Estados Unidos, que promoveu resultados positivos seguindo os modelos do liberalismo. Então percebemos que inicialmente o Antônio Pedro era liberal e suas propostas de modificação para a província continuaram seguindo o mote do pensamento do liberalismo, porém com discursos diferenciados dos apresentados pelo partido liberal de Pernambuco.

¹⁶⁰ A lei agrária nos Estados Unidos. **O Progresso. Revista Social, Literária e Científica.** Recife. p. 415.

Referente aos embates políticos realizados nas folhas jornalísticas dos conservadores, representados no Diário de Pernambuco, e os liberais, inscritos no Diário Novo, o Antônio Pedro discorre sobre a importância da liberdade de imprensa e afirma que ela é a expressão dos povos contra a tirania e é, também, um exemplo de nação civilizada:

salve, liberdade da imprensa: sagrado paládio da nossa independência! Onde quer que tu reines, o mais despótico governo se vê obrigado a respeitar os direitos dos cidadãos e os eternos ditames da razão e da justiça. A tua sombra, certa liberdade se insinua nos costumes dos povos, torna impossível o escravizá-los de novo, e só permite ao despotismo existência nominal. Sem ti a mais democrática constituição, as instituições mais liberais, só servem de mascara ao domínio do favoritismo e arbitrário.¹⁶¹

É na liberdade de imprensa, essa piamente defendida pelos liberais, que o Antônio Pedro percebe a força das nações contra os poderes despóticos, elogia esse fenômeno e demonstra mais uma vez que é difícil de defini-lo politicamente. Possivelmente seu foco seja mesmo o povo, numa questão social de distribuição de terras e de organização da nação em prol da população, inspirado pelo Victor Cousin, ou apenas uma percepção singular de como administrar publicamente a província.

Como exposto pelo Georges Balandier¹⁶² na associação entre ordem e desordem¹⁶³ na concepção de que eles estão associados, encontramos debates entre esta associação também na província pernambucana. Para os conservadores, por exemplo, tinha-se o entendimento de ordem e controle da população, já para os liberais a liberdade seria o ponto principal para a melhoria da província e era sua arma maior no Diário Novo. Para Antônio Pedro, por exemplo, ordem e liberdade andavam juntas, e uma alimentava a outra:

logo, tanto aqueles que escrevem em suas bandeiras que trabalham pela ordem, como os que escrevem que combatem pela liberdade, ambos se enganam se entendem, excluir um destes dois termos em favor do outro. Para nós, ambos eles são correlativos, se supõe um ao outro; e posto que saibamos que a ordem ainda mesmo falsa e

¹⁶¹ A Liberdade da Imprensa. **O Progresso. Revista Social, Literária e Científica**. Recife, p. 475.

¹⁶² BALANDIER, Georges. **A Desordem: Elogio do movimento**. Trad.: Suzana Martins. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

¹⁶³ O exposto no texto discute a ideia de liberdade associada a desordem pelos conservadores, enquanto o Antônio Pedro defendia que a liberdade era um pressuposto necessário para o progresso e a ordem.

incompleta, ainda mesmo obtida transitoriamente por meio de alguma compreensão é a primeira condição, a condição *sine qua non* da existência das nações, contudo, e, tese nunca nos decidiremos em favor dela com prejuízo da liberdade, e procuraremos, em todos os casos, a solução superior que ao mesmo tempo satisfaz a estas duas manifestações legítimas no mesmo grupo.¹⁶⁴

Esta relação jamais poderia ser dissociada uma da outra, ao contrário do que pensavam os partidários conservadores e liberais, a ordem e a liberdade, segundo Antônio Pedro, eram fatores complementares e necessitavam um do outro para a existência e a soberania do progresso material. Seria até difícil na primeira metade do século XIX pensar em ordem e liberdade, tornando-se até sem coesão, mas para esse pensador singular se fazia necessário para a manutenção da ordem a existência desses dois fenômenos essenciais.

Para essa manutenção da ordem não cabia uma modificação radical nas estruturas e nenhuma reforma no modelo político, sendo o melhor para o momento a manutenção do *status quo*. Para Antônio Pedro de Figueiredo, um homem interessado na melhoria dos povos, o progresso poderia vir sem solicitar uma revolução a mais na história dos pernambucanos. Por isso, indagando sobre a forma de governo que defendia diz que o melhor modelo, para as condições do Brasil, era a monarquia constitucional devido a garantia de estabilidade, assim como pensava o Padre Carapuiceiro, já que a grande quantidade de revoltas existentes em Pernambuco e no Brasil, traziam uma imagem de instabilidade pública do império:

agora, a vista do que acabamos de dizer, não seria ocioso o perguntarmos alguém a nossa opinião a respeito da forma governamental em si mesma, e obrigar-nos a escrever em nossa bandeira, como em geral costumam fazer as folhas políticas, se somos monarquistas ou republicanos? – Confessaremos primeiro que, para nós é esta uma coisa de menor monta do que para aqueles que encaram a política de um ponto de vista menos elevado; mas para que ninguém julgue que queremos esconder alguma face do nosso pensamento, diremos que no estado atual do Brasil a forma constitucional com um monarca hereditário e duas câmaras eletivas nos parece oferecer mais garantias de estabilidade que as outras formas de governo.¹⁶⁵

Notamos que ele não faz muito gosto pelo modelo monárquico constitucional, mas apresenta-o como o melhor governo, no momento, para o Brasil. Ainda

¹⁶⁴ Exposição de Princípios. **O Progresso. Revista Social, Literária e Científica**. Recife, p. 06.

¹⁶⁵ Exposição de Princípios. **O Progresso. Revista Social, Literária e Científica**. Recife, p. 10.

argumentando, numa questão pedagógica, como o Padre Lopes Gama, que as pessoas precisavam aprender passo a passo até a evolução da forma de governo, pois os brasileiros não tinham capacidade intelectual para outro modelo governamental, mesmo com a negação categórica da república, Antônio Pedro parece quedar-se por este tipo de representação política, vale lembrar o elogio feito aos Estados Unidos, atualmente uma república federativa.

Seu discurso era de apoio ao povo e seja qual fosse o modelo de governo, seu argumento era sempre “o que seria melhor para o povo”, pensá-lo como precursor de socialismo no Brasil não é foco desse trabalho.¹⁶⁶ a questão é que ele entende que a política deve ser voltada em todas as suas ações para a melhoria de vida do povo e do Estado centrando-se no progresso material. Em seu conceito de política encontramos essas idéias:

para nós pois, a política é a ciência da organização social, com o único alvo de realizar a felicidade dos indivíduos; e sem entrarmos aqui em desenvolvimentos, que os limites desta escritura não comportam, diremos que para esta nossa terra do Brasil, na atualidade a ação da política deve ser principalmente econômica e industrial, deve andar sobretudo o caminho dos progressos materiais.¹⁶⁷

Sintetizando assim o discurso de progresso singular de Antônio Pedro de Figueiredo, com a percepção de que a política deve ser voltada para a melhoria e usufruto do povo e para tal deveria ser investido no progresso material, industrial e econômico. Que seus conceitos adentravam diversas estruturas políticas e não se enquadravam diretamente nem com conservadores e nem com liberais, concordando de forma sutil mais com os primeiros. Mantendo o discurso agrário contra o feudalismo pernambucano e defendendo uma reforma administrativa do governo seria possível a chegada da modernidade, ou do progresso através da ciência.

¹⁶⁶ Estudos comparativos entre o Antônio Pedro e o socialismo já foram desenvolvidos, para maiores informações referentes a esta temática citamos como apoio de consulta: ALMEIDA, 2001.

¹⁶⁷ Exposição de Princípios. **O Progresso. Revista Social, Literária e Científica**. Recife. p. 07-08.

3. AGRESSÕES MÚTUAS: A CULTURA POLÍTICA NOS PERIÓDICOS

No processo de concepção de progresso e modernização existentes na província pernambucana e suas singularidades, abordamos as formas e variações conceituais dos partidos e de personagens singulares quanto a este entendimento. Essa conceituação fazia parte da cultura política existente na primeira metade do século XIX em Pernambuco, denominando e caracterizando de forma singular os pensamentos políticos e sociais provincianos.

Dentre esses fenômenos de conceituação, na cultura política, outra característica relevante, também analisada, são as estratégias de comunicação e de agressões vinculadas nas folhas dos periódicos. Esses jornais serviram de arma para a propaganda política. Os discursos acalorados inscritos nas folhas periódicas não apenas demonstravam as estratégias políticas de convencimento, mas caracterizavam também a cultura política do século XIX.

Essas propagandas políticas eram caracterizadas por palavras duras e agressões que vilipendiavam a imagem do adversário político, num intuito desenfreado de angariarem espaços na elite política provincial, na Guarda Nacional e nos cargos públicos que representavam o poder na província. Estas lutas jornalísticas não mediam espaços na constituição dos jornais. Agressões constantes eram desferidas como golpes contra os adversários.

Os periódicos desde o século XVIII na Europa apresentavam características políticas expressas em suas folhas. Jornais seguiam os pensamentos vigentes e defendiam pontos de vista referentes a questões políticas, filosóficas entre outros. É neste processo de utilização dos periódicos que o pensamento defendido é expresso por palavras que criam imagens estereotipadas, como no caso já tratado do “macaco brasileiro”.

Pallares-Burke¹⁶⁸ argumenta que as ideias iluministas eram defendidas de diversas formas em periódicos europeus e que os jornais surgiam com intuítos políticos definidos, serviam como pontos de construção estratégica para determinados fins. Eles

¹⁶⁸ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 32-33.

transformavam artigos em armas para desferirem golpes contra questões que supunham equivocadas. Os periódicos eram formas de comunicação e, principalmente neste período, uma forma de defender ideais e discursos políticos.

O formato dos periódicos apresentado pela Europa muito se aplicou no Brasil; os jornais eram modelos próximos dos jornais existentes no velho continente. Isabel Lustosa¹⁶⁹, que de forma brilhante percebeu essas relações de luta nos periódicos, explicou a constituição entre os formatos dos jornais brasileiros e os europeus e como funcionava a guerra política dos periódicos. Em um de seus exemplos apresentados demonstra como é a forma do folha carioca *Gazeta do Rio de Janeiro*:

a 10 de setembro de 1808 a Imprensa Régia começaria a imprimir a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ela era apenas uma versão adaptada da *Gazeta de Lisboa*. Periódico sensaborão que, em sua maior parte, limitava-se a traduzir artigos publicados na imprensa mais conservadora européia.¹⁷⁰

É no trabalho de Pallares-Burke¹⁷¹ que identificamos em Pernambuco, por exemplo, a semelhança entre o periódico *O Carapuceiro* e o jornal Inglês *Spectator*, ambos de características semelhantes, abordando crônicas de costumes e apresentando críticas ao comportamento das mulheres no cotidiano.

Estes modelos de uso político nas folhas impressas tomaram rumo e características principalmente no fim do século XVIII para o XIX. O modelo de jornal é modificado e reorientado para as defesas de ideais, apresentando não só informações, mas também argumentações sobre modelos político-partidários. Ainda falando sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, Isabel Lustosa demonstra essas modificações relacionadas ao processo de modificação dos jornais:

o Jornal se despe dos panegíricos à família reinante, abandona a apatia modorrenta que marcara a *Gazeta do rio de Janeiro* e adota um tom mais agressivo. Surgem as folhas dos que pretendem influir sobre a opinião do príncipe, do ministério, da elite, do povo. A cada público e de cada redator, o estilo correspondente.¹⁷²

¹⁶⁹ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Cia das letras, 2000.

¹⁷⁰ Idem, p. 68.

¹⁷¹ PALLARES-BURKE. 1996. p. 144.

¹⁷² LUSTOSA, 2000. p. 26.

O trabalho dela aborda os conflitos políticos expressos nas folhas periódicas do período de 1821-1823 referentes ao Rio de Janeiro. Este trabalho demonstra como esta questão é de suma importância para análise e que a documentação dá corpo para um trabalho aguçado, pois em 497 páginas ela faz uma análise referente às brigas partidárias existentes no Rio de Janeiro em três anos.

Estas características, também, são comuns nas disputas político-partidárias em Pernambuco, que em moldes semelhantes aos apresentados nos jornais europeus, discursam e usam suas palavras expressas nas folhas para agressões mútuas. O Diário de Pernambuco e o Diário Novo foram as armas de maior destaque na luta política na província, sendo eles responsáveis pela maior quantidade e representatividade da luta política.

Devido a este fenômeno a análise primordial será na forma como estes periódicos defendiam suas visões políticas e suas formas de agredir nos escritos os adversários, seja afirmando que estão apenas se defendendo, ou abertamente agredindo-os.

3.1. A guerra política expressa nas folhas do Diário de Pernambuco

Por muito tempo o Diário de Pernambuco dominava a cena política, era o periódico de maior circulação e representava as ideias políticas conservadoras. Defendia a política do Barão da Boa Vista, pois era um representante-símbolo do partido conservador. Desde antes da formação do Diário Novo a defesa ao governo do Barão se fazia presente, pois existiam agressões antes de 1842, ano de fundação da principal folha adversária do Diário de Pernambuco.

Já em 1842 o Diário de Pernambuco buscava se mostrar como defensor de suas ideias políticas, e suas agressões e ofensas eram representadas com uma posição defensiva. Esta estratégia política dos conservadores se demonstrava em seus artigos, principalmente quando críticas eram desferidas ao barão da Boa Vista:

desde que se soube em Pernambuco, que o Exm. Snr. Barão da Boa Vista tornava a vir ocupar a presidência desta província, que tão dignamente exercera por espaço de mais de três anos, principiarão os seus inimigos e desafetos a fazer-lhe a mais injusta guerra pelos órgãos, que tinham no jornalismo, e ordens, e emissários vieram da

Corte, a fim de que obstassem a sua posse, e assim revivessem desgraçadamente as desagradáveis cenas, que outrora tanto perturbarão esta província no desenvolvimento de sua prosperidade e riqueza. Apesar porém das vociferações, das calúnias, e das injúrias asquerosas e revoltantes das folhas da oposição, apesar da atividade dos agitadores, então dominantes, a província não se deixou arrastar ao vórtice das desordens e rusgas.¹⁷³

Expressa a defesa direta ao governo do barão da Boa Vista e aproveita o momento em que parece apenas defender, para agredir os adversários políticos, pois a oposição, que só assume o poder político em 1845 com Chichorro da Gama, não possuía em 1842 um jornal que respalde suas críticas.

Quando os conservadores que buscam expor a imagem de ordem e modernização nas ações do presidente da província, simbolizado pela ROP (Repartição de Obras Públicas), afirmam tão logo que os liberais representavam a imagem da desordem e da vociferação. Apresentando os adversários como pessoas caluniadoras que perturbam a ordem, ações essas que são revoltantes. É importante frisar que o governo liberal amplia suas ações políticas e aumentam a agitação política provinciana.

Depois de muitas agressões e difamações aos adversários, os conservadores ainda afirmam na mesma matéria sua forma e vitória, pois ao afirmar que “a província não se deixou arrastar ao vórtice das desordens e rusgas”, afirma ao mesmo tempo em que os opositores tentam trazer a desordem, a ordem do governo conservador ainda prevalece, pois seria mais forte que esta leva de ofensas.

Mesmo apresentando um momento em que o partido conservador lidera o governo e que seus discursos eram de agressões, representados como defesa, é no decorrer de 1842 em diante que os discursos ofensivos se dilatam, ampliando os ataques aos adversários. Logo em fins de 1841 o Diário de Pernambuco já começava a discursar sobre as questões políticas com mais afinco, e amplia seus discursos em 1842. O Diário de Pernambuco se posiciona como um órgão imparcial, sério, e que não faz guerra partidária, fazendo menção aos embates políticos antes da formação do Diário Novo:

nunca foi, nem é de nossa intenção sustentar este, ou aquele Gabinete; por que estranhos a pretensões do Governo, satisfeitos de viver de nosso trabalho, pouco nos importa, que estejam no poder estes, ou

¹⁷³ Diário de Pernambuco, Os Desordeiros. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 05. 09 jun. 1842.

aqueles, uma vez que se não apartem da Constituição. Nós propugnamos pelos princípios, sustentamos coisas, e não pessoas.¹⁷⁴

Perceba-se que o discurso se apresenta imparcial, mas os discursos posteriores que também estão apresentados no ano de 1841, defendem piamente o governo do barão da Boa Vista almejando blindar suas ações com agressões as matérias que denigrem a imagem do mesmo. Obviamente o argumento é o de que os adversários não se enquadram nos moldes da Constituição, apresentando assim sua completa parcialidade no posicionamento político. Este personagem era defendido ferrenhamente pelos representantes do Diário de Pernambuco, que a cada ataque do Diário Novo aos comportamentos administrativos do barão da Boa Vista, posicionava-se no patamar de defensor das ações do administrador. Buscava demonstrar como ele recebia apoio das instituições, afirmando que grupos do comércio, por exemplo, estavam ao seu lado, dando apoio às suas ações:

interessados altamente na tranquilidade pública, e manutenção das Instituições Monárquicas, que nos regem, o Corpo do Comércio Nacional e Estrangeiro há muito havia empreendido dar ao Exm. Snr. Rego Barros um valioso testemunho da sua adesão as medidas luminosas, e patrióticas por S. Ex. empregadas para salvar o país do abismo, em que se ia precipitando quando no ano de 1837 novos homens nova política vieram dirigir os destinos do Império.¹⁷⁵

Nas manifestações de apoio ao presidente da província eles se muniam consequentemente de argumentos contrários, pois assim alegavam ter o apoio dos comerciantes em Pernambuco. Não haveria argumento sólido contra as forças dos argumentos dos conservadores quanto à qualidade na administração do Barão da Boa Vista.

Os discursos de proteção eram constantes e apareciam todos os anos em quantidade significativa nos editoriais, porém eles se tornam mais acintosos no período de 1842, ano da formação do Diário Novo. Este nasce com o intuito direto de desmoralizar as ações dos conservadores, tanto defendidos pelo Diário de Pernambuco. É neste ano que as agressões, ditas defensivas, dos conservadores se fazem mais presentes nas matérias jornalísticas.

¹⁷⁴ Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 01 dez. 1841.

¹⁷⁵ Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 03. 19 abr. 1841.

Para justificar e solidificar seus argumentos os conservadores logo afirmam que suas ações jornalísticas são idôneas e que se destacam na província como jornalismo sério e de qualidade. Em sua construção de imagem busca aplicar a ideia de ordem e organização das páginas do jornal, pois ele manteria suas características desde o início, um jornal que luta pela “liberdade” e proteção da Constituição. Mesmo defendendo o seu ponto de vista como grupo jornalístico, não deixa de desferir golpes aos adversários políticos:

dezoito anos de existência conta já o Diário de Pernambuco; e fácil é ver o quanto há melhorado em sua forma externa, combinando-se as primeiras impressões com as que ora apresentamos. O crédito do nosso periódico tem-se firmado principalmente em suas doutrinas: por que o Diário de Pernambuco sempre amigo das liberdades pátrias. Nunca simpatizou com extremos, e sempre há sustentado doutrinas tendentes a manter a ordem pública, e a firmar o Trono Constitucional do Império Brasileiro. Estranhos a especulações políticas, despidos de ambiciosas pretensões nós só interessamos no atingimento, e prosperidade geral; e por isso amamos a paz, queremos a observância das leis: e não podemos transigir com certos escritores facciosos, que só põe a mira nas revoluções; por que delas esperão colher algum fruto, visto que não se dando a alguma outra insdústria honesta, só aspiram a promover a desordem [...].¹⁷⁶

Duas questões importantes emergem nestes discursos: a forma como o jornal se apresenta favorável a ordem e afirmando a existência da desordem existente no partido adversário, e a proximidade que eles têm com os comerciantes portugueses, recebendo a reciprocidade deles, no elogio que estes últimos fazem ao governo do Barão da Boa Vista. Todas as ações, do jornal da praia, efetivadas contra estes personagens são piamente defendidas pelos conservadores. Salientando que estas defesas aos comerciantes eram recheadas de ataques. Em 1842, numa matéria intitulada “Os Portugueses” o Diário de Pernambuco expõe:

quando bem longe estávamos de pensar, que houvéssemos da falar ainda em rivalidades entre Brasileiros natos, e Brasileiros adotivos, somos obrigados a dizer sobre alas algumas palavras, já que desgraçadamente a oposição, não contente com os males que tem feito ao Brasil, procura mais e mais agravá-los, revivendo essa fatal intriga, que felizmente para nós tinha desaparecido.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Diário de Pernambuco: Ano de 1842. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 03 jan.1842.

¹⁷⁷ Diário de Pernambuco: Os Portugueses. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 11 jun. 1842.

Os discursos existentes no Diário Novo se apresentavam contrários ao monopólio dos portugueses no comércio a retalho, e somando a este fenómeno o Diário de Pernambuco discursava contrário à prática do “mata-marinheiro”, sendo ela descartada como ação também pelos praieiros. Mas seus discursos inflamados contra o monopólio do comércio insuflavam a população a agir contra os comerciantes. Em 1847, por exemplo, outros discursos contrários ao do Diário Novo se faziam presentes nas folhas do Diário de Pernambuco. Da criação de uma lei que inspecionava o açúcar no comércio eles afirmavam:

uma questão puramente comercial, e que envolve os interesses mais graves da agricultura, qual é a da utilidade que resultar possa da inspeção dos volumes pequenos de açúcar aos dois ramos mais importantes da riqueza do país, foi trazida pelo Diário-Novo e seus correspondentes ao vasto campo da arena política, e por este lado encarados todos os argumentos dos opositoristas da lei como ecos de um partido oposto. Daí os lábios de contrabandistas, os chascos e as injúrias as mais revoltantes e asquerosas lançadas sobre os indivíduos do comércio pelo Diário Novo e seus asseclas, assaz versados no manejo desta arma favorita.¹⁷⁸

Estas posturas agressivas ao comércio a retalho que era controlado em sua maioria pelos portugueses se faziam demonstrar a intenção nas folhas políticas do Diário Novo. Izabel Marson afirma que as matérias jornalísticas expressam as intenções diretas dos jornalistas e que, desta forma, o discurso dos praieiros por se caracterizar de forma incisiva contra o monopólio induzia a uma agressão aos “marinheiros”:

difundido com intensidade conflitos pessoais e utilizando-se da violência como meio de atuação, o jornal estimula comportamentos que podem justificar assassinatos de autoridades políticas e policiais, ataques a tipografias da oposição, invasão de locais de votação para roubo de urnas ou, ainda, eclosão de movimentos de “mata-marinheiro”. Além disso, criticando a oposição, o jornal apregoa direitos que passam a ser reivindicados também pela parcela da população que a eles não tem acesso: a nacionalização do comércio.¹⁷⁹

Segundo a historiadora Izabel Marson, os discursos jornalísticos intentavam convencer a realização de ações de vários grupos sociais, os quais sejam os grupos votantes. Eles interpretavam e/ou concordavam com a propaganda política dos

¹⁷⁸ Comunicado. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01. 27 fev. 1847.

¹⁷⁹ MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980, p. 08-09.

periódicos e transformavam alguns discursos em ações. Para ela, a propaganda política tinha uma função específica e determinada:

a propaganda política levada a cabo pela imprensa do Recife visa atingir o público votante composto por empregados públicos, bacharéis formados, guarda-livros, clérigos de ordens sacras, primeiros-caixeiros, mestres-artesãos, oficiais militares, praças do exército e da armada, a força policial paga e marinheiros dos navios de guerra.¹⁸⁰

Era no discurso do Diário Novo que se fazia presente a propaganda contrária ao monopólio do comércio com os portugueses. Esta propaganda surtia efeitos que se transformavam em agressões aos comerciantes e, em alguns casos, resultavam em morte. Esse movimento de agressão aos portugueses do comércio era denominado de “mata-marinheiro”, pelo motivo dos portugueses serem vistos como navegantes vindos de terras distantes e colonizaram o Brasil.

Resultante de diversidades de temáticas o periódico conservador se posicionava constantemente contrário as opiniões do Diário Novo, procurando demonstrar que não se assemelhava com os discursos de seu rival. Referente à violência existente na província, o Diário de Pernambuco discordava mais uma vez quanto à solução do problema:

mas não julgamos, como o Diário Novo, que o remédio seja tão fácil de descobrir, como ele o diz; não entendemos, que seja suficiente, para achar a solução desse intrincado problema, - a reforma dos nossos costumes -, dirigir ao governo de uma insólita maneira ataques sem fundamento, que se não procuram justificar com uma só razão boa ou má.¹⁸¹

Quase todas as temáticas serviam para o desferimento de golpes aos adversários políticos, essa era uma característica comum dos discursos jornalísticos desse período. Veja-se que na matéria referente à violência na província de Pernambuco servia também como forma de expor a violência dos discursos políticos referentes aos adversários. O jornal conservador apresentava dois pontos importantes para a nossa discussão: primeiro, o contraponto em relação à razão e à barbárie, onde os praieiros são discursados como agressores que atacam constantemente sem a exposição de

¹⁸⁰ Idem, p. 54.

¹⁸¹ Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 09 nov. 1842.

argumentos, agindo contrários a razão; e segundo, a idéia de que eles buscam as forças na revolução, na modificação abrupta das estruturas, atingindo assim o descontrole e facilitando a vinda da desordem.

Percebemos em diversas matérias que o Diário de Pernambuco discursava sempre com o intuito de demonstrar que eles eram os representantes da Constituição e que lutavam pela melhoria da província sem que fosse de forma revolucionária, buscando constantemente a ordem e o progresso desta. Assim apresentavam seus adversários políticos como membros de uma facção, ou seja, criminosos, que agrediam a ordem, buscando a anarquia e, desta forma, construía uma imagem negativa destes opositores políticos.

Por diversas vezes, as respostas aos discursos dos praieiros eram na tentativa de, supostamente, defenderem-se; mas as agressões dos conservadores se vaziam bem visíveis, buscavam até a humilhação do partido adversário com discursos de chacota e gozação, onde a imagem do adversário era vilipendiada e maculada. Neste sentido, o Diário Novo passava a representar o cômico e o sarcástico nas folhas do Diário de Pernambuco:

o Diário Novo está cada vez mais engraçado, apesar dos seus artigos sérios e até ameaçadores, com que nos mimoseia de vez em quando; e como não há de assim ser, se tem ele por colaboradores tantos atletas da liberdade, tantos inimigos do despotismo, e até, oh que fortuna! O Incruento de Pajahú?! Daí essa força de raciocínio que esmaga, esse foco de luzes que vai aos peitos do mais impávido.¹⁸²

Nesta matéria chama atenção à estratégia política como os conservadores buscam menosprezar os discursos adversários, atentando que determinadas matérias “mimoseiam” eles, ou seja, são tão sem consistência de argumentos que nem merecem atenção, que algumas matérias dos liberais são vistas como cômicas, eles não merecem assim, segundo a percepção dos conservadores, o crédito da população.

Logo no ano de 1842, quando os discursos agressivos tomam formas diretas e direcionadas aos liberais, devido à criação do Diário Novo, o Diário de Pernambuco utiliza de suas armas políticas e propagandistas para destruir a imagem pública dos liberais. Em matérias de fim e início de ano, que são recheadas de discursos

¹⁸² Comunicados. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01. 16 dez. 1842.

esperançosos, os conservadores divagam sobre o futuro, o passado e remontam aos transtornos que a população vivenciou, aproveitando para mais uma vez demonstrar como os liberais são desordeiros:

terminamos enfim o curso do ano de 1842: ainda bem! Foi um período de provas e experiências difíceis e terríveis que Deus nos enviou em sua ira; e de que a sua própria misericórdia nos salvou! Vimos neste ano desastroso, a rebeldia dar os primeiros passos ainda encapotada, e logo depois de colo erguido, e descoberta horrenda.¹⁸³

Apresentam-se, de forma indireta, as batalhas políticas em que liberais e conservadores se digladiavam em busca de poder. Eles demonstravam o apoio na religião, na vontade de prosperar, afirmando indiretamente que as catástrofes existentes na região tinham uma origem: os liberais e sua folha periódica.

Na passagem da matéria referente ao processo de sofrimento que a província passava, afirmam contundentemente que os liberais são a face da rebeldia. Argumentando que a “rebeldia dava os primeiros passos”, faziam menção aos liberais, pois é neste ano, 1842, que o jornal Diário Novo se faz presente no Recife e por ser criada a imagem da rebeldia a província pernambucana caminhava para a discórdia e a perdição.

As brigas constantes entre os periódicos não acabavam neste período. São constantes as batalhas nos anos seguintes e interessante a forma como as estratégias políticas se expunham em diversas matérias. Apresentavam diversas formas de articularem as notícias, embates políticos e tratavam constantemente de ações agressoras da imagem pública do adversário.

As defesas das ações e as respostas das agressões se fazem presentes em diversos momentos. O foco do Diário de Pernambuco ainda se expunha em sistema de suposta defensiva, atentando que se atinha apenas a responder as ofensas sofridas pelas folhas dos jornalistas liberais. E quando a temática era a administração do barão da Boa Vista nenhuma crítica ficava sem resposta pela folha conservadora:

o Diário Novo, firme em o sistema, adotado pela amável súcia, de que se constitui feito, de emprestar culpas à atual administração, finaliza o

¹⁸³ Diário de Pernambuco: O Ano de 1842. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 03. 29 dez. 1842.

artigo do seu n. 110 de 15 de dezembro último, censurando com a mordacidade de que tanto abundam os seus escritores, o Exm. Sr. Barão da Boa Vista, por algumas demissões que deu no seu primeiro governo, e no presente; e imputando-lhe a desgraça de algumas famílias!¹⁸⁴

Essas demissões eram prática comum nas administrações dos partidos em Pernambuco, pois estes buscavam apoiar as famílias de posses financeiras da província e que apoiavam suas ações político-partidárias. Esse fenômeno criticado pelos liberais também se fez presente à administração de Chichorro da Gama, representante dos liberais.

No entendimento dos conservadores não haveria espaço para os liberais na política provinciana se eles estivessem desmoralizados perante os pernambucanos. Devido a isso os discursos nas matérias jornalísticas eram de acusações contundentes, como denominá-los de caluniadores, de ameaça à sociedade. Em meio a estes debates o Diário de Pernambuco busca expor mais uma vez os liberais numa matéria que tem como título: “O Diário Novo passa das falsidades as ameaças”, eles dizem:

parece que até aqui se contentava o Diário Novo de mentir, de caluniar, de insultar com mais ou menos cinismo, e sempre com a pertinência do demônio tentador; agora porém vai mostrando, que a sua missão é mais ampla, não se limitando somente a pregar a imoralidade, a falta de respeito; que estão encarregado de fazer sentir ao Exm. Barão, que segundo se depreende do seu 1º artigo do n.2 sobre a rubrica do comunicado do grifo se não for demitido competentemente será a isso coagido pelas massas em revolta, que se não retirar em paz, será a isso obrigado pela guerra.¹⁸⁵

Detectamos nesta análise determinados sentidos aos discursos apresentados pelos conservadores afirmando que os liberais são pessoas que não só mentem, mas também ameaçam os adversários. Por determinado período os conservadores acusavam os liberais de caluniadores, mas com o passar do tempo e o arrefecimento dos discursos de agressão, acusaram também, os liberais de ameaçadores.

A variedade de formas de agredir não se limitava às acusações de caluniadores e ameaçadores, mas incluía o de incoerentes expondo uma imagem de desordem. Atentando para uma crítica feita no Diário Novo contra, mais uma vez, o Barão da Boa

¹⁸⁴ Comunicado. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01. 04 jan. 1843.

¹⁸⁵ Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01-02. 07 jan. 1843.

Vista, a resposta do Diário conservador é o de expressar que o próprio jornalista não sabe definir se o possível “erro” do barão foi grave ou irrelevante, aproveitando também para menosprezá-lo:

o comunicante *qui pro quo* do Diário Novo de 11 do corrente censura a Presidência da província por um fato que ele ao principio chama *bastante sério pelas suas conseqüências*, e no fim diz, que não era de tanta importância, para que nos arreceassemos de levá-lo ao conhecimento do público. Prescindamos dessa incoerência, e mostremos que os comunicantes do Diário Novo aproveitam cascas de alho para satisfazerem a sua voracidade em morderem uma administração, que os confunde.¹⁸⁶

A desqualificação está presente mais um momento nas matérias dos conservadores, que buscam assim determinar as limitações de uma possível administração dos praieiros. Momentos de incoerência textual são aproveitados para transformar uma arma do adversário em veneno contra eles mesmos. Nos discursos não ditos¹⁸⁷ notamos características de constituição das matérias que nos ajudam a entender esse fenômeno de agressões.

Quando as matérias jornalísticas apresentam títulos com o nome do jornal (Diário de Pernambuco) ou no formato “comunicado” são os redatores que falaram diretamente sobre determinado assunto, que normalmente constitui uma crítica aos adversários. Assim ocorre na matéria intitulada “Diário de Pernambuco”: os conservadores desqualificam e atacam a imagem dos colunistas do Diário Novo, chegando a demonstrar que a incoerência em sua matéria poderia demonstrar como seria incoerente sua administração.

Ao chamar o jornalista de “comunicante qui pro quo” a folha denigre sua imagem ao tratá-lo como um jornalista sem crédito, imbecil, sem qualidade e que não sabe o que está escrevendo, como se estivesse agredindo os conservadores de forma mecânica, apenas pelo costume. Seriam tão rotineiros os ataques dos praieiros aos conservadores que até sem motivos claros eles buscavam atacá-los.

A incompetência e a falta de sabedoria que os conservadores delegavam à imagem dos liberais eram as transmissões principais das matérias. Afirmavam que eles

¹⁸⁶ Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 03. 13 fev. 1843.

¹⁸⁷ ORLANDI, Eni P. **As Formas do Silêncio**. Campinas. Unicamp, 1992.

não conseguiam compreender a administração do barão e que não tinham capacidade para tal compreensão, já que não entenderiam como trabalhar na administração pública, pois lhes faltava sabedoria.

Ainda no embate de forças referentes ao governo do senhor Rego Barros a briga se apresenta em formatos cada vez mais chulos, visto que não se medem palavras para a disputa entre estes adversários políticos. É difícil saber até que momento eles se preocupavam com a receptividade destes discursos, pois estavam tão envolvidos em suas disputas jornalísticas que, provavelmente, em determinado momento não tenham se apercebido da repercussão que estas lutas tinham na população. Eram tantas respostas a agressões, tantas ofensas que determinadas folhas quase não se ocupavam de outras temáticas que não fosse a disputa jornalística. Referindo-se ao “comunicante” da matéria anterior, o Diário em outro momento continua afirmando e atacando os praieiros:

começa o comunicante dizendo, que o alcunhamos de mal-criado por censurar tão forte, e acremente o Exm. Presidente da província; que este é o nosso ídolo; e que a defesa, que ali fizemos a S. Ex. não é filha da convicção, e sim da mais baixa adulação, que se tem visto em Pernambuco. Enganou-se, ou antes mentiu o *intrépido*. O epíteto, que lhe damos, e do qual o fez credor o seu burlesco comportamento para com nosco, não foi por certo pela acrimoniosa, e insultante maneira, porque, esquecendo-se do respeito, que se deve à primeira autoridade da província, ainda mesmo quando se censuram os seus atos, a tem viperinamente criticado, porém por haver, saltando sobre todos os preceitos da decência, e urbanidade, com que perante o público se devem bater aqueles, que para ele escrevem, tratando-nos de adutores, baixos e servis.¹⁸⁸

Na matéria, o termo “adutores” aplicado pelos liberais destinava-se ao excesso de proteção que os conservadores faziam aos ataques dos praieiros contra sua administração. Já os guabirus afirmavam que essa forma de tratamento era o modelo correto de se tratar a mais importante autoridade provinciana.

Os liberais eram apontados pela folha conservadora como desordeiros intrépidos, revolucionários, inimigos da ordem social, queriam abarcar tudo em uma modificação radical. Apresentando desta forma agressiva a imagem dos liberais nas matérias conservadoras eles buscavam constantemente destruí-los. Esta arma política de

¹⁸⁸ Comunicado. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 21 fev. 1843.

propaganda foi utilizada por muito tempo e reafirmada de diversas formas, sendo a estratégia mais comum o argumento de que eles eram caluniadores:

nenhum homem de boa fé e senso comum pode hoje hesitar no conceito que merecem os jornais chamados oposicionistas desta província: tantas tem sido as falsidades manifestas, que eles tem querido inculcar aos seus leitores como verdades, tantas vezes tem sido convencidos de caluniadores.¹⁸⁹

Agressões que faziam parte de um contexto político bem conturbado. Estes partidos políticos detinham partes do poder e lutavam pela ampliação destas parcelas. Os conservadores representados pelo Diário de Pernambuco agrediam os liberais sob a égide de diversos argumentos desde “incoerência” até a “calúnia”. O ataque direto à imagem pública, tentando demonstrar para o público votante que os adversários eram a representação da desorganização e do descontrole, aplicando a imagem da falta de honestidade era mantido em diversas matérias para que a estratégia de convencimento funcionasse:

o Diário Novo, cada vez mais desligado da senda do honesto, e mais esquecido da dignidade de escritor público, não conhece mais o termo nem limite em seus desmandos: desbridado, e furioso corre como um louco pelos campos da infâmia, atassalhando honra, e nome a quantos se lhe tolha poderem empecer-lhe os intentos desregrados.¹⁹⁰

As estratégias de convencimento não se calam um só momento, folha após folha, matéria após matéria, jornal após jornal; numa constante guerra tipográfica, os políticos se digladiavam. Manifestações que demonstravam claramente a cultura política expressa em cada edição de jornal. Esta cultura política se apresentava fortemente nas disputas de espaços, nas estratégias de convencimento, na difamação, na tentativa de demonstrar que o partido estava próximo da ordem, do progresso, da modernidade, da civilização.

Argumentando apenas se defender, o Diário de Pernambuco apresentava os conservadores como coesos, ordeiros, respeitadores das leis. Desta forma construía uma representação do caos no partido adversário, afirmando e entendendo que os jornalistas do Diário Novo eram apenas rabiscadores, caluniadores, pois em respostas às

¹⁸⁹ Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 27 fev. 1843.

¹⁹⁰ Comunicado. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 14 mar. 1844.

agressões sofridas os conservadores sempre agrediam afirmando sentenças como: “[...] ou os rabiscadores do Diário Novo são estúpidos, ou pensam que nós temos os olhos fechados”¹⁹¹.

O centro dos embates era a destruição da imagem pública do partido adversário, faltando conseqüentemente nas disputas à arguição de propostas políticas e formas para atingir o progresso e a civilização que os provincianos desejavam. Ao invés de desenvolverem os modelos de administração pública os partidaristas viviam uma busca incessante de macular uns aos outros.

Uma simples comparação era motivo para argumentação contrária aos adversários. Para o Diário de Pernambuco, os conservadores eram a ordem, liberais (chamados de oposição apenas) eram a desordem. “O Diário Novo em seus números de 9, 10, 11 e 12 do corrente ora procura atenuar as circunstâncias agravantes da desordem de seu partido [...] ora quer lançar a culpa destes excessos ao partido da ordem”,¹⁹² que obviamente eram os conservadores.

Prosseguindo com as agressões verbais, os colunistas do Diário de Pernambuco se deparam em 1845 com um problema para a publicação de suas matérias contrárias aos liberais. A presidência da província passa para as mãos dos praieiros, na representação do Sr. Antônio Pinto Chichorro da Gama. É neste período de governo liberal (1845-1848) que as agressões físicas se ampliam, ataques aos estabelecimentos comércios portugueses, atentados às tipografias conservadoras e uma série de perdas de espaço político para os liberais, principalmente pela constante troca de cargos públicos.

Esse problema fez com que as matérias de agressões do Diário de Pernambuco tivessem uma grande redução, sendo apenas as correspondências dos leitores publicadas em forma de agressão. Em fins de 1845, a súplica do Diário de Pernambuco é para o fim da “desordem” e do “caos” estabelecidos na província:

quando cessará de infelicitar o Brasil a presença hedionda e horrível deste perverso, e atroz governo? Quando quererá Deus retirar de sobre a terra da Santa Cruz este cruel flagelo de sua cólera? Quando entrará nos desígnios de sua divina providência queimar esta vara, com que tão severamente nos tem punido de nossas culpas? Oh! Já não há raio

¹⁹¹ Resposta. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01. 04 out. 1844.

¹⁹² Comunicado. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 13 set. 1844.

no céu? Como é possível que não esteja de todo satisfeita a justiça divina com tantos e tão pungentes males, que essas hidras têm feito pesar sobre nossas cabeças? Não; esses monstros não podem já resistir a tantas maldições, a tantas pragas, que milhares e milhares de vítimas tem elevado até o céu!¹⁹³

Nas reações do Diário de Pernambuco essa matéria soa como um apelo, até aos céus, para a modificação do caos que era o governo liberal. As pessoas clamavam pela mudança, pelo fim de tanta desordem e problemas na província. O governo praieiro não trazia soluções, segundo os conservadores, mas apresentavam a face horrível do caos.

Meses se passavam e quem se fazia presente nas folhas do Diário de Pernambuco era o silêncio. Nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro as agressões ao Diário Novo vinham das correspondências. Para um grupo político que dispensava agressões constantes, em cada número de suas folhas, este silêncio era algo singular.

No período que os praieiros assumem o governo da província com Chichorro da Gama, há um processo de modificações nos cargos públicos e diversos funcionários que apoiavam os conservadores são substituídos por partidários liberais. Estas substituições de cargos fazem com que os liberais conquistem o poder de polícia e se inicia uma pressão contrária aos conservadores. Na zona da mata pernambucana os varejamentos de terras pertencentes aos conservadores se tornam uma constante. Marcus de Carvalho afirma que:

[...] durante a dominação praieira [...] os casos em que a polícia foi aos engenhos deixaram de ser esporádicos para se tornarem freqüentes e parte mesmo da polícia governamental praieira [...] durante o governo praieiro aquelas invasões da polícia visaram um determinado grupo de senhores de engenho filiados ao partido conservador, e não a classe como um todo. A ação da polícia praieira portanto tinha um caráter partidário.¹⁹⁴

O poder nas mãos da polícia era algo importante para a ação política provinciana. Para Isabel Marson a ação da polícia nas mãos do partido liberal significou a modificação do poder na província:

¹⁹³ Comunicado. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 16 ago. 1845.

¹⁹⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Uniersidade Federal de Pernambuco, Recife. 1986. p. 43.

sob a divisa ‘faremos aparecer o domínio da lei e desaparecer essa decantada influência’, aproveitaram-se dos poderes concentrados nas autoridades policiais e subdelegados o direito de instaurar processos, e esta se tornou a arma mais eficiente para os praieiros desmoralizarem seus adversários [...] não se contentaram com demissões e rebaixamento, querendo principalmente sua desmoralização pública e o dismantelamento de seus exércitos particulares; só assim poderiam ferir seu prestígio social e político.¹⁹⁵

Com esta força contrária aos interesses do partido conservador durante o governo praieiro, detectamos uma redução significativa nas matérias que envolviam embates políticos no Diário de Pernambuco. Esta diminuição, ou este silêncio, deveu-se provavelmente a represálias vindas dos liberais, tanto nos engenhos quanto nos cargos públicos e na Guarda Nacional. Os discursos de agressão por parte dos guabirus ficou a cargo das correspondências que eles publicavam, pois elas, devidamente selecionadas, serviam aos interesses conservadores sem existir uma agressão expressa aos liberais.

É em 1847 que novas matérias começam a tomar corpo, novas agressões começam a se moldar. Tornamos cientes que o período de silêncio do Diário de Pernambuco não foi total, mas sim uma redução categórica das agressões antes feitas, voltando a existir uma ampliação em 1847. O formato das agressões é um pouco mais atenuante, porém continuam sendo agressões explícitas:

o artigo editorial acerca da inspeção do açúcar, publicado em o Diário Novo de 19 do mês último é um desses documentos que dispensam toda a espécie da refutação ou comentário; porquanto a má fé das opiniões e a ignorância dos fatos aí se revelam em tamanho vulto que não há por ventura alguém que não saiba que a criação da nova inspeção não teve outro fim senão o acomodar alguns amigos necessitados, e pagar algum serviço feito às influências da legislatura da província em conjuntura crítica ou conflito arriscado.¹⁹⁶

As agressões continuaram mais amenas, mas sendo ainda agressões. Porém, na derrota do movimento praieiro e já no governo do Sr. Tosta passa a existir um discurso de vitória nas folhas do Diário de Pernambuco, onde a paz, a ordem teriam reinado, o fim da violência seria o marco da vitória dos conservadores. Em matéria referente às

¹⁹⁵ MARSON, Isabel A. **O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 257-258.

¹⁹⁶ Comunicado. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01. 01 fev. 1847.

comemorações do 7 de setembro, publicada no dia 8, existe um discurso de vitória e de reafirmação dos conservadores:

o aniversário da nossa independência não foi festejado este ano com esse entusiasmo frenético e tumultuoso com que o fôra no passado, com grave detrimento da tranqüilidade pública e da nossa reputação; mas sim com a calma e moderação que devem de presidir a todos os atos de um povo civilizado, e, por conseguinte, não muito apto para transformar em desordenada licença a liberdade que lhe garante as leis do país.¹⁹⁷

O discurso vitorioso e de ordem aplicados à imagem dos conservadores se fazia após a modificação do governo. Percebendo que, segundo os conceitos dos conservadores, seria a vitória da ordem que se refletia na forma como foi realizada a festividade, apresentada como festa ordeira e civilizada, ou seja, com o governo conservador o progresso, a civilização e a modernidade estavam chegando à província pernambucana.

3.2. Estratégias difamatórias do Diário Novo

Os liberais em Pernambuco perceberam que os discursos conservadores se faziam presentes e tinham repercussão na província. Devido a este fenômeno eles formaram um periódico que se propunha a constituir a voz da oposição partidária, com formato semelhante ao do Diário de Pernambuco, o novo jornal se posicionou como o principal porta-voz da oposição.

Desde sua formação em 1842, podemos notar e analisar características singulares a este periódico, pois ele nasce com uma função específica, a de constituir a voz da oposição. Como o Diário de Pernambuco era o porta-voz dos conservadores, o Diário Novo se formou com o intuito de contestar os posicionamentos políticos dos conservadores.

Este embate pode ser notado por diversas perspectivas. Maurice Mouillaud¹⁹⁸ chama atenção para a constituição do jornal, e afirma que o nome deste, constitui um pensamento, uma função. Diz o motivo de seu surgimento e suas metas. Assim

¹⁹⁷ Diário de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 01. 08 ago. 1848.

¹⁹⁸ PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: Da Forma ao Sentido**. 2ªed. Brasília: UNB, 2002. p. 85-98.

percebemos que o surgimento do periódico Diário Novo expressava uma função, uma mensagem.

Seu nome nos remete a diversas características do partido liberal. Um jornal que propõe a inovação e a modificação das estruturas administrativas do governo, que propõe uma releitura dos parâmetros políticos e que percebia nos adversários um tradicionalismo que afetava as melhorias e modernizações da província. Por isso, para inovar era necessário um Diário Novo, não um Diário Velho, nome dado pelos liberais à folha periódica dos conservadores.

Quando os liberais remetem o termo Diário Velho ao Diário de Pernambuco, respondem e demonstram uma necessidade de modificação e já constitui desde sua criação a agressão expressa em suas folhas. Os leitores do Diário Novo já acostumados com esta referência ao Diário de Pernambuco, também, o denominava desta forma:

desde que o Velho Diário de Pernambuco adotou o terrível sistema das transações tão generalizado entre nós, e preconizado por muita gente e de primeiro plano, que as suas colunas tem sido uma perfeita mercadoria, franqueada somente a certas e determinadas pessoas, que supõem mais favorecidas nas circunstâncias do dia.¹⁹⁹

Veja-se que os próprios leitores do Diário Novo denominavam e entendiam que o Diário de Pernambuco era um Diário Velho e, por consequência, com ideias velhas. Nessa correspondência, publicada no Diário Novo, também constatamos que, segundo o leitor que se intitula “O Governista de boa fé” e os próprios liberais, o Diário de Pernambuco só publica as correspondências de pessoas favorecidas, ou seja, os que concordem com os discursos dos conservadores, fenômeno também comum aos liberais.

A imagem que o Diário Novo Propunha para denegrir os conservadores era a de um grupo faccioso e corrupto, que estava no poder para conseguir vantagens políticas e não se preocupava com o povo. Para o Diário Novo os conservadores eram ladrões sorrateiros e pândegos que viviam de descanso em seus palácios, eram ignorantes e por isso inaptos para o governo:

¹⁹⁹ Correspondência. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 08 ago. 1842.

os Srs. Rego Barros são dois ignorantões [...] nem escrever uma carta sabem: um vive preocupado nas suas altas concepções de orgulho e nobreza [...] o outro vive enleado no luxo e no ameno; bom palácio, boa mesa, boas partidas, e bailes [...] O Sr. Peregrino tem talento, porém não lhe resta um momento para pensar, porque todo o seu tempo se consome em escolher os cheiros, as pompas, a proporção das cores, e em galantear as belas.²⁰⁰

Apresentando uma imagem de desordeiros, eles se contrapunham à idéia de que os guabirus²⁰¹ queriam apresentar de civilizados, de ordeiros, que tanto lutavam para demonstrar em Pernambuco. A concepção de partido da ordem atribuído aos conservadores era quebrada pelas afirmações dos liberais de que eles eram desordeiros e que viviam enleados em pompa e luxo, buscando a vida tranquila e sem se preocuparem com a população pernambucana que sofria com a desorganização conservadora.

É neste sentido que os liberais procuram preencher uma lacuna, supostamente existente, dos conservadores: a falta de atenção ao povo. Em seus discursos os liberais afirmam que a preocupação principal deles é a de atender as necessidades da população pernambucana:

os males, que a imprensa periódica pode causar, quando apartando-se de seu fim principal, que deve ser o bem público, desconhece todos os princípios de comedimento, e honestidade, e só tem em vistas o interesse privado, não são certamente menores do que, quando falta da necessária liberdade, é a propriedade exclusiva de um circulo de homens a quem fica pertencendo o privilégio de enunciar suas idéias.²⁰²

Os interesses privados dos conservadores eram apresentados como a forma de menosprezo da população, isso devido a falta de interesse pelas ações favoráveis as pessoas, mas favoráveis aos interesses particulares. Isso ocorria, segundo liberais, devido a posição de privilégio que guabirus ocupavam no governo podendo agir livremente sem a restrição de nenhum órgão.

Esses privilégios correspondem a grupos que constituem uma organização criminosa que burla o sistema administrativo da província pernambucana. A representação que os liberais faziam dos conservadores é bastante caótica, afirmando

²⁰⁰ Comunicado. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 30 ago. 1844.

²⁰¹ Este termo denominava os conservadores na perspectiva dos liberais, animais que eram imundos, grandes ratos que roubavam e eram sorrateiros. Atende a explicação do capítulo anterior quanto ao conceito de Marco Morel de “zoologia política”.

²⁰² Cidade do Recife. **Diário Novo**, Recife. p. 01. 04 ago. 1842.

que eles se apresentam como o partido da ordem, mas que são na verdade criminosos e fazem parte de uma facção. As agressões mútuas se estendem para uma variedade de estratégias que buscam menosprezar a imagem pública do partido adversário.

O Diário Novo agride o Diário de Pernambuco como sendo um diário velho que precisa inovar e ao mesmo tempo em que divulga suas matérias aproveita para agredir os adversários. Numa matéria referente à publicação dos candidatos para a eleição ao senado brasileiro o Diário Novo acusa o Diário de Pernambuco de desmerecer a lista dos candidatos liberais:

não somente por subtraí-lo à maledicência, como por poupar-lhe a modéstia não pretendíamos apresentar em Diários, e reduzir a um artigo discursivo a lista dos nomes dos nossos anciãos, que mais habilitados julgamos para merecerem os sufrágios do partido nacional na próxima eleição de um senador; mas a tanto nos obrigarão as trevas e ardizes dos nossos adversários, e o Diário Velho órgão de uma facção, que com cores políticas pretende eternizando-se nas posições governistas viver dos cofres públicos e da propriedade dos particulares, reduzir este belo solo em um feudo, e os seus honestos habitantes à servos de vil gleba, dando-nos em troca de tanto aviltamento opressões, lagrimas e mortes.²⁰³

Os Discursos empreendidos pelo Diário Novo aos adversários constituem uma estratégia difamatória que não mede o uso de suas palavras, pois o foco destes ataques da imagem pública visa convencer a população pernambucana de que a oposição é mais coesa para a administração pública que os conservadores. Por isso a maioria das acusações é efetivada nesta estratégia.

As acusações entre liberais e conservadores de facciosos são recíprocas, uma vez que afirmavam que o periódico conservador representava um grupo de facção criminosa associando-lhes a pessoas que agiam de forma ilícita no governo. Tanto quanto os conservadores, o Diário Novo busca demonstrar que luta pelo povo e não por cores de bandeiras políticas, porque o Diário de Pernambuco, segundo eles, apresenta seus discursos segundo a proteção de cores políticas.

No decorrer da mesma matéria jornalística, percebemos que os liberais desferem mais golpes em outra redação conservadora que se propunha a discutir a lista dos nomes indicados para as eleições do senado. Neste texto jornalístico, destacamos a

²⁰³ A Eleição de um Senador. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 20 jan. 1845.

acusação de que os guabirus pretendiam, ao contrário do que discursavam, eternizarem-se nos cargos públicos para viverem com o dinheiro da população, usurpando recursos dos cofres governamentais.

Percebemos logo nesses discursos que os liberais remetiam os conservadores a um grupo de desocupados que pretendiam viver de descanso e sugar a população, logo assim não trabalhariam favoravelmente ao povo, mas sim para sustentar sua permanência no governo e viverem dos cofres públicos. Acusava-os de buscarem viver em feudos, onde o povo era apenas representante de suas glebas e autoritarismos, isso devido ao fato dos conservadores terem grandes propriedades rurais, concentradas principalmente na zona da mata sul.

Existe uma tendência comum entre os periódicos liberais em associar-se ao povo, enquanto que os conservadores eram remetidos à aristocracia. Amaro Quintas comenta que este fenômeno era comum, pois os praieiros buscavam demonstrar um contraste entre a forma dos conservadores e dos liberais: “Nota-se da parte dos periódicos praieiros uma preocupação bem clara de explorar esse desequilíbrio e destacar o contraste entre a tendência popular da Praia e o espírito aristocrático e reacionário dos guabirus.”²⁰⁴

Esta luta dos liberais contra o latifúndio dos conservadores era, segundo Marcus de Carvalho, apenas um discurso retórico para conseguir suas metas de chegarem ao poder do governo provinciano. Em sua dissertação ele defende que os liberais apresentavam esse discurso como arma política, mas que não fazia uma luta prática contra os feudos:

é importante lembrar novamente que os liberais pernambucanos integraram ao seu discurso toda uma retórica enfatizando a sua oposição ao chamado ‘feudalismo Cavalcanti’. Os Praieiros [...] empregaram aquele discurso em sua imprensa panfletária. Aquela retórica correspondia mais a necessidade de reestruturar o balanço das forças políticas na província, do que a uma real destruição do latifúndio.²⁰⁵

²⁰⁴ QUINTAS. Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 6ª.ed. Recife: Massangana, 1982. p. 108.

²⁰⁵ CARVALHO. Marcus J. M. de. **A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986. p. 107.

Essas acusações faziam parte de um corpo de matérias jornalísticas que tinham como intuito denegrir a imagem pública dos adversários políticos, mas não constituíam uma ação prática dos discursos implantados. Os liberais, que próximo da Insurreição Praieira (1848) se dividiram, propunham em sua estratégia política difamar os conservadores e formar um conjunto de temáticas que demonstrassem que o Diário de Pernambuco, representante conservador, era na verdade um porta-voz de um grupo criminoso.

Como discutido anteriormente os conservadores no Diário de Pernambuco buscavam denegrir a imagem dos liberais e acusavam eles de buscarem uma revolução na província, assim em uma defesa a acusações feitas pelo Diário de Pernambuco a uma matéria de que afirmava existir revolta em Pernambuco em Afogados, o Diário Novo afirma que:

quem ler o *jeremida* do Diário Velho de 5^a feira 27 do corrente, em que se figura prestes a arrebenhar na povoação dos afogados uma revolução, cuidará sem dúvida que razões muito poderosas existem para que se espalhem boatos tão aterradores, que a nada menos tendem do que a perturbar a tranqüilidade de espírito tão apreciável. Quando porém se engana aquele, que assim julgar? Nenhuma razão existe para que se derrame pela população pacífica um alarme tão aterrorador.²⁰⁶

Com este discurso, percebemos que os liberais se reafirmam em sua defesa do povo, pois quando explicam que não existem motivos para acusar uma revolução em Afogados, expressam que isso ocorreu com o objetivo de perturbar a paz de um povo honesto. Assim demonstram que os conservadores estariam contrários à ordem e à tranqüilidade da população.

O período de 1845 até 1848 é o momento em que Chichorro da Gama governa a província pernambucana, ele que é um representante dos liberais. É neste período que os liberais discursam desenfreadamente e agridem o Diário de Pernambuco com mais intensidade. As páginas do Diário Novo se recheiam com discursos que reafirmam sua posição e lutam pela quebra da representação pública dos conservadores.

Selecionamos algumas matérias que caracterizam a política panfletária e de propagandas que os liberais faziam neste ínterim e quão ofensivas elas se tornam. O

²⁰⁶ Comunicado. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 29 mai. 1845.

poder político da província estando nas mãos dos liberais, os conservadores e consequentemente o Diário de Pernambuco têm uma redução dos seus discursos, pois sofriam pressões vindas dos liberais.

Por parte dos praieiros as agressões aumentam e não se vêem regras para o verbo exposto nas folhas do Diário Novo. Os liberais continuavam a denunciar os desmandos dos conservadores e a demonstrar como eles eram sorrateiros e inimigos do povo:

enquanto apresentamos os crimes da canalha guabiru-cabana individualizando os fatos; enquanto apontamos com o dedo para o arraial, e lá mostramos uma quadrilha capitaneada pelo irmão do Xico Barão; enquanto mostramos um José Maria, Manoel Joaquim, Xico Macho, e outros heróis roubando quanto negrinho e cavalo lhes cabem nas unhas; enquanto mostramos um beçudo roubando escandalosamente na câmara depois de se haver enchido na obra da alfândega [...] enquanto em uma palavra apresentamos continuamente tantos e tantos fatos dessa quadrilha guabiru-cabana mostrando logo os seus autores, o lugar, e tempo em que sucederão; a canalha guabiru-cabana não cessa de vagamente declamar chamando-nos ladrões, assassinos, malvados, monstros, bêbados.²⁰⁷

O discurso dos liberais nesta reportagem explica que constantemente os conservadores os acusam de ladrões e caluniosos, mas que no decorrer dos anos na política pernambucana os verdadeiros caluniosos e facciosos são os representantes do Diário de Pernambuco, denominados acima como quadrilha “guabiru-cabana”.

Diversos termos aplicados nos discursos dos personagens políticos deste fenômeno são embutidos de sonoridades sarcásticas e remetem a desmando e agressões relacionadas em um contexto cultural. Da mesma forma que os liberais chamavam os conservadores de guabirus, ratos sorrateiros, os conservadores denominavam os liberais de praieiros, pois a rua da Praia era um lugar de comércio, ou seja, lugar de pessoas especuladoras, perspectiva defendida por Isabel Marson²⁰⁸ que relacionou este termo a mais uma estratégia de luta política conservadora.

²⁰⁷ Diário Novo. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 29 mai. 1845.

²⁰⁸ MARSON, Isabel A. **Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980, p. 43.

Nas associações dos adversários, os discursos eram veiculados constantemente com o objetivo de vilipendiar a imagem pública. Estas disputas políticas expressas nos jornais se expandiam e diversos embates políticos ocorriam na província pernambucana, principalmente no período de domínio do Chichorro da Gama (1845-1848). É neste período que encontramos a maior diversidade de material relacionada ao embate político:

em 1845, com a ascensão dos praieiros ao poder na província, e o início da administração do desembargador Antônio Pinto Chichorro da Gama, o Diário Novo tornou-se folha oficial. Seu programa de trabalho passou a ser a defesa da administração de Chichorro da Gama, tarefa que dividiu com outros periódicos menores, e juntos enfrentaram a oposição movida na imprensa pelo Diário de Pernambuco e seu conjunto de jornais, até meados de 1848.²⁰⁹

Batalhas verbais nas folhas jornalísticas de Pernambuco eram imagens comuns para o período e a cultura política que a província vivenciava. Os periódicos eram a voz dos partidos políticos, eram onde eles se expressavam e discutiam abertamente, na forma de fazer política do período imperial do Brasil, e era onde, também, eles agrediam e “denunciavam” os adversários. Estas agressões mútuas caracterizaram assim a cultura política vivenciada pelos personagens políticos.

Na constituição do Diário Novo percebemos que sua forma é bem semelhante ao Diário de Pernambuco e que pequenas diferenças aparecem no decorrer dos anos. Por exemplo, as colunas jornalísticas de crítica aos adversários são semelhantes, constituindo no Diário Novo uma coluna diferente, apenas no título, denominada “Parte não Oficial”, que denota uma característica de denúncia das atrocidades cometidas pelos inimigos. Outras colunas se assemelhavam aos moldes de organização do espaço da folha jornalística conservadora.

Em 1848, quando a província está em efervescência, as agressões tomam um rumo de apelo e agressão, pois o momento se torna sensível para os redatores que percebem a possibilidade de perda de poder político e administrativo da província. Súplicas se misturam a ofensas, pois no mesmo momento em que apelam para manter o poder, agridem os adversários:

²⁰⁹ Idem. p. 45.

é miserável por sem dúvida a condição de um partido político que salvo de meios honestos para conquistar o poder se vê na dura precisão de mentir sobre fatos, cuja verdade pode brevemente chegar ao conhecimento de todos [...] O desespero em que vive o partido da oposição, - a convicção em que está ele de seu descrédito permite asseverar aquilo que imediatamente pode depois ser contradito pelos seus adversários, porque disso não lhe pode vir mal, que ele já não tenha.²¹⁰

Na continuação da matéria o Diário Novo expõe que “O triunfo efêmero que vence a mentira em quanto não reluz a verdade é um triunfo que só pode aproveitar à quem vive de torpezas”, assim demonstrando que as violências vinculadas nas folhas do Diário Novo continuam constantes; acusações e críticas de que os conservadores vivem na mentira. Mas uma nova característica surge nos discursos praieiros, o apelo. Afirmando que seu partido (liberal) sofre pela condição que lhe foi imposta, a de ser obrigado pelas circunstâncias a mentir.

Na constituição das agressões políticas veiculadas nas folhas jornalísticas a violência estava em níveis alarmantes a ponto dos colunistas de ambos os jornais afirmarem que esta violência estava passando dos limites. Eles discutiam em matérias sobre o que poderia ser aceito nas redações dos jornais ou não. Mesmo adentrando nesse debate de organização das discussões jornalísticas estas infâmias continuavam sem limites de expressões.

Num tom de apelo, o Diário Novo se expressa com suas ideias voltadas para um discurso de revolta com a situação que vivencia o perigo iminente de perder o poder político da província. Em mais uma matéria denominada “Parte não Oficial”, os praieiros falam sobre o formato das disputas políticas nos periódicos e até que ponto elas podem chegar:

que haja partidos, que estes procurem vencer, lançando mão de todos os meios que não repugnam à razão e a honestidade; que empreguem mesmo os recursos da estratégia, da esperteza, e engano; isso compreendemos, está na ordem das coisas permissivas, e é da índole do sistema representativo.²¹¹

²¹⁰ Parte não Oficial. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 14 jan. 1848.

²¹¹ Parte não Oficial. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 17 jan. 1848.

A ordem das coisas soa nesta matéria como um espaço de regras para as lutas periódicas, porém este fenômeno não foi notado no decorrer das análises dos periódicos. Provavelmente este seja mais um exemplo do apelo exercido pelos liberais em meados de 1848.

Com a afirmação de que para a oposição é comum usar as agressões e até a esperteza, o Diário Novo parte para a estratégia política de amenizar as lutas partidárias expressas nos periódicos. Mas por mais que se agrida o adversário e que as estratégias sejam, quase, sem limites a honestidade e a razão fazem parte de “regras” que devem ser respeitadas no cenário político.

Este discurso liberal parece mais com um apelo, pois no decorrer dos anos, desde a fundação do Diário Novo, os liberais expressam e apresentam suas concepções políticas difamando os adversários e agredindo-os, sem respeitar regra alguma. No âmbito da estratégia política não existia regras nem limites para os interesses de governar a província pernambucana.

Na onda de difamação do Diário Novo ao Diário de Pernambuco, o menosprezo também constituiu um ponto importante para caracterizar a estratégia política dos liberais. Afirmando que o Diário de Pernambuco teria agredido verbalmente o Diário Novo, eles (Diário Novo) não se dariam ao luxo de responder as ofensas, demonstrando em determinados momentos um modelo de superioridade, modelo este que também serviu como arma política dos conservadores.

Em 27 de setembro de 1848, os liberais já acometidos da pressão que sofriam e rodeados de críticas, tanto por parte dos conservadores como de outras camadas da sociedade, que não percebiam diferenças no modelo de governo liberal e conservador, buscavam demonstrar superioridade em um momento de pressão e sofrimento para o partido:

lemos com muita reflexão e sangue frio os Diários de Pernambuco de sábado e de segunda feira, nos quais fomos agredidos novamente pelo celebre redator daquele jornal. Deveríamos responder à algaravia jurídica, que ensarta no meio das descompostas, porém [...] Desistimos por tanto desse direito de discussão. Enquanto, porém as asquerosidades do redator do Diário de Pernambuco [...] por hora diremos que tendo se apadrinhado com o nome de uma pessoa, a

quem devemos tanta consideração, não nos fica outro remédio senão menosprezarmos.²¹²

As agressões sofridas, segundo o *Diário Novo*, não mereciam a resposta, consideravam a situação, mas mesmo não gostando de receberem ofensas dos adversários buscavam apresentar uma imagem de superioridade, característica mais comum nos redatores do *Diário de Pernambuco*. Não há uma dicotomia nas formas dos partidos agirem, nem regras a serem seguidas, porém determinados traços da cultura política pernambucana e brasileira se fazem presentes nos discursos jornalísticos dos periódicos tratados.

Estas características na província, principalmente em 1848, era referente à luta pelo poder do governo e aparecia no formato de agressões mútuas dos partidos na história da política local. Para Marson, esta disputa em 1848 demonstra como se configurava a luta política e a busca por todos os recursos possíveis para conseguir vencer a guerra política de Pernambuco:

trata-se de agressões e defesa mútuas, ou melhor, de uma luta pela posse de poder transformada no discurso dos contendores em ‘guerra civil’ desde meados de novembro de 1848, com a utilização de todos os recursos disponíveis para vencer o adversário.²¹³

Assim entendemos que as agressões mútuas apresentavam continuamente a vontade de vitória política na província, não que ideais fossem realmente defendidos, mas pelo modelo da cultura política e o caráter pessoal que faziam parte do contexto a que se apresentavam os partidos era comum a prática do “falar, mas não fazer”.

O foco das várias matérias era mesmo a moral dos adversários políticos, pois na luta para denegrir a imagem pública dos concorrentes ao poder político a honra e a moral eram os focos das agressões. Por mais que se denominassem os adversários de corruptos, ladrões, enganadores, entre outros, a honra e a moral presenciavam os maiores golpes sofridos dentre os discursos. Numa destas ofensas à moral, o *Diário Novo* apresenta uma matéria informativa sobre a moralidade dos guabirus:

²¹² Parte não Oficial. *Diário Novo*, Recife. p. 01. 27 set. 1848.

²¹³ MARSON, Isabel A. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 47.

não há infâmia, não há torpeza, não há crime, que não ache apoio na quadrilha da união; ali tem todos os dias a honra de todo o mundo em leilão, ali vem elogiados os maiores ladrões, velhacos, traficantes, caloteiros, e réus de polícia. E se comete um escândalo, como o de um empregado do correio subtrair cartas já ali depositadas, e depois de feito a lista da remessa, isto, que não é um simples erro [...] é a violação de uma grade constitucional.²¹⁴

Esta moralidade está associada aos ladrões, corruptos, aos transgressores de uma forma mais abrangente e remete a uma aproximação da representação da imagem pública dos conservadores como membros da pior espécie existente na província. “A moralidade dos ratos”, moral esta que no discurso praieiro não existe, pois é impossível esperar de ladrões uma moral digna de confiança; sendo esta a representação que os liberais faziam dos conservadores para intentar contra sua honra e assim promover o partido.

O discurso dos liberais, que servia de propaganda política, era de que trabalhavam para a melhoria de vida do povo. Mas estes discursos não passavam de discursos posicionados estrategicamente para lutar pelo poder na província. Demonstrando que os conservadores eram contrários à melhoria da sociedade e lutavam por interesses próprios:

toda sociedade política começa a formar-se pelo seu elemento primitivo – o povo – e depois vêm as ordens ou classes, e depois as hierarquias, e acaba na cúpula, que é o governo; porém entre nós a sociedade começa e acaba pelo governo.²¹⁵

Este exemplo, demonstra que desde o início os liberais buscavam se associar à imagem do povo e demonstrar que lutavam por suas vontades sociais, suas necessidades, enquanto que os conservadores buscavam demonstrar que eles eram caluniadores e vice-versa.

A cultura política de agressões mútuas, de caráter pessoal se fez presente nas formas de organização administrativa do império, a mudança dos cargos públicos, a luta pelo poder político e pela influência, por viver dos cofres públicos e desfrutar das forças que o governo lhes provinha. Estas agressões buscavam demonstrar que a oposição, seja

²¹⁴ Parte não Oficial: A moralidade dos Guabirus. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 12 out. 1848.

²¹⁵ Parte não Oficial. **Diário Novo**, Recife. p. 01. 25 out. 1848.

liberal ou conservadora, era a imagem do que era incivilizado, imoral, bárbaro, rude, corrupto, entre outros:

personificação do atraso moral, a oposição política ao governo, na figura de seus representantes, responde por todo o mal e toda a desordem existentes na província. Enquanto o governista está relacionado com o lado bom, branco e livre, ao progresso material e moral e fundamentalmente à manutenção da ordem, o opositor representava o oposto, o lado mau, a situação do negro, dependente de favores, portanto não-livre.²¹⁶

Nesta dicotomia, entre discursos que estão ou não no poder, entre governistas e opositoristas, entre praieiros e guabirus, constituíam a cultura política de um embate que parecia não ter fim. A ofensa dependia de quem dominava o governo e de quem era oposição, quem ou o que defender dependia da ordem do momento se quem administrava era um liberal ou um conservador, ou seja, as idéias expressas de progresso, modernidade e civilização, caracterizavam um discurso partidarista com intuítos de vencer e conquistar espaços políticos.

3.3. O uso das “correspondências” pelos periódicos pernambucanos

Os confrontos jornalísticos não se limitavam as agressões partidárias expressas pelos redatores, mas também serviam como estratégias políticas o uso de correspondências que demonstravam apoio aos periódicos. Esta característica apresentava a proximidade do jornal com o público leitor e servia para demonstrar que os periódicos, ou seja, os partidos tinham o apoio do povo.

Essas correspondências eram filtradas e utilizadas segundo a vontade de cada jornal, e os informes buscavam demonstrar a relação entre os argumentos políticos expressos pelos periódicos e a concordância com a opinião pública. Mesmo os liberais afirmando sua proximidade com o povo, camada mais popular da sociedade, obviamente os conservadores também argumentavam o apoio popular aos seus ideais partidaristas.

O Diário de Pernambuco se envolveu com essas correspondências no intuito de demonstrar que os representantes do Diário Novo eram caluniadores, e atestar que o

²¹⁶ MARSON, 1980. p. 86.

povo, principalmente o povo letrado e mais culto que formava a base dos votantes na província, estava corroborando com seus argumentos:

Srs. Redatores. – O Diário Novo, responsabilizando-me por um artigo do periódico União como me tem responsabilizado sempre por tudo quanto a imprensa da oposição produz, responsabilidade contra a qual protesto, dirigiu-me em o número 185 imputações e injúrias, não tenho outro recurso na atualidade senão dá-las ao desprezo.²¹⁷

Esta correspondência demonstra alguns tipos de agressões que os conservadores utilizavam contra os liberais. Dentre elas, nos chama a atenção o menosprezo que o ilustre correspondente, Nabuco de Araújo Junior desfere aos liberais na tentativa de demonstrar superioridade às matérias publicadas no periódico.

Porém, no decorrer da correspondência o mesmo chama os redatores do Diário Novo de terem publicado “calúnias infames”, ou seja, o discurso da correspondência estava associado às intenções que os partidistas conservadores tinham demonstrando assim que as correspondências enviadas para o jornal eram selecionadas para expor a concordância entre o público e o periódico.

Com as correspondências, os redatores se fartavam utilizando não só a imagem do periódico, mas também a assinatura²¹⁸ da pessoa que envia a correspondência. Percebemos que a força do argumento é advinda da pessoa que escreveu, ou seja, quem assina a correspondência é quem dá o crédito para a informação. Esta constitui mais uma arma política para as estratégias existentes nas matérias dos partidos nos jornais.

As acusações expandiam a imagem criminosa que os conservadores faziam dos liberais. Na argumentação de que eles tinham contas a prestar com a justiça devido as calúnias que eles cometiam, o Diário de Pernambuco publica uma correspondência do senhor Joaquim Elviro de Moraes Carvalho, que possui sobrenome das grandes famílias oligárquicas de Pernambuco, afirmando que levava a juízo o proprietário do Diário Novo para dar explicações sobre calunias que eles não tinham como provar:

Srs. Redatores. – Tendo chamado perante o juízo municipal da primeira vara, o proprietário da tipografia do Diário Novo, para dar explicações acerca das pérfidas insinuações em que parece querer me

²¹⁷ ARAÚJO JUNIOR, Nabuco. Correspondência. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 11 ago. 1848.

²¹⁸ PORTO, 2002. p. 92-94.

envolver, tive do mesmo proprietário a resposta infra, com a qual respondo aos meus vis caluniadores. Ajuíze o público sensato da moralidade do indivíduo, que tão traiçoeiramente procurou ferir a minha reputação.²¹⁹

Numa acusação mais aberta e direta aos liberais as correspondências reafirmam as agressões realizadas pelos redatores e expressam o apoio dos leitores aos periódicos. Neste confronto diversas armas estratégicas foram utilizadas e as correspondências fazem parte desse leque de armas. Veja-se que as acusações realizadas na correspondência citada são semelhantes às dos conservadores, a de caluniadores, de partidários que usam pérfidas insinuações.

Concluindo a correspondência existe uma mensagem de alerta que, segundo a mensagem, serve para que o público fique atento: “Ajuíze o público sensato da moralidade do indivíduo, que, tão traiçoeiramente procurou ferir a minha reputação”, ou seja, que o público perceba que o proprietário da tipografia do Diário Novo não merece confiança em seus argumentos e é mentiroso. Mais uma vez o ataque nesta correspondência atinge a moral e a honra dos adversários políticos.

O uso das correspondências como arma política era selecionado pelos redatores segundo os interesses do partido, pois analisando os nomes das assinaturas das correspondências percebemos que são pessoas ligadas às famílias oligárquicas e/ou representantes diretos do partido conservador, quando não pessoas que usam codinomes.

Mais um Cavalcanti escrevendo e reafirmando as agressões dos representantes do Diário de Pernambuco e demonstrando a luta direta entre as correspondências do Diário Novo e do Diário de Pernambuco. Este escritor, de nome Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão faz parte das famílias oligárquicas da mata-sul de Pernambuco:

Srs. Redatores. – Nas colunas do Diário Novo, de Pernambuco, de 27 e 31 do corrente, deparei com duas correspondências contra mim escritas. Causou-me nojo a linguagem do miserável, que, não tendo talvez podido embeber-me no sangue do punhal que ora com a mesma perfídia pretende cravar na minha reputação, recorre ao uso das regateiras, das quais provavelmente tem sua procedência, para dar desabafo as negras paixões que ceva

²¹⁹ MORAES CARVALHO, Joaquim Elviro. Correspondência. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 01 set. 1848.

contra minha pessoa. Sei que as torpezas de um vil caluniador que coberto com a capa de anonimato ataca de furto a reputação alheia, devem inspirar antes desprezo, do que indignação.²²⁰

Nesta correspondência percebemos as semelhanças que se expressam pelo discurso do emissário em relação ao do Diário de Pernambuco. Existe uma reafirmação de que o Diário Novo é formado por caluniadores e que merecem o desprezo, apresentando uma imagem de superioridade do Lourenço Cavalcanti (Diário de Pernambuco) em detrimento do “vil caluniador” (Diário Novo).

A demonstração da superioridade não se detém apenas na afirmativa de que o emissor menospreza os redatores, mas na colocação de que eles utilizam de uma linguagem de baixo calão, chegando a causar nojo. Esta linguagem inferior é semelhante ao discurso dos conservadores de que os praieiros não possuem capacidade intelectual para o exercício do governo. Ainda fazendo usos de argumentos, existe uma relação, novamente, com a reputação, pois o emissário argumenta que os liberais buscam ferir com um punhal a reputação do mesmo.

É importante apresentar que os jornais provavelmente utilizavam segundo nossa análise, as correspondências como uma proteção, uma espécie de “eu não disse nada”. Ou seja, é uma arma política que serve para agredir os adversários políticos, mas fica mascarado na agressão que não foi realizada pelo próprio periódico, mas os correspondentes que pensam assim. Notamos, também, que no período de controle dos liberais de 1845 até 1848, as agressões do Diário de Pernambuco diminuem, mas são nas correspondências que notamos o grande índice de ataques à imagem dos liberais.

Estes que por sua vez fizeram uso de semelhante arma. As correspondências dos liberais também atacavam os conservadores, eles se detinham a agredir a reputação de uma forma mais direta que a dos correspondentes do Diário de Pernambuco. Existe uma semelhança entre a forma de escrever dos correspondentes e de seus respectivos periódicos. O pensamento de superioridade dos conservadores e a agressividade, mais direta, dos liberais.

²²⁰ Correspondência. **Diário de Pernambuco**, Recife. p. 02. 11 mai. 1847.

A acusação de monopólio que os liberais faziam aos conservadores fora elogiado pelos correspondentes do Diário Novo e demonstravam o apoio que era valioso para a imagem dos liberais, o apoio do povo que eles tanto argumentavam:

como felizmente já as nossas inteligências não estão açoitadas pelo monopólio do Diário de Pernambuco, não posso deixar passar sem a competente censura a idéia subversiva, e horrorosa, que aquela *carunchosa* Gazeta ontem pregou no primeiro artigo que vem sob a rubrica – fatos diversos – falo, senhores editores [...] Que pois o Diário de Pernambuco, que se pica de amigo da ordem, da moral, da lei, e da religião ensina o que é ofensas.²²¹

É expresso na correspondência o mesmo argumento de agir contra o monopólio dos conservadores na província e nas folhas jornalísticas, assim como as típicas agressões que os liberais acusam os conservadores. Sendo argumentado que os conservadores são mentirosos quando afirma que eles se julgam partido da moral, da religião, da ordem, mas na realidade eles ensinam aos leitores e ao povo de Pernambuco a fazerem usos de ofensas como pessoas incivilizadas e contrárias da ordem que tanto pregam.

A semelhança entre o discurso dos liberais e o discurso de seus correspondentes é próximo do que os conservadores possuem. Essas proximidades devem ao fato de que os redatores fazem uso das correspondências como arma política e tentam demonstrar o apoio do povo ao seu partido, e provavelmente pela internalização feita pelos leitores ao modelo de discurso utilizado pelas folhas que eles estão acostumados a ler e a concordar.

Agressões e denúncias semelhantes são constantes nas correspondências. Na tentativa de demonstrar a união entre o progresso e as concepções dos liberais o emissário denominado de “O Assinante” expressa essa relação entre suas ideias progressistas e o desacordo do Diário de Pernambuco com suas idéias. Interessante chamar atenção para o fator de que o uso de codinomes era mais constante no Diário Novo. Isso provavelmente pode ter sido uma arma para mostrar que o partido conservador era perigoso e ameaçava a integridade das pessoas, para mostrar também o caráter de denúncia do periódico e talvez possam ter sido escritas pelos próprios redatores:

²²¹ Correspondência. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 04 ago. 1842.

Senhores Editores. – Sustentador dos princípios de ordem, e de união, onde estão implicitamente incluídos os verdadeiros e mais sólidos progressos do império... Apareceu um quem quer que é no Diário de Pernambuco de sábado nº 178 contestando as idéias patrióticas, pacíficas, brasileiras, e legais, que expedi em minha correspondência, inserida no seu Diário Novo nº 6. – Quem será este novo S. Christovão que está incumbido de carregar em seus ombros os princípios de ordem, e de união, nos quais se contém, como a gema e a clara do ovo, os mais sólidos progressos do Império?²²²

A luta então se expressa nesta correspondência na tentativa de demonstrar quem realmente apresenta os entendimentos de progresso e união se os liberais, representados pelo “O Assinante”, ou pelos conservadores, representados por “Christovão”.

Outro fenômeno que se apresenta na correspondência acima é o reforço e a defesa dos liberais na afirmação de que eles não lutam por uma fragmentação do país, assim que como em determinados momentos os conservadores afirmaram, porque, segundo a correspondência, eles buscam a união do país ao mesmo tempo em que querem a vinda do progresso. Por fim este último deveria vir com a melhoria de vida da sociedade, ou seja, primeiro o povo.

No mesmo modelo de arma política aplicada pelos conservadores, os liberais se declaravam de injustiçados e que quando levados a juízo provavam inocência. Enquanto uns tentavam provar a calúnia dos adversários, outros tentavam provar que o dito pelo Diário de Pernambuco era mentira e que eram falsas as alegações. Assim procedeu o senhor J. A. de Faria Abreu e Lima, representante na tipografia dos praieiros:

Acabo de ler no Diário de Pernambuco um anúncio, em que o Sr. José Teixeira Bastos diz que eu sou o responsável por outro anúncio publicado neste Diário, em que ele se supunha ofendido. Eu não sou, nem posso ser responsável de coisas, que me não pertencem; compareci em juízo como procurador de meu tio, e gerente da sua tipografia, e para fazer favor ao Sr. Bastos, tomei a mim a responsabilidade, e declarei que o conteúdo daquele anúncio não se entendia com ele. O Sr. Bastos, para quem tivemos a deferência de dizer-lhe em nossa casa isto mesmo, abusou desta confiança e chamou-me a terreiro com deslealdade.²²³

²²² O ASSINANTE. Correspondência. **Diário Novo**, Recife. p. 03. 15 set. 1846.

²²³ ABREU E LIMA, J. A. Declaração. **Diário Novo**, Recife. p. 02. 12 out. 1848.

O anonimato comum das matérias do Diário Novo dava-lhes proteção contra determinadas acusações, como no caso anterior, que a alegação é de que o acusado da difamação dizia que não era responsável pelo declarado e que não poderia ser imputada a ele a autoria das agressões.

Vários mecanismos e estratégias foram utilizados nos periódicos pernambucanos na tentativa de conquistar o poder da província. As formas estratégicas de agressão passavam pela representação que eles tinham do progresso, modernidade, civilidade e como se apropriavam desses conceitos para construir suas estratégias políticas e representá-las nos periódicos.

As lutas nos periódicos em seus diversos formatos não possuíam regras e serviam para expressar e difamar a imagem pública dos adversários políticos, sendo utilizado de diversas maneiras de acusações para denegrir a honra e a reputação dos partidários opositores. Notamos também que os discursos modificavam dependendo da situação do partido, sendo governista ou oposição.

Diversos conceitos de progresso e modernidade se fizeram presentes, um fenômeno interessante e que foi aplicado nas estratégias políticas na província pernambucana, assim foi o que Marco Morel denominou de “zoologia política”, onde a aplicação da dicotomia entre o animal (bárbaro) e o humano (razão) se expressava como a associação entre a modernidade e o retrogrado.

Esta relação com os animais foi detectada no caso de Pernambuco com a associação do macaco e o guabiru que foram animais presentes no discurso político. Já os comerciantes (da rua da praia, no caso praiheiros) foram associados com o intuito de afirmar que os liberais eram especuladores, levando em consideração que os conservadores não apoiavam os “mata-marinheiros” e entendiam que especulação era ação comum do comércio, não constituindo assim uma apologia contra os portugueses que eram a maioria no comércio da Rua da Praia.

Como o discurso de associação entre a razão que representava o progresso, e a barbárie que representava o regresso, era uma constante, os partidos políticos se revestiam destas representações para interligarem-se aos conceitos de modernidade desarticulando os argumentos adversários de progresso comparando-os a representações de atraso.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como tema central analisar a produção de discurso sobre o viés das concepções de progresso e modernidade defendidas pelos partidos políticos e conceitos singulares que circulavam pelo Recife, bem como analisar as agressões mútuas que emergem deste discurso caracterizando a cultura política provinciana. Isto no âmbito do panorama político e social de Pernambuco durante a primeira metade do século XIX.

Pernambuco se caracterizava por uma polaridade econômica, provocando uma crise empregatícia para grande parte da população, enquanto a elite econômica agrária exportava em grande quantidade o açúcar produzido. Como fator de agravamento o comércio a retalho, o que estaria mais acessível à população desfavorecida, era monopolizado por comerciantes estrangeiros, sendo na maioria portugueses.

Esta problemática coexistia com o movimento político denominado Praieiro, ocorrido na província onde liberais exaltados entraram em contenda contra os conservadores na província, que não contentes com o resultado das eleições e a mudança de gabinete de liberal para conservador, partiram para a violência tentando tomar o governo de Pernambuco. Anteriormente a esta situação de conflito físico, a província se deparava com o conflito em discursos nos periódicos.

Oposicionistas contra situacionistas entravam em embates verbais inscritos nas folhas dos jornais para discutir ideias e posicionamentos políticos com o intuito de lutar pelo poder administrativo provinciano e por cargos na Guarda Nacional. Disputa esta que deixou transparecer não só a agressividade dos discursos, mas também a representação de progresso e modernidade que a elite tinha. Assim destacamos em nosso trabalho fatores concordantes para entendermos este fenômeno.

Fizemos uso dos jornais que possuíam maior representatividade dos partidos políticos da época, Diário Novo e Diário de Pernambuco, com o objetivo de desconstruir o discurso e entender a luta por espaço no cenário provinciano e discutirmos os conceitos de progresso inscritos nessas folhas. O que os grupos entendiam sobre a modernidade e o que divergiam. Assim destacamos diferenças significativas quanto aos discursos associados à modernização da província, e aos dos partidos.

Estes conceitos de modernidade e progresso serviram para a disputa e as agressões mútuas entre os adversários, fazendo do conceito apropriado por determinado partido uma arma de embate político. As agressões verbais existentes no discurso dos dois principais periódicos foram a chave para fazermos uma análise do conceito de progresso e discutirmos as formas das batalhas políticas dos jornais, salientando que os periódicos do Século XIX representam grupos com intenções expressamente abertas e com defesa de opiniões publicadas nos jornais.

Nossa análise sobre o conceito de modernidade foi realizada sob o olhar de perspectivas singulares para os conceitos apresentados pelo partido liberal e conservador. Discutimos estes conceitos a partir dos discursos do Pe. Lopes Gama e de Antônio Pedro de Figueiredo, que apresentaram uma visão diferenciada da discutida até então entre os políticos provincianos. Abrimos assim a perspectiva para a não dicotomia do conceito de modernidade, não centralizando, apenas, na perspectiva dos jornais representantes dos partidos.

Esta visão diferenciada se apresenta por duas concepções singulares quanto ao progresso, ideias que se preocupavam com a religiosidade, com a aplicação do minifúndio na província, a necessidade de aprender com as civilizações européias e principalmente a França, com a modificação da estrutura administrativa da província pernambucana, entre outros fatores. Estas perspectivas foram amplamente defendidas e discutidas nas crônicas de costumes O Carapuceiro e na revista científica O Progresso do Lopes Gama e Antônio Pedro de Figueiredo, respectivamente.

Assim, encontramos em nossa análise, uma variedade significativa de conceitos sobre progresso, modernidade e civilidade. Apresentamos as formas como estes conceitos foram utilizados nos embates políticos discursados nas folhas dos jornais, servindo de arma e propaganda partidária, com o intuito de denegrir a imagem pública do partido adversário. Vivenciando a província uma luta incessante na tentativa de se associarem ao progresso e demonstrar que o partido adversário era a representação imagética da barbárie.

Desta forma analisamos a cultura política pernambucana na primeira metade do Século XIX, e suas formas de discutir as necessidades que a província deveria superar para vencer o atraso em que ela estava imersa, chegando ao patamar de civilizada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999;
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007;
- ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império.** São Paulo, Cia das Letras, 1997;
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Guarda Nacional em Pernambuco: a metamorfose de uma instituição.** Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986;
- ALMEIDA, Marcelo Francisco de. **A Revista O Progresso e a Proposta de Reformas Sociais.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001;
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada.** 4ª Ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998;
- AQUINO, Ítalo de Souza. **Como Escrever Artigos Científicos.** 3. Ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007;
- ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do Século XIX.** São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004;
- BACZKO, B. **Imaginação Social.** In: Enciclopédia Einaudi. Portugal: Casa da Moeda, v. 5, 1985;
- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1982;
- _____. **A Desordem: elogio do movimento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997;
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999;
- BOOTH, Wayne C.; COLOMB, G. G. & WILLIAMS, J. M. **A Arte da Pesquisa.** 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005;
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** 11ª Ed. Rio de Janeiro; Betrand Brasil, 2007;
- _____. **Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007;

BUBLITZ, Juliana. **Entre Tradição e Modernidade:** dilema do desenvolvimento no Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006;

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial:** o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005;

CANETTI, Elias. **A Consciência das Palavras.** São Paulo, Cia das Letras, 2005;

CARNEIRO, Edison. **A Insurreição Praieira, 1848-1849.** Rio de Janeiro: Conquista, 1960;

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998;

_____. Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife, 1840-1860; p. 60. *In: Cidades Brasileiras:* políticas urbanas e dimensão cultural. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, Projeto de Cooperação CAPES/COFECUB, 1998;

_____. A Insurreição Praieira. **Revista Almanack braziliense**, São Paulo, nº8, p. 05-38, nov. 2008;

_____. De Portas Adentro e de Portas Afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, nº 29, p. 41-78, 2003;

_____. Os Nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, nº 45, p. 209-238, 2003;

_____. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 18, nº36, 1998;

_____. **A Guerra do Moraes:** a luta dos senhores de engenho na Praieira. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986;

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem:** a elite política imperial. **Teatro de Sombras:** a política imperial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer.** 12ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;

_____.; GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar.** 6ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1996;

_____. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002;

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1990;

_____. **Formas e Sentido, Cultura Escrita:** entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003;

_____. **Inscrever e Apagar:** cultura escrita e literatura, Século XI-XVIII. São Paulo: Editora UNESP, 2007;

_____. **El Mundo como Representación:** estudios sobre historia cultural. Barcelona, Gedisa Editorial: 2002;

_____. **Entre Poder y Placer:** cultura escrita y literatura em La edad moderna. Madrid: Ed. Cátedra, 2000;

_____. **À Beira da Falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002;

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979;

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica:** memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002;

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial:** origens do federalismo no Brasil do Século XIX. São Paulo: Globo, 2005;

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002;

EISENBERG, Peter. **Modernização sem Mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977;

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador:** uma história dos costumes. 2º vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994;

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001;

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder:** formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958;

FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no Século XIX.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996;

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 9ª Ed., 1996;

_____. **Um Engenheiro Francês no Brasil.** Tomo 2º. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960;

FURTADO, Júnia Ferreira; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Comerciantes, Tratantes e Mascates.** P. 93-113. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história.** Rio de Janeiro: Campus, 2000;

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. **O Carapuceiro (1832-1842).** 3v. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife (Coleção Cidade do Recife, 27), 1983;

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro. Editora: LCT, 1989;

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo: Cia das Letras, 1986;

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si, Escrita da História.** Rio de Janeiro, FGV, 2004;

GRAHAM, Maria. **Dicionário de uma Viagem ao Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990;

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997;

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** 9ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977;

JUNIOR, R. Magalhães. **Três Panfletários do Segundo Reinado.** Francisco de Sales Torres Homem e o “Libelo do Povo”, Justiniano José da Rocha e “Ação; Reação; Transação”, Antônio Ferreira Vianna e “A Conferência dos Divinos”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956;

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823).** São Paulo: Cia das Letras, 2000;

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.** Rio de Janeiro: Campos, 1989;

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso: a revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855).** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987;

_____. **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político.** São Paulo: Ed. Moderna, 1980;

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Access, 1994;

MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuceiro: crônicas de costumes**. São Paulo: Cia das Letras, 1996;

MELLO, José Antônio Gonsalves de. (org.). **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Vol II. Recife: Diário de Pernambuco, 1975;

_____. **Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º Reinado**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996;

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. Pref. De Costa Porto. Vol. 10, Brasília, Senado Federal, 1978;

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972;

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: limites e espaços da cura**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004;

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005;

MOUILLAND, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília, UNB, 2002;

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História & Outros Ensaios**. Rio de Janeiro. Topbooks/ Liberty Fund, 2003;

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**. São Paulo. Pontes, 2005;

_____. **As Formas do Silêncio**. Campinas, Editora da Unicamp, 1992;

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros Ensaios de Tradução Cultural**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996;

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. Belo Horizonte, Autentica, 2003;

PORTO, José da Costa. **Os Tempos da Praieira**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981;

QUINTAS, Amaro. **O Sentido Social da Revolução Praieira**. 6ª Ed. Recife: Editora Massangana, 1982;

_____. **O Padre Lopes Gama: um analista político do século passado**. Recife: UFPE; Editora Universitária, 1975;

RODRIGUES LOPES, Emílio Carlos. **Festas Públicas, Memórias e Representação:** um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004;

RÜSEN, Jöhn. **Reconstrução do Passado.** Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007;

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003;

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Um Homem Contra o Império:** Borges da Fonseca. João Pessoa, ed. A União, 1994;

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em Branco e Negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Cia das Letras, 1987;

_____. **As Barbas do Imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998;

SILVA, Maciel Henrique C. **Pretas de Honra:** trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004;

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia:** capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001;

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a Liturgia e o Salário:** a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003;

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial.** Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002;

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista:** história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002;

TINHORÃO, José Ramos. **Os Sons dos Negros no Brasil:** cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: Ed. 34, 2008.

FONTES IMPRESSAS:

Arquivos:

Laboratório de Pesquisa e Ensino de História – LAPEH

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ

Biblioteca Estadual Presidente Castelo Branco – BEPCB

Arquivo Pessoal

JORNAIS:

***Diário Novo* – 1842-1848 – FUNDAJ**

***Diário de Pernambuco* – 1837-1839 – Arquivo Pessoal/ 1840-1845 – LAPEH/ 1845-1850 - APEJE**

***O Progresso* – 1844-1848 – BEPCB**

***O Macaco Brasileiro* – 1845 – BEPCB**

***O Carapuceiro* – 1837 – 1842 – APEJE**